

UNISC – UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Mizael Dornelles

A ABORDAGEM REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO DO
***HABITUS* EM TESES NO CAMPO CIENTÍFICO DO DESENVOLVIMENTO**
REGIONAL

Santa Cruz do Sul,
2023

Mizael Dornelles

**A ABORDAGEM REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO DO
HABITUS EM TESES NO CAMPO CIENTÍFICO DO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Santa Cruz do Sul,
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Dornelles, Mizael

A abordagem regional do desenvolvimento: um estudo do habitus em teses no campo científico do desenvolvimento regional / Mizael Dornelles. – 2023.

164 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira.

1. Desenvolvimento regional. 2. Teses. 3. Habitus. 4. Campo científico. I. Silveira, Rogério Leandro Lima da. II. Título.

Mizael Dornelles

**A ABORDAGEM REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO DO
HABITUS EM TESES NO CAMPO CIENTÍFICO DO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira
Professor orientador – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Dr^a. Virginia Elisabeta Etges
Professora examinadora – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Dr^a. Cláudia Tirelli
Professora examinadora – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Dr. Ivo Marcos Theis
Professor examinador – Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Dr. José Luciano Albino Barbosa
Professor examinador – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Santa Cruz do Sul,
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

à minha esposa, que sempre esteve ao meu lado neste desafio, pelo companheirismo, pelo carinho e por sempre acreditar em mim;

aos meus filhos pela dose extra de paciência, e que tão cedo entenderam os compromissos e ausências do pai;

aos meus pais: minha mãe pelos conselhos e exemplo de vida, a pessoa mais guerreira que conheço. E meu pai levado pela pandemia, mas presente em nossa memória;

à minha sogra, meu sogro e todos os familiares, que tanto contribuíram com “pequenas”, urgentes e sempre necessárias intervenções e presença;

ao meu orientador, que muito tem contribuído em minha formação e agora mais uma vez, com muita serenidade e compreensão esteve comigo por toda esta pesquisa;

ao PPGDR pela humanidade nos momentos difíceis. Aos professores pelo exemplo de esforço e dedicação à pesquisa, e às secretárias pelo sempre eficiente atendimento;

aos colegas de curso do mestrado e do doutorado pelas horas de apoio, de trocas de conhecimento, de conselhos e de descontração;

à CAPES pela bolsa de estudos que permitiu a realização desta pesquisa e ainda a participação em outras que somaram conhecimento e possibilitaram inúmeros momentos de aprendizado.

a todos, meu muito obrigado!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Nesta pesquisa, partimos do entendimento que uma abordagem regional do desenvolvimento corresponde ao *habitus* que situa estudos no campo científico do Desenvolvimento Regional. Essa abordagem pode apresentar uma orientação disciplinar e/ou teórico-metodológica mais evidente, dada a diversidade correlata à interdisciplinaridade do campo. Dessa maneira, temos Pierre Bourdieu como referência na discussão sobre *habitus* e campo científico. Esse ponto de partida para a pesquisa tem o Desenvolvimento Regional como um campo científico que muito pode contribuir com análises, interpretações, leituras, diagnósticos, orientações e ações para implementação de políticas públicas e ainda, transformações sociais. Como problema de pesquisa, indagamos: “Como se constitui o *habitus* na abordagem regional do desenvolvimento em teses no campo científico do Desenvolvimento Regional?”. E nosso objetivo geral foi “analisar como se constitui o *habitus* na abordagem regional do desenvolvimento em teses no campo científico do Desenvolvimento Regional”. Utilizamos como material para análise 246 teses de doutorado defendidas de 2005 a 2019 nos PPGs de Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Universidade de Salvador (UNIFACS), Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Para tanto, inicialmente, discutimos o *habitus* e o campo científico e trazemos acepções que consideramos relevantes sobre o Desenvolvimento Regional. Na sequência, procuramos definir o campo científico do Desenvolvimento Regional e analisamos a estrutura e os agentes, pensando nas condições sociais e materiais presentes na construção das teses. Em continuidade, explicamos o método, o universo da pesquisa e examinamos características gerais, objetivas e interpretativas, correntes nas teses. Por fim, a partir da construção de tipos onde classificamos os conceitos (de Desenvolvimento, Território, Região e Desenvolvimento Regional), procuramos realizar uma análise de conteúdo. Concluímos que na abordagem regional do desenvolvimento na análise de conteúdo das teses, predominaram como tipos de classificação duas concepções de Desenvolvimento como uma prática intencional, uma de crescimento econômico e outra de equidade social. A primeira com uma metodologia quantitativa, e a segunda, com metodologias qualitativas. Para o conceito de Território, um entendimento como conteúdo político e jurídico, tradicional, acrescido de uma condição periférica. O conceito de Região compreendido, notadamente, como sinônimo de território em uma perspectiva analítica que aproxima o processo de regionalização aos estudos de caso. E o conceito de Desenvolvimento Regional, por um lado, como ponto de partida, com uma perspectiva investigativa, e por outro, como ponto de chegada, com uma perspectiva propositiva.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Abordagem regional do desenvolvimento; *Habitus*; Campo científico.

RESUMEN

En esta investigación, partimos del entendimiento de que un enfoque regional del desarrollo corresponde al *habitus* que sitúa los estudios en el campo científico del Desarrollo Regional. Este enfoque puede presentar una orientación disciplinar más evidente y/o una orientación teórico-metodológica, dada la diversidad correlacionada con la interdisciplinariedad del campo. De esta forma, tenemos a Pierre Bourdieu como referente en la discusión sobre el *habitus* y el campo científico. Este punto de partida para la investigación tiene al Desarrollo Regional como un campo científico que puede aportar mucho con análisis, interpretaciones, lecturas, diagnósticos, lineamientos y acciones para la implementación de políticas públicas y también, transformaciones sociales. Como problema de investigación nos preguntamos: “¿Cómo se constituye el *habitus* en el enfoque regional del desarrollo en tesis en el campo científico del Desarrollo Regional?”. Y nuestro objetivo general fue “Analizar cómo se constituye el *habitus* en el enfoque regional del desarrollo en tesis en el campo científico del Desarrollo Regional”. Utilizamos como material de análisis 246 tesis doctorales defendidas de 2005 a 2019 en los PPG de Desarrollo Regional de la Universidad de Santa Cruz do Sul (UNISC), Universidad del Salvador (UNIFACS), Universidad Regional de Blumenau (FURB) y Universidad Estatal de Occidente do Sul. Paraná (UNIOESTE). Para ello, inicialmente, discutimos el *habitus* y el campo científico y traemos significados que consideramos relevantes sobre el Desarrollo Regional. A continuación, buscamos definir el campo científico del Desarrollo Regional y analizar la estructura y los agentes, pensando en las condiciones sociales y materiales presentes en la construcción de las tesis. En continuidad, explicamos el método, el universo de investigación y examinamos las características generales, objetivas e interpretativas, vigentes en las tesis. Finalmente, a partir de la construcción de tipos donde clasificamos los conceptos (de Desarrollo, Territorio, Región y Desarrollo Regional), tratamos de realizar un análisis de contenido. Concluimos que el enfoque regional del desarrollo en el análisis de contenido de las tesis, prevalecieron como tipos de clasificación de las tesis dos concepciones del Desarrollo como práctica intencional, una de crecimiento económico y otra de equidad social. El primero con una metodología cuantitativa y el segundo con metodologías cualitativas. Por el concepto de Territorio, una comprensión como contenido político y jurídico, tradicional, más una condición periférica. El concepto de Región entendido, en particular, como sinónimo de territorio en una perspectiva analítica que acerca el proceso de regionalización a los estudios de caso. Y el concepto de Desarrollo Regional, por un lado, como punto de partida, con perspectiva investigativa, y por otro, como punto de llegada, con perspectiva propositiva.

Palabras clave – Desarrollo Regional; Enfoque regional del desarrollo; *Habitus*; Campo científico.

ABSTRACT

In this research, we start from the understanding that a regional approach to development corresponds to the *habitus* that situates studies in the scientific field of Regional Development. This approach may present a more evident disciplinary orientation and/or a theoretical-methodological orientation, given the diversity correlated to the interdisciplinarity of the field. In this way, we have Pierre Bourdieu as a reference in the discussion about *habitus* and the scientific field. This starting point for research has Regional Development as a scientific field that can contribute a lot with analyses, interpretations, readings, diagnoses, guidelines and actions for the implementation of public policies and also, social transformations. As a research problem, we ask: “How is the *habitus* constituted in the regional approach to development in theses in the scientific field of Regional Development?”. And our general objective was “To analyze how the *habitus* is constituted in the regional approach to development in theses in the scientific field of Regional Development”. We used as material for analysis 246 doctoral theses defended from 2005 to 2019 in the Regional Development PPGs of the University of Santa Cruz do Sul (UNISC), University of Salvador (UNIFACS), Regional University of Blumenau (FURB) and State University of West do Sul. Paraná (UNIOESTE). To do so, initially, we discuss the *habitus* and the scientific field and bring meanings that we consider relevant about Regional Development. Next, we seek to define the scientific field of Regional Development and analyze the structure and agents, thinking about the social and material conditions present in the construction of theses. In continuity, we explain the method, the research universe and examine general, objective and interpretative characteristics, current in the theses. Finally, from the construction of types where we classify the concepts (of Development, Territory, Region and Regional Development), we try to carry out a content analysis. We conclude that the regional approach to development in the content analysis of the theses, two conceptions of Development as an intentional practice, one of economic growth and the other of social equity, prevailed as types of classification of theses. The first with a quantitative methodology and the second with qualitative methodologies. For the concept of Territory, an understanding as political and legal content, traditional, plus a peripheral condition. The concept of Region understood, notably, as a synonym for territory in an analytical perspective that brings the process of regionalization closer to case studies. And the concept of Regional Development, on the one hand, as a starting point, with an investigative perspective, and on the other, as a point of arrival, with a propositional perspective.

Keywords – Regional Development; Regional approach to development; *Habitus*; Scientific field.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (abril de 2021)	50
Figura 2. Nuvem de palavras com maior frequência no título das teses	84
Figura 3. Gráfico de palavras-chave com maior frequência	86
Figura 4. Nuvem de palavras dos temas determinados	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Programas do campo científico do Desenvolvimento Regional e suas respectivas revistas (2019)	62
Quadro 2. Ranking de palavras com maior frequência no título das teses.....	83
Quadro 3. Ranking de palavras-chave com maior frequência	85
Quadro 4. Ranking de temas determinados	88
Quadro 5. Nomes com maior frequência no item referências das teses	90
Quadro 6. Ranking dos autores mais citados nas referências das teses	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Totais de Programas de Pós-graduação e Cursos, 2021	52
Tabela 2. Estrato das revistas Qualis CAPES para área PURD (2013-2016)	63
Tabela 3. Número de docentes/gênero em Programas de Pós-graduação, 2020	66
Tabela 4. Número de docentes e tempo de vínculo com Programa de Pós-graduação, 2020	68
Tabela 5. Número de docentes e formação no doutorado classificada por Grandes Áreas de Avaliação CAPES, 2020	69
Tabela 6. Número de docentes da área PURD e formação no doutorado classificada por Grandes Áreas de Avaliação CAPES, 2018	69
Tabela 7. Número total de discentes em 2020 e egressos até 2019	70
Tabela 8. Distribuição do número de discentes por gênero no ano de 2020	74
Tabela 9. Teses dos primeiros Programas de Pós-graduação com doutorado em Desenvolvimento Regional.....	80
Tabela 10. Total de teses de acordo com as Linhas de Pesquisa dos PPGs.....	100
Tabela 11. Frequência de ocorrência dos termos que nomeiam os conceitos por teses classificadas de acordo com as Linhas de Pesquisa dos Programas.....	100
Tabela 12. Classificação das teses conforme o conceito de Desenvolvimento	110
Tabela 13. Classificação das teses conforme o conceito de Território	119
Tabela 14. Classificação das teses conforme o conceito de Região	128
Tabela 15. Classificação das teses conforme o conceito de Desenvolvimento Regional	132

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. O <i>HABITUS</i>, O CAMPO CIENTÍFICO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	24
1.1 O <i>habitus</i> e a teoria dos campos sociais de Bourdieu.....	24
1.2 O campo científico.....	31
1.3 Acepções do Desenvolvimento Regional	35
<i>O Desenvolvimento Regional nos programas brasileiros de Pós-Graduação</i>	<i>42</i>
2. O CAMPO CIENTÍFICO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	47
2.1 A Área CAPES Planejamento Urbano e Regional/Demografia.....	47
2.2 Os Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional no Brasil	49
Os primeiros cursos de doutorado em Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional no Brasil.....	53
2.3 Características dos agentes docentes e discentes do campo científico do Desenvolvimento Regional.....	64
3. O MÉTODO E AS TESES EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	76
3.1 A abordagem metodológica e tipo de pesquisa	76
<i>O corpus da pesquisa</i>	<i>79</i>
3.2 Características gerais das teses em Desenvolvimento Regional	80
3.2.1 Características gerais: variáveis objetivas.....	81
3.2.2 Características gerais: variáveis interpretativas	87

4. A ANÁLISE DAS TESES EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	97
4.1 Considerações sobre a análise de conteúdo.....	97
4.2 Os conceitos nas teses: discussão, tipologias e análise	101
4.2.1 O conceito de Desenvolvimento.....	101
4.2.2 O conceito de Território.	112
4.2.3 O conceito de Região	122
4.2.4 O conceito de Desenvolvimento Regional.....	130
CONCLUSÃO	135
REFERÊNCIAS.....	152
ANEXO A – Áreas de Avaliação CAPES, 2020.....	161
ANEXO B – Revistas que publicam artigos científicos relativos à produção intelectual sobre Desenvolvimento Regional no Brasil.....	162
APÊNDICE A – Lista de Programas de Pós-graduação: Área de Avaliação CAPES em Planejamento urbano e regional/Demografia, abril de 2021	163
APÊNDICE B – ANPUR – Lista de membros, 2020	164

INTRODUÇÃO

No atual período, segundo semestre do ano de 2022, estamos diante de um quadro global, nacional e regional de crises econômicas, sociais, políticas e ideológicas agravadas por uma pandemia que, em certa medida, ainda está presente e que deixou muitas sequelas. Vivenciamos recentemente a retomada de um projeto neoliberal com o debate sobre a redução do papel do Estado, privatização de serviços públicos, esvaziamento de políticas sociais, ambientais, redução de direitos trabalhistas e previdenciários. Em muitas situações, descaso e agravamento das desigualdades sociais, expondo em situação de vulnerabilidade considerável parcela da população mundial e do Brasil.

Nesse sentido, há também um abandono da agenda de planejamento e Desenvolvimento Regional, que orbita junto a outras proposições mais distantes, como possíveis respostas às crises.

A chegada de um novo ano, de discussões e possibilidades de mudanças internacionais e de novos governos eleitos, ao passo que confortam e renovam as esperanças na retomada de um debate internacional, com forte repercussão em nosso país, em relação à promoção de um maior compromisso com o desenvolvimento humano.

Quando consideramos o debate acerca do Desenvolvimento Regional na América Latina, nestes últimos anos, verificamos que poucas ou nulas foram as ações conjuntas diante do cenário recente apresentado. Entretanto, a construção de teses acadêmicas e a produção de artigos científicos sobre o Desenvolvimento Regional é continuada. Ou seja, a construção e produção do conhecimento permanece e se coloca cada vez, de forma mais presente, como uma alternativa para a superação de muitas das crises que estamos atravessando. Dessa maneira, pensamos o Desenvolvimento Regional como um campo científico que muito pode contribuir com análises, interpretações, leituras, diagnósticos, orientações e ações para implementação de políticas públicas e ainda transformações sociais.

Cabe lembrar que a discussão relacionada ao Desenvolvimento Regional na América Latina ganha destaque a partir das décadas de 1950, 1960 e no início dos anos de 1970. Nesse período ocorreu o apogeu do planejamento regional latino-americano, quando a Comissão Econômica para a América do Sul e Caribe (CEPAL) e o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social

(ILPES), desempenharam um papel central na formação de equipes técnicas de governo. Os enfoques privilegiavam o planejamento de especialistas para especialistas (MATTAR; PÉREZ, 2015).

A América Latina recentemente viveu um sólido movimento de resgate do debate sobre o Desenvolvimento Regional em uma construção social em torno de interesses comuns. O caso do Brasil foi emblemático na virada do milênio, com o estabelecimento do Ministério da Integração, em 1999, e a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), em 2003.

Nesse contexto também tivemos, nos últimos anos no Brasil, um expressivo crescimento de Universidades, resultado de políticas públicas de expansão do ensino superior público federal e da pós-graduação. Destacamos que estas estiveram marcadamente localizadas para além da faixa litorânea e das grandes metrópoles brasileiras. Um processo que vem sendo qualificado como “interiorização” do ensino superior. Dessa maneira, ganha relevância a pesquisa e o surgimento de Programas de Pós-Graduação (PPGs) em Desenvolvimento Regional nas universidades fora dos grandes centros (ETGES *et al.*, 2019).

Contudo, sinalizamos para a formação de um campo científico do Desenvolvimento Regional. Partimos do entendimento de campo científico, conforme Bourdieu (1983b), que situa a ciência como produto do meio social envolvendo relações de interesse e poder, impossibilitado de total pureza e neutralidade. Os conflitos do campo científico correspondem a um âmbito político e epistemológico. As escolhas (do objeto, método, instrumentos, técnicas e recursos utilizados) não são simplesmente científicas, mas fazem parte de uma luta de poder, por prestígio e reconhecimento dos pares, também concorrentes.

Entendemos a existência de alianças entre os diferentes agentes que atuam e buscam, de certo modo, controlar a posse de determinadas formas de capital simbólico nesse campo. Ao mesmo tempo, ocorre a formação de hierarquias em seu interior com a predominância de concepções e universidades que atuam dentro do campo. Dessa maneira, existem grupos e agentes que se mantêm em posições de dominação por períodos longos em relação a outros, dominados. Em meio a esses conflitos – que entendemos presentes no campo científico do Desenvolvimento Regional, mas que ainda decorre de forma velada e incipiente –, buscamos enfatizar o *habitus* na abordagem regional do desenvolvimento a partir de teses construídas nesse campo. Em poucas palavras, procuramos pesquisar as características e

elementos (o *habitus*) que situam essas teses no campo científico do Desenvolvimento Regional. Assim, temos como material para análise 246 teses de doutorado defendidas de 2005 a 2019 nos PPGs da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Universidade de Salvador (UNIFACS), Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Situamos o Desenvolvimento Regional como um campo científico, nos termos de Bourdieu (1983a). Com isso, procuramos operacionalizar os ensinamentos desse autor na realização desta pesquisa. Para entendermos esse campo, primeiro temos que esclarecer que estamos nos referindo ao subcampo do Desenvolvimento Regional, da área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, como estabelece a CAPES. Isto é, consideramos campo científico do Desenvolvimento Regional no Brasil um grupo de PPGs em uma subárea de avaliação da CAPES.

O campo é um espaço relativamente autônomo, dotado de normas e regras próprias. Entretanto, não pode ser dissociado de seu entorno, pelo qual é, em menor ou maior grau, condicionado. Internamente, um campo implica conflito entre os “agentes” que o integram, visando a conquista ou a manutenção de posições. Hierarquias se estabelecem (e se desfazem) em conformidade com o “capital simbólico” detido por cada agente do respectivo campo (BOURDIEU, 2004).

À vista disso, entendemos que o campo indica que os agentes nele situados possuem uma identidade própria, adaptadas às exigências e necessidades do campo. Esses agentes possuem um *habitus* que lhes confere essa condição identitária e de pertencimento. Bourdieu (1983a), relaciona campo científico e *habitus* na medida em que o primeiro é, concomitantemente, produto e produtor do segundo, uma mentalidade produzida pelas práticas e relações típicas do campo, que se inculcam e se incorporam nos agentes que as realizam.

Nesse sentido, colocamos em evidência as teses de doutoramento como um importante registro que apresenta características, elementos do *habitus* do campo científico e do contexto no qual foram elaboradas e construídas. Dessa maneira, a análise de teses implica a compreensão de onde elas foram produzidas, a caracterização do PPG, seu corpo docente e a agenda de pesquisa, por exemplo.

Com isso, denominamos abordagem regional do desenvolvimento a correspondência do *habitus* que situa os estudos no campo científico do Desenvolvimento Regional. Essa abordagem pode apresentar uma orientação disciplinar e/ou uma orientação teórico-metodológica mais evidente, dada a

diversidade correlata à interdisciplinaridade do campo. Desse modo, como problema de pesquisa, indagamos: “Como se constitui o *habitus* na abordagem regional do desenvolvimento em teses no campo científico do Desenvolvimento Regional?”.

Assim, o objetivo geral é “analisar como se constitui o *habitus* na abordagem regional do desenvolvimento em teses no campo científico do Desenvolvimento Regional”.

Para atingir o objetivo geral, foram articulados os seguintes objetivos específicos: a) examinar as disciplinas das quais advêm as influências teóricas mais presentes nas teses de Desenvolvimento Regional, bem como os autores e obras/textos mais influentes; b) identificar as concepções de desenvolvimento, território, região e Desenvolvimento Regional presentes nas teses analisadas; e c) analisar como a abordagem regional adotada nas teses é explicitada na metodologia, na operacionalização dos problemas de pesquisa e na análise dos resultados.

A fim de melhor operacionalizar esse problema de pesquisa articulado aos objetivos geral e específicos, propomos três questões norteadoras, que consideramos relevantes para direcionar o caráter investigativo da pesquisa: a) de quais disciplinas advêm as influências teóricas mais presentes nas teses de Desenvolvimento Regional? E quais os autores e obras/textos mais influentes?; b) como são concebidas as noções de desenvolvimento, território, região e Desenvolvimento Regional presentes nas teses analisadas?; e c) de que modo a abordagem regional adotada nas teses é explicitada na metodologia, na operacionalização dos problemas de pesquisa e na análise dos resultados?

Cabe ainda esclarecer que uma abordagem regional do desenvolvimento da forma comentada não é única nem estanque. Não intencionamos investigar se as teses apresentam ou não uma abordagem regional, mas sim, o que é a abordagem regional de acordo com as teses. Temos o entendimento de que os PPGs em Desenvolvimento Regional possuem estruturas curriculares, linhas de pesquisa e formação do corpo docente distintas, o que faz com que, embora a área de concentração seja a mesma, a abordagem regional do desenvolvimento possa ocorrer de forma distinta.

A importância da pesquisa em Desenvolvimento Regional está situada em um contexto de aprofundamento da globalização e da integração econômica sob a hegemonia do capital internacional. Esta aparece acompanhada da fragmentação dos territórios nacionais, por meio da guerra dos lugares, cidades e por investimentos

internacionais. A necessidade, portanto, de pensar o regional como ação estratégica e possível de criação de alternativas ao modelo hegemônico recebe cada vez mais destaque.

O debate crescente sobre Desenvolvimento Regional e o aumento significativo de PPGs nessa área possibilitam a realização de uma pesquisa a partir de teses já construídas e publicadas sobre o assunto. Cabe ressaltar que a perspectiva do desenvolvimento possibilita uma diversidade muito grande de abordagens. No entanto, temos o interesse de investigar a abordagem regional do desenvolvimento em teses de Desenvolvimento Regional. Com isso, colocamos em evidência o grande crescimento, no Brasil, da construção e produção científica em Desenvolvimento Regional.

O documento da CAPES referente à área de “Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PURD)”, explica sua composição em duas subáreas: Planejamento Urbano e Regional (PUR); e Demografia. Elas correspondem a três campos principais: o Planejamento Urbano, a Demografia e o Desenvolvimento Regional. Esta última com um aumento expressivo no número de PPGs (CARMO, 2018).

Outrossim, a discussão relativa ao campo científico do Desenvolvimento Regional aparece com cada vez mais destaque em importantes eventos da área.

Podemos verificar nos dois últimos ENANPUR (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), em painéis e importantes conferências. O XVIII ENANPUR ocorreu em 2019, em Natal-RN (UFRN), e o XIX ENANPUR, em 2022, evento totalmente on-line devido à pandemia do Coronavírus. Essas discussões terão continuidade no XX ENANPUR, programado para maio de 2023, em Belém-PA. Do mesmo modo que no SEDRES (Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade), com os painéis a partir do III SEDRES, 2016 (Blumenau-SC); no IV SEDRES de 2018 (Palmas-TO); no V SEDRES, 2021 (Taubaté-SP) e VI SEDRES, 2022 (Crato-CE). Nos últimos SIDR (Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional), realizados pelo PPGDR-UNISC, as discussões continuaram e também foram formados painéis, os quais destacamos: “Construção de conhecimento em Desenvolvimento Regional – aportes teórico-metodológicos”, formado no VII SIDR em 2015; “Desafios e Potencialidades da Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional no Brasil”, no VIII SIDR de 2017; “A construção do campo do Desenvolvimento Regional: Desafios, Estratégias e Possibilidades”, no IX SIDR de 2019; e mais recentemente “O

Desenvolvimento Regional em perspectiva: desafios teórico-metodológicos”, no X SIDR, ocorrido em 2021 (evento on-line).

No que diz respeito à originalidade e relevância desta pesquisa, bem como o interesse e motivação na busca por esclarecimentos vinculados ao Desenvolvimento Regional, está a trajetória acadêmica do autor. Esta teve início na graduação em Geografia, como bolsista de iniciação científica, e teve continuidade como bolsista voluntário no PPGDR-UNISC, seguida pela construção da dissertação de mestrado e uma angústia compartilhada com os colegas (discentes de mestrado e doutorado) acerca dos elementos que situam e diferenciam os trabalhos no campo do Desenvolvimento Regional. A participação em estudos relacionados à interiorização da pesquisa e à formação do PPGDR-UNISC, junto à realização de um mestrado dentro da área do Desenvolvimento Regional, foram fundamentais para o despertar do interesse em compreender o que corresponde a uma abordagem regional do desenvolvimento.

Para tanto, além desta introdução e da conclusão, estruturamos este estudo em quatro capítulos. No capítulo 1, seguinte a esta introdução e denominado “O *habitus*, o campo científico e o Desenvolvimento Regional”, buscamos destacar as contribuições que consideramos pertinentes sobre o conceito de *habitus* e a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu. Procuramos dar maior visibilidade a aspectos centrais das premissas epistemológicas que orientam a construção intelectual de Bourdieu. Desde a praxiologia, “uma teoria da prática”, identificada como uma resolução através da relação dialética entre subjetivismo e objetivismo; o *habitus*, como princípio mediador de correspondência entre as práticas individuais e as condições sociais, constituído em determinado grupo social e materialidade; o campo, um espaço relativamente autônomo, dotado de normas e regras próprias; até os tipos de capital, representando o poder simbólico dentro do campo e que recebe maior valoração. Na sequência, aproximamos a construção teórica do autor com a temática científica, e o que estamos entendendo por campo científico e como pensamos no *habitus* na construção das teses de doutoramento.

Ainda neste capítulo, procuramos dar ênfase aos sentidos atribuídos ao Desenvolvimento Regional, pela literatura clássica até períodos mais recentes. Realizamos uma revisão bibliográfica acerca dos debates considerados relevantes: América Latina e CEPAL; o *Tennessee Valley Authority* (TVA) nos EUA; a crítica à “Nova Ortodoxia Regional”; e contribuições de Jean-Claude Perrin (1936-), Sergio

Boisier (1939-), Georges Benko (1953-2009), Celso Furtado (1920-2004) e Milton Santos (1926-2001). Também sublinhamos as construções de Dinizar Fermiano Becker e Virgínia Elisabeta Etges, ligados ao PPGDR-UNISC, Marcos Antônio Mattedi e Ivo Marcos Theis, vinculados ao PPGDR-FURB e Jandir Ferreira Lima, junto ao PPGDRA-UNIOESTE, presentes em debates e discussões nos programas brasileiros de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

O capítulo 2, intitulado “O campo científico do Desenvolvimento Regional” traz um panorama geral de diferentes ambientes, como a CAPES, formada ainda em 1951, quando o país tinha somente um curso de Pós-graduação. Seu objetivo continua em vigor, de promover o aperfeiçoamento em nível superior, atrelado às necessidades de desenvolvimento do país. A entidade organiza a Pós-graduação brasileira em áreas de avaliação, que utilizamos como referência na definição dos cursos pertencentes ao campo científico do Desenvolvimento Regional. Outro ambiente que consideramos, corresponde ao recorte institucional da CAPES para a área PURD, formada por três campos principais: o Planejamento Urbano, o Desenvolvimento Regional e a Demografia. Mostramos a complexidade e diversidade da área, bem como a distribuição espacial, com o aumento relevante nos números de programas, cursos da área e do campo nos últimos anos.

Na sequência, selecionamos os primeiros cursos de doutorado em Programas de Pós-Graduação de Desenvolvimento Regional no Brasil, a saber: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC de 2005; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, UNIFACS, 2006; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, UNIOESTE, de 2010; e Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, FURB de 2012. Relacionamos o curso com o Programa e a Instituição de Ensino, ou seja, resgatamos a temporalidade do curso e contextualizamos com a formação, a história do Programa e a unidade com a instituição e a região onde estão inseridos. Atentamos para o direcionamento das Linhas de Pesquisa, para a incipiente representação que os periódicos científicos editados pelos Programas da área apresentam e a participação dos PPGs na ANPUR. As características como número total, vínculo (tipo e tempo), gênero e formação no doutorado dos docentes, tal como o perfil, ocupação e gênero dos discentes e egressos, também foram analisadas. Dessa maneira, observamos a estrutura e os agentes que configuram o campo científico do Desenvolvimento Regional.

No capítulo 3, “O método e as teses em Desenvolvimento Regional”, como já mencionado, investigamos a abordagem regional do desenvolvimento da elaboração de teses sobre Desenvolvimento Regional a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos de Pierre Bourdieu. Dessa forma, as discussões acerca da praxiologia e o *habitus* no campo científico são retomadas e ganham linhas operacionais por meio dos registros das e nas teses. A opção por examinar as teses construídas passa pela maior complexidade, profundidade e tempo hábil para conclusão do estudo. Com isso, o universo da pesquisa correspondeu a 246 teses em Desenvolvimento Regional dos quatro primeiros programas de doutorado do campo. Tomamos como ponto de partida para o exame das teses a identificação de elementos comuns que poderiam ser homogeneizados. Para tanto, realizamos uma análise prévia das teses e construímos um banco de dados com informações que denominamos de variáveis objetivas e interpretativas.

Em nosso banco de dados, as variáveis objetivas estão presentes no texto ou têm relação direta com ele, a saber: Universidade/Programa; Ano da defesa; Nome do autor; Nome do orientador; Título; Linha de Pesquisa; e Palavras-chave. Como contribuição interpretativa no recorte das variáveis, sublinhamos as primeiras impressões acerca das teses, resultante de uma análise prévia sobre o objetivo (presente na introdução), o resumo e excertos da redação. Com isso, as teses foram agrupadas e classificadas conforme temas e autores mais citados nas referências.

Uma análise final das teses e constatações sobre a abordagem regional do desenvolvimento corresponde ao capítulo 4, “A análise das teses em Desenvolvimento Regional”. Organizamos este capítulo em condição análoga aos outros e em dois recortes. Princípios com nosso entendimento em relação à análise de conteúdo conforme orientações de Bardin (1977) e as contribuições de Triviños (1987). Dessa maneira, descrevemos as três etapas empregadas na realização da análise de conteúdo, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

No recorte imediato, apresentamos as construções de tipos dos conceitos e como eles estão presentes nas teses. Os conceitos que apontamos como fundamentais para pensarmos o Desenvolvimento Regional foram: Desenvolvimento; Território; Região; e Desenvolvimento Regional. Em todas as construções partimos de uma discussão sobre as principais ideias que influenciaram as classificações propostas. À vista disso, discutimos os conceitos com base em diversos autores para

estabelecermos tipos e classificarmos as teses conforme nossa leitura e interpretação dos resumos, introdução, conclusão/considerações finais e trechos dos capítulos.

Na Conclusão, abordamos a estrutura dos PPGs, bem como das Universidades que apresentam uma alcunha regional, situadas em territórios periféricos, com início recente dos cursos e com grande crescimento nos últimos anos (de PPGs e cursos). Também tratamos dos agentes, os docentes com formação predominante, o Colégio das Humanidades (Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas) e dos discentes (com primeira formação predominantemente em áreas de Ciências Sociais Aplicadas seguida das Ciências Humanas). Abordamos as teses que revelaram importantes temas e autores mais citados nas referências, agrupados em Geógrafos, Economistas, Sociólogos, além de metodologias científicas. Por fim, realizamos a análise de conteúdo das teses em que predominaram como tipos de classificação duas concepções de Desenvolvimento, um entendimento com bastante destaque para o conceito de Território, acrescido de uma condição periférica, um conceito de Região como sinônimo de território com aproximação do processo de regionalização aos estudos de caso e o conceito de Desenvolvimento Regional a partir de duas perspectivas, uma investigativa e outra propositiva.

1. O *HABITUS*, O CAMPO CIENTÍFICO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Neste capítulo, serão abordadas as contribuições que consideramos pertinentes sobre o conceito de *habitus* e a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu. Trataremos da aproximação da construção sociológica do autor com a temática científica e o que entendemos por campo científico. Também enfatizaremos os sentidos atribuídos ao Desenvolvimento Regional, pela literatura clássica até períodos mais recentes. Por último, apresentaremos algumas ideias sobre o Desenvolvimento Regional, que orbitam os debates e discussões em programas brasileiros de Pós-Graduação.

1.1 O *habitus* e a teoria dos campos sociais de Bourdieu

Pierre Bourdieu (1930-2002), sociólogo francês, considerado um dos mais importantes intelectuais de sua época, desenvolveu sua construção científica a partir da década de 1960, estendendo-se por uma extensa variedade de objetos e temas de estudo. Conforme Wacquant (2002. p.100),

Bourdieu concebia uma Ciência Social unificada como um ‘serviço público’ cuja missão é “desnaturalizar” e “desfatalizar” o mundo social e ‘requerer condutas’ por meio da descoberta das causas objetivas e das razões subjetivas que fazem as pessoas fazerem o que fazem. E dar-lhes, portanto, instrumentos para comandarem o inconsciente social que governa seus pensamentos e limita suas ações, como ele incansavelmente tentou fazer consigo próprio.

Catani (2011) lembra que Pierre Bourdieu desenvolveu uma sociologia que buscava estudar a lógica da dominação social e os mecanismos que a disfarçam e a perpetuam, evidenciando os princípios que regem essa lógica a partir de análises concretas. Trata-se de um crítico dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais, com um importante referencial na área das ciências humanas. Sua reflexão singular sublinha que os condicionamentos materiais e simbólicos agem sobre sociedade e indivíduos, numa complexa relação de interdependência. Nesse sentido, posição social ou poder, na sociedade, não dependem apenas do volume de dinheiro acumulado ou de uma situação de prestígio, mas sim da articulação de sentidos que esses aspectos podem assumir em cada momento histórico (SETTON, 2008).

Cabe destacar que, mesmo sendo reconhecida pela originalidade, a obra de Bourdieu é objeto de grande controvérsia. A maior parte de seus críticos, numa leitura parcial de seus trabalhos, classifica-o como um teórico da reprodução das

desigualdades sociais, lembra Setton (2008). “Uma sociologia da reprodução?” questiona Ortiz (1983, p. 25), acrescentando que a reprodução da ordem está além dos aparelhos coercitivos do Estado ou de ideologias oficiais. Isto é, está escrito nos níveis mais profundos que atingem as representações sociais ou as escolhas estéticas. E, novamente, Ortiz (1983, p. 26) questiona: “[...] no momento em que a análise desvenda os mecanismos de reprodução da ordem, [...] como pensar a transformação?”. No entanto, ainda que a reprodução social tenha sido uma problemática presente na obra de Bourdieu, não era essa a sua perspectiva. Para Wacquant (2007, p. 52) existe uma confusão:

[...] contrariamente à leitura comum de Bourdieu como um “teórico da reprodução”, a reprodução de classe não é uma conclusão inevitável, uma necessidade inerente do “sistema”, mas um resultado contestado (e portanto contingente) que tem de ser conquistado pelos dominantes sobre e contra as suas divisões internas, dúvidas e divergências, além da resistência ou recalcitrância da parte dos dominados (é o que Leibniz chamava uma “verdade de fato”, em oposição a uma “verdade da razão”). Luta, não reprodução, é a metáfora-chave operante do pensamento de Bourdieu.

Neste sentido, Setton (2008) afirma que a sociologia de Bourdieu é mais que uma sociologia da reprodução das diferenças, materiais ou econômicas, uma vez que se mostra interpretativa do jogo de poder das distinções econômicas e culturais de uma sociedade hierarquizada. De forma semelhante, Ortiz (1983, p. 29) defende que os estudos de Bourdieu representam grande importância e “[...] podem ser da maior valia desde que os consideremos fora de uma perspectiva imobilista do processo de reprodução”.

De acordo com Ortiz (1983), Setton (2008) e Lahire (2002), para melhor compreender/apreender as premissas epistemológicas que orientam a construção intelectual de Bourdieu, devem ser destacados aspectos centrais, como a praxiologia, o *habitus*, o campo e os tipos de capital.

A problemática teórica nos escritos de Bourdieu corresponde, essencialmente, à questão da mediação entre agente social e sociedade. Por isso, Bourdieu considera três modos de conhecimento teóricos (ORTIZ, 1983), onde dois deles só apresentam em comum a oposição ao modo de conhecimento prático. Um é representado pela fenomenologia, com maior destaque à subjetividade, que afirma como fundamental a experiência primeira do indivíduo e compreende o mundo social como elaboração das relações entre estes indivíduos, reduzindo a compreensão do mundo social como objetivamente produzido. Outro modo que pode ser representado pelo estruturalismo, objetivista, que entende as relações sociais como objetivas e estruturadoras das

práticas individuais, retirando do sujeito quase toda possibilidade de interferência no estabelecimento dessas relações. Portanto, emerge como ponto central na reflexão de Bourdieu a antiga polêmica entre subjetivismo e objetivismo. Para resolvê-la, é indicado um outro gênero de conhecimento, distinto dos anteriores, que busca articular dialeticamente o agente social e a sociedade. A esse terceiro tipo de conhecimento teórico, Bourdieu (1983a) chama de praxiologia – uma teoria da prática –, que sustenta uma perspectiva relacional, buscando superar os outros dois modos de conhecimento teórico. Para superar o objetivismo, que acredita nas relações como realidades constituídas fora da história do agente ou grupo social, e o subjetivismo, que ignora o mundo social e que se afasta de uma reflexão das ações antecedentes em prol dos fins futuros do projeto e seus benefícios, Bourdieu apresenta o conceito de *habitus*, para sublinhar a relação entre o agente e o mundo social.

Diretamente conectado a esse conhecimento praxiológico é importante compreendermos a noção de *habitus*, pensada para superar uma visão objetivista e subjetivista da ação do homem no mundo. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade a partir da noção de *habitus*, implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. No interior desse embate, objetivismo e subjetivismo, o *habitus* é definido por Bourdieu (1983a, p. 61) como,

sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro.

O *habitus* foi concebido como princípio mediador de correspondência entre as práticas individuais e as condições sociais. Trata-se de um conceito “[...] capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades” (SETTON, 2002, p. 63). Essa leitura do conceito de *habitus* remete a uma análise relacional que enfatiza o caráter de interdependência entre indivíduo e sociedade. Dessa maneira,

[...] *habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano (SETTON, 2002, p. 63).

Os *habitus* individuais são produtos da socialização, constituídos em condições sociais específicas por diferentes sistemas de disposições. Outrossim, produzidos em condicionamentos e trajetórias diferentes, em espaços distintos, como a família, a escola, o trabalho, os grupos de amigos e/ou a cultura de massa, conforme lembra Setton (2002).

Como pondera Ortiz (1983), o *habitus* tende a conformar e orientar a ação, mas, na medida em que é produto das relações sociais, também assegura a reprodução das mesmas relações objetivas que o engendram. Segundo Lahire (2002, p. 45), “[...] Bourdieu transgrediu as fronteiras que separam (tanto nas instituições como nas representações) o campo da psicologia do campo da sociologia, o mental (ou o psíquico) do social, o individual do coletivo etc.”. Ou ainda, como Bourdieu (1983a, p. 47) sintetiza, “[...] o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade [...]”, uma interiorização da objetividade social que produz uma exteriorização da interioridade do agente.

O *habitus* é discutido no centro dos campos sociais, ou como sugere Lahire (2002), dos campos de poder. Assim, tratamos deste outro ponto central da construção intelectual de Bourdieu: o campo. A relação de interdependência entre *habitus* e campo é condição para seu pleno entendimento. A teoria praxiológica implica em uma dupla relação entre um *habitus* individual e uma estrutura de determinado campo social. Em linhas gerais, é a partir dos conceitos de *habitus* e campo que Bourdieu propõe a compreensão dos fenômenos sociais e a superação da dicotomia agente *versus* estrutura. Dessa maneira, ressaltamos que o *habitus* pode ser caracterizado, conforme Bourdieu (1983a), como um sistema de disposições duráveis e socialmente constituídas ao mesmo tempo em que são incorporadas pelos agentes de forma singular ou em conjunto, cuja funcionalidade é a significação e a representação das suas ações. Ou seja, “[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações [...]” (BOURDIEU, 1983a, p. 65).

A teoria de campos sociais de Bourdieu é pensada em um tempo histórico posterior ao do conceito de *habitus*, e procurava explicar lógicas internas estabelecidas dentro de determinado grupo social¹ (WATANABE, 2015). O campo,

¹ Conforme Watanabe (2015), a teoria dos campos sociais tem seu primeiro registro no artigo “*Une interprétation de la théorie de la religion selon Max Weber*” (publicado em 1971), no qual Bourdieu

pode ser considerado uma alternativa entre dois polos: um pós-moderno, que entende que para compreender a ciência basta ler os textos (seriam alfa e ômega, nada mais para ser conhecido); e outro representado por pessoas filiadas ao marxismo, que procuram estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. Isto é, entre texto e contexto existe um universo intermediário, o campo “[...] no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem [...] a ciência [...] um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004, p. 20).

O campo é um espaço relativamente autônomo, dotado de normas e regras próprias. Entretanto, não pode ser dissociado de seu entorno, pelo qual é, em menor ou maior grau, condicionado. Internamente, um campo implica conflito entre os agentes que o integram, visando à conquista ou à manutenção de posições. Hierarquias se estabelecem (e se desfazem) em conformidade com o “capital simbólico” detido por cada agente do respectivo campo (BOURDIEU, 2004).

À vista disso, entendemos que o campo indica que os agentes nele situados possuem uma identidade própria, adaptadas às suas exigências e necessidades. Esses agentes possuem um *habitus* que lhes confere essa condição identitária e de pertencimento. Bourdieu (1983a) relaciona campo científico e *habitus* na medida em que o primeiro é, concomitantemente, produto e produtor do segundo, uma mentalidade produzida pelas práticas e relações típicas do campo, que se inculcam e se incorporam nos agentes que as realizam.

O campo deve ser reconhecido como um espaço desigual e de lutas, onde os agentes possuem determinados tipos de capital que o valorizam dentro do campo. E as transformações e conservações dentro dele ocorrem quando os tipos de capitais concorrentes são colocados em questão, de forma a subverter os capitais valorizados ou conservar aqueles legitimados dentro desse espaço. Nesse sentido, Ortiz (1983, p. 22) lembra que, “A divisão do campo social em dominantes e dominados implica uma distinção entre ortodoxia e heterodoxia”. Aos dominantes correspondem as práticas de uma ortodoxia, interessada em conservar intacto o capital acumulado. Em contrapartida, aos dominados, as práticas heterodoxas tendem a desacreditar os detentores do capital legítimo. Os agentes situados junto à ortodoxia procuram

buscava interpretar as formas de poder internas dentro de um espaço social e que envolviam os *habitus* individuais e coletivos.

conservar sua posição por meio de uma série de instituições e de mecanismos que assegurem seu estatuto de dominação.

Nesse contexto, ganha relevância o capital, compreendido, na perspectiva de Bourdieu, segundo Watanabe (2015), como uma propriedade enquanto instrumento de troca simbólica. Esse capital pode ser de diferentes tipos: cultural, econômico, científico e social, e é notabilizado quando assume um papel de classificação na estrutura social. Esta é vista como um sistema hierarquizado de poder e privilégio, determinado tanto por relações materiais e/ou econômicas (salário, renda), como pelas relações simbólicas (*status*) e/ou culturais (escolarização) entre os indivíduos. Segundo esse ponto de vista, a diferente localização dos grupos nessa estrutura social deriva da desigual distribuição de recursos e poderes de cada um de nós. Por recursos ou poderes, Bourdieu entende mais especificamente o capital econômico (renda, salários, imóveis), o capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), o capital social (relações sociais que podem ser revertidas em capital, relações que podem ser capitalizadas) e, por fim, mas não por ordem de importância, o capital simbólico (o que vulgarmente chamamos de prestígio e/ou honra).

Para Bourdieu (2004), o capital científico está classificado em duas espécies: o “institucional”, temporal, político e do poder sobre o mundo científico; e o “puro”, específico e da autoridade propriamente científica. O primeiro, institucional e institucionalizado, está ligado à ocupação de posições importantes em instituições científicas, de administração científica (como na coordenação de grupos de pesquisa, na chefia de departamentos, na participação em comitês de avaliação). O segundo, corresponde ao prestígio pessoal, que consiste no reconhecimento junto aos pares em determinado campo científico. O reconhecimento aumenta na medida em que o pesquisador e/ou intelectual obtém sucesso na atividade e descoberta científica, que contribui diretamente para o desenvolvimento da sociedade e do seu campo.

Em linhas gerais, a posição de privilégio ou não privilégio ocupada por um grupo ou indivíduo é definida de acordo com o volume e a composição de um ou mais capitais adquiridos e/ou incorporados ao longo de suas trajetórias sociais. O conjunto desses capitais seria compreendido a partir de um sistema de disposições de cultura (nas suas dimensões material, simbólica e cultural, entre outras), denominado *habitus* (SETTON, 2008).

Contudo, vale reproduzir a exposição bastante didática dos elementos fundamentais e relativamente invariantes da definição do campo a partir de diferentes obras e artigos de Bourdieu, elaborada por Lahire (2002, p. 47-48),

- Um campo é um microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social (nacional) global.
- Cada campo possui regras do jogo e desafios específicos, irredutíveis às regras do jogo ou aos desafios dos outros campos (o que faz “correr” um matemático – e a maneira como “corre” – nada tem a ver com o que faz “correr” – e a maneira como “corre” – um industrial ou um grande costureiro).
- Um campo é um “sistema” ou um “espaço” estruturado de posições.
- Esse espaço é um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições.
- As lutas dão-se em torno da apropriação de um capital específico do campo (o monopólio do capital específico legítimo) e/ou da redefinição daquele capital.
- O capital é desigualmente distribuído dentro do campo e existem, portanto, dominantes e dominados.
- A distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é, portanto, definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo.
- As estratégias dos agentes entendem-se se as relacionarmos com suas posições no campo.
- Entre as estratégias invariantes, pode-se ressaltar a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão (o estado da relação de força existente). As primeiras são mais frequentemente as dos dominantes e as segundas, as dos dominados (e, entre estes, mais particularmente, dos “últimos a chegar”). Essa oposição pode tomar a forma de um conflito entre “antigos” e “modernos”, “ortodoxos” e “heterodoxos”
- Em luta uns contra os outros, os agentes de um campo têm pelo menos interesse em que o campo exista e, portanto, mantêm uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem.
- Logo, os interesses sociais são sempre específicos de cada campo e não se reduzem ao interesse de tipo econômico.
- A cada campo corresponde um *habitus* (sistema de disposições incorporadas) próprio do campo (por exemplo o *habitus* da filologia ou o *habitus* do pugilismo). Apenas quem tiver incorporado o *habitus* próprio do campo tem condição de jogar o jogo e de acreditar na importância desse jogo.
- Cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu *habitus* e sua posição no campo.
- Um campo possui uma autonomia relativa: as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas (econômicas, sociais, políticas...) externas ao campo pesa fortemente sobre a questão das relações de força internas.

Essa síntese é extremamente válida por ilustrar muito bem e de forma objetiva a amarração entre os pilares do pensamento de Bourdieu. Depois desse panorama sobre a teoria dos campos sociais de Bourdieu, abordaremos na sequência o campo científico, para caracterizar as suas especificidades.

1.2 O campo científico

No que diz respeito ao campo científico, conforme Watanabe (2015), Bourdieu trata deste campo, especialmente, a partir da década de 1970, em dois artigos e posteriormente em dois livros². Em linhas gerais, o campo científico corresponde a um espaço de lutas desigual entre agentes diversamente dotados de capital, desigualmente capazes de impor seus produtos, e de apropriação do trabalho científico produzido pelos pares/concorrentes. Da mesma maneira que a sociedade, o campo científico está dividido entre dois polos: os dominantes, que acumulam capital científico, na parte superior da hierarquia, de onde podem impor uma definição de ciência conforme seus interesses; e os dominados, com pouco ou nenhum capital, na parte baixa da hierarquia. Hochman (1994) lembra que as possibilidades estratégicas para esses agentes são três: conservação por parte dos dominantes; sucessão – ascensão “por dentro” do campo e o acúmulo de crédito científico autorizado e prometido; e subversão – ascensão “por fora” do campo, por meio de uma ruptura (revolução) e obtenção de todo o crédito sem uma contrapartida aos dominantes.

Nas palavras de Bourdieu (1983b, p.122), o campo científico corresponde a um “[...] espaço de jogo de uma luta concorrencial”. Especialmente pelo monopólio da autoridade e competência científica, “[...] definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; [...] compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade) [...]”.

O campo científico é marcado por lutas pela autoridade científica. Semelhante a outros campos sociais (ou de poder), o campo científico apresenta formas bastante particulares de produção que surgem a partir dos interesses dos agentes. Essas formas ou competências configuram um reconhecimento associado às posições hierárquicas dentro do campo e, com isso, ao processo de busca pela autoridade científica. Esses interesses ocorrem por meio de dois processos: um relacionado às aspirações científicas, como a descoberta e a contribuição intelectual para a área do conhecimento; e outro relacionado ao desejo de prestígio, poder, fama e reconhecimento no campo (WATANABE, 2015).

Para Bourdieu (2004, p. 25),

[...] no domínio da pesquisa científica, os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de

² “Os usos sociais da ciência”, resultado de uma conferência no Instituto Nacional de Pesquisas Agronômicas (INRA) em 1977; e “Para uma sociologia da ciência”, decorrente da compilação de um curso ministrado no Collège de France entre 2000 e 2001 (WATANABE, 2015).

objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim posso dizer, "compensar", determinando uma concentração de esforços de pesquisa.

O campo científico pode ser entendido como um contraponto a duas tradições antagônicas. Por um lado, a ideia de uma “ciência pura”, independente do mundo social, e por outro, a ideia de uma “ciência aplicada”, caracterizada por sua subordinação ao contexto e sujeição a todas as demandas político-econômicas. Isto é, o campo científico está situado de forma intermediária entre esses dois polos, lugar onde “[...] estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem [...] a ciência” (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Nesse sentido, Hochman (1994) lembra que Bourdieu procurou a “comunidade científica”³ e descobriu muitas características do mercado. O conceito de campo científico é uma alternativa à noção de “comunidade científica”, que é muito diferente da neutralidade de uma comunidade de especialistas que cooperam para o avanço do conhecimento.

Ao procurar romper com a visão comunitária de Kuhn, que é criticado pelo silêncio em relação aos interesses, e instaurando uma visão mercantil da produção científica, Bourdieu pretende reintroduzir a sociedade capitalista de classes na análise da dinâmica científica (HOCHMAN, 1994, p. 211).

Fundamentado na oposição entre as noções de uma ciência completamente autônoma e outra completamente engajada, Bourdieu (2004) coloca sob análise duas formas de poder ou capital científico: um temporal ou político, e outro de prestígio. O poder político é “[...] poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas” (BOURDIEU, 2004, p. 35). Já o poder de prestígio é “pessoal”, mais ou menos independente da autoridade institucional, e “[...] repousa quase exclusivamente sobre o reconhecimento, pouco ou mal objetivado e institucionalizado, do conjunto de pares [daquela comunidade científica] ou da fração mais consagrada dentre eles”, conforme Bourdieu (2004, p. 35). Enquanto um diz respeito ao prestígio pessoal, reconhecimento do conjunto de pares/concorrentes, o outro é de caráter temporal (ou político), vinculado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas.

O capital científico está fundamentado no conhecimento e no reconhecimento dos pares e pelos pares. Bourdieu (2004) indica que a autoridade científica é resultado

³ Em alusão a Thomas Kuhn (1922-1996) e a noção de ‘comunidade científica’ presente em sua obra “Estrutura das revoluções científicas” publicada originalmente em 1962.

de um tipo de capital acumulado pelos agentes ao longo das trajetórias de lutas no campo. Esse capital científico pode ser compreendido como um tipo de capital de autoridade, outorgado pelos pares concorrentes pelo seu valor distintivo e sua originalidade. Ou seja, a especificidade do campo científico é que os produtores de conhecimento têm como consumidores seus próprios pares/concorrentes. E quanto maior a heteronomia do campo, mais imperfeita é a concorrência. Por outro lado, uma maior autonomia leva a uma concorrência mais puramente científica que exclui intervenções de forças sociais externas (BOURDIEU, 2004).

O acúmulo do capital científico ocorre de formas diferentes. O capital “político e institucionalizado” é adquirido por meio de estratégias, como a participação em bancas, palestras, organização de eventos e outras atividades científicas que possibilitem visibilidade ao agente. A acumulação do capital científico “puro” está relacionada às contribuições científicas, ou melhor, descobertas e estudos que contribuam para o progresso da ciência. Bourdieu (2004) lembra ainda que os processos de transmissão desses capitais também são distintos: no primeiro, que é mais fácil de ser transmitido, ocorre por meio da cooptação de determinado candidato em concurso ou na perpetuação de cargos burocráticos de poder. Já o segundo, requer um longo e lento processo de formação e colaboração.

No entanto, a acumulação dos dois tipos de capitais científicos por um agente é inviável, uma vez que para concentrar um desses capitais são necessários períodos relativamente longos. Aqueles que buscam ambos, acabam por obter uma posição frágil e de baixo crédito científico, visto que não conseguirão dedicar-se o suficiente para obter sucesso em ambos os intentos (Bourdieu, 2004).

Se ocorre que a acumulação de um forte crédito científico (junto aos pares) favorece de modo contínuo, e em geral, tardiamente (quer dizer, quando já é tarde demais), a obtenção dos poderes econômicos e políticos (da parte dos poderes administrativos, políticos etc.), a conversão do capital político (específico) em poder científico é (infelizmente!) mais fácil e mais rápida [...] (BOURDIEU, 2004, p. 39).

Nesse sentido, conforme Watanabe (2015, p. 64), tudo leva a crer “[...] que aqueles menos propensos as negociações políticas ou predisposições midiáticas teriam como consolo suas pesquisas [...]”, no entanto, “[...] as políticas funcionais para o progresso da ciência impõem uma tecnocracia das pesquisas científicas por pesquisadores que não, são, necessariamente, os melhores do ponto de vista dos critérios científicos”. Assim, ao mesmo tempo que o campo científico mostra-se mais autônomo em relação às pressões externas, menos influenciável aos capitais

temporais e menos exposto a critérios científicos externos, o capital científico puro torna-se tão importante para a manutenção da estrutura do campo quanto o capital político. Dessa maneira, os capitais envolvidos no campo possibilitam o entendimento dos sentidos de cada agente, suas formas de atuação e de tomada de posição dentro do campo científico.

Contudo, o campo científico é um espaço desigual de lutas, no qual os agentes são dotados de um capital específico que acumulam ao longo de sua trajetória no campo. Cabe aos recém-chegados adquirir este capital, a muito custo nas lutas do campo, ou juntar-se aos grupos já estabelecidos, mediante colaborações objetivas, que conduzem as disposições usurpadas pela autoridade científica coletiva. À medida que o campo se torna mais homogêneo e as descobertas diminuem, as estratégias de conservação ou subversão também se tornam mais rarefeitas. E decrescem as probabilidades de grandes inovações periódicas em proveito das inúmeras pequenas alterações permanentes (WATANABE, 2015).

Bourdieu (1983b) evidencia que no campo científico as revistas ocupam um plano especial (em relação às academias, prêmios etc.) no que compete à perpetuação da ordem científica dominante. Esta envolve o conjunto de instituições encarregadas de assegurar a produção. Para o autor, tudo permite pensar que os agentes selecionam os lugares de publicação em função das suas ideias sobre as "normas e regras". Por outro lado, entendemos que as teses de doutoramento detêm um plano especial, uma vez que, em certa medida, expressam as concepções mais presentes e consensos dos programas. Além disso, elas reproduzem, em parte, os pressupostos dos docentes orientadores e dos pares em volta da mesma temática.

Nesse sentido, podemos evidenciar as teses de doutoramento como importantes registro que apresentam características e elementos do *habitus* do campo científico, bem como do contexto no qual foram elaboradas e construídas. No embate hierárquico entre dominantes (docentes, discente e pesquisadores) que detêm maior capital, e dominados (outros docentes, discentes e pesquisadores) com menos capital, assinalamos as teses de doutoramento como registros desse conflito. Dessa maneira, a análise de teses implica a compreensão de onde elas foram produzidas, a caracterização dos programas, do corpo docente envolvido e da agenda de pesquisa.

1.3 Acepções do Desenvolvimento Regional

O Desenvolvimento Regional, de maneira bastante genérica, pode revelar as características e contradições de uma realidade regional e de seu território. De forma mais específica, no contexto de pesquisa, postula uma abordagem a partir do debate interdisciplinar. Por outro lado, pode trazer uma indicação de processo (referência à possibilidade de mudanças sociais) e de objetivo (projeção de alternativas desejáveis).

Nesse sentido, o Desenvolvimento Regional, para a CEPAL, sempre esteve atrelado a uma visão de desenvolvimento fundada em medidas econômicas. Isso desde sua criação, em 1948, cujo objetivo tratava de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina (mediante coordenação e ações de promoção deste), bem como reforçar a integração dos países da região. Mais recentemente, a instituição evidencia uma preocupação efetiva com as desigualdades, proclamando “a hora da igualdade”. Não que o tema das desigualdades tenha sido ignorado ao longo das sete décadas de existência da CEPAL, entretanto, somente agora, em 2010, este tema recorrente recebe maior atenção (THEIS et al., 2012).

Atualmente, como em décadas anteriores, a instituição acredita que medidas macroeconômicas podem ser eficazes no combate às desigualdades, a despeito dessas medidas terem consistido na permanência e no progressivo agravamento das desigualdades. Cabe, assim, destacar que a CEPAL continua ignorando, como antes, a complexa realidade regional, e suas preocupações estão muito mais alinhadas aos interesses das classes dominantes da América Latina e das elites dos países capitalistas centrais (THEIS et al., 2012).

Nesse sentido, institucionalizado de Desenvolvimento Regional, o caso do TVA foi emblemático e teve grande repercussão e influência no Brasil. Segundo Brose (2015), foi criado um tipo de autarquia federal autônoma, para implementar um novo tipo de política pública com o objetivo de combater a pobreza e promover o desenvolvimento de uma região. Essa região configurava um dos territórios mais pobres dos EUA. De acordo com Brose (2015) e Diniz (2009), a origem da TVA teve início com a crise de 1929, uma vez que a recessão econômica generalizada no mundo capitalista mostrou intensamente o problema das desigualdades nas regiões de muitos países industrializados. Com isso, a TVA foi pensada, em 1933, como parte

do *New Deal*, com o intuito de implementar políticas de redução de desigualdades em uma região específica.

Resumindo, a TVA cumpriu logo na primeira década o papel de um projeto piloto para testar inovações, gerando precioso aprendizado acerca de uma nova área de atuação pelo setor público: o desenvolvimento regional planejado pelo Estado. Diversos autores sugerem que cerca de vinte anos após a sua criação, a TVA havia cumprido com os principais objetivos originalmente propostos (BROSE, 2015, p. 20).

Entretanto, diante dos imprevistos com o envolvimento dos EUA na Segunda Guerra Mundial, a TVA teve suas funções radicalmente alteradas e, a partir da década de 1950, tornou-se essencialmente uma empresa pública de geração de energia, a maior do país. O agravante é que essa geração de energia tinha como base termelétricas a carvão, o que provocou intensa destruição ambiental na Cordilheira dos Apalaches (BROSE, 2015).

A transferência do modelo TVA para o Brasil, nos remete à denominada Missão Cooke de 1942, quando uma missão técnica dos EUA foi encarregada de assessorar o Governo Vargas e chamou a atenção do Governo Federal para a TVA. Foi sugerido que a missão estudasse o vale do rio São Francisco, sendo construída uma monografia sobre a aplicação do modelo TVA para essa região. As décadas de 1950 e 1960 marcaram o auge do otimismo de um Estado capaz de desenhar e implementar planos regionais de desenvolvimento, baseados na excelência técnica. Coincidiam tanto a campanha de divulgação da TVA, como orientações de planejamento oriundas da CEPAL. Como exemplo, foram criadas no Brasil a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (em 1953), e a Superintendência de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste (em 1956). O fato de o modelo TVA não ter promovido o Desenvolvimento Regional, seja na bacia do São Francisco ou no Nordeste como um todo, não representa um fenômeno apenas brasileiro. O modelo TVA também não foi replicado nos EUA, e sua replicação na bacia do rio Mekong (no sudeste asiático a partir da década de 1950) consumiu centenas de milhões de dólares para planos, mas não contribuiu para reduzir a pobreza (BROSE, 2015).

Com o objetivo de “repensar” o Desenvolvimento Regional, Fernandez, Amin e Vigil (2008b) apresentam um olhar crítico sobre o que consideram o arcabouço teórico dominante vinculado ao Desenvolvimento Regional. A partir daí, formulam diretrizes centrais para uma leitura alternativa, essencialmente focada na América Latina. Os autores analisam o processo de ressurgimento e conformação do que chamam de “Nova Ortodoxia Regionalista”. Afirmam que, a teoria do desenvolvimento tem

cobrando das regiões e localidades, há, ao menos, duas décadas e meia, um protagonismo. Introduziram conceitos como distrito industrial, cluster, regiões inteligentes, apresentando, muitas vezes, tais experiências de desenvolvimento localizado como novas panaceias a serem reproduzidas em outros países.

Para Fernandez, Amin e Vigil (2008b), existe uma aceitação quase “acrítica” dos diferentes enfoques produzidos por grupos de pesquisadores europeus. Isto é, bastava a publicação de artigos científicos ou livros com reflexões teóricas e/ou análises de experiências exitosas de desenvolvimento sobre a realidade europeia e norte-americana, para os cientistas latino-americanos se assumirem como defensores de tais enfoques. Passaram, assim, a balizar as investigações e publicações, sem nenhuma inquietude sobre a eficácia explicativa dessas reflexões ou análises para a realidade de países periféricos. Mais ainda, tais enfoques, historicamente, passaram a fundamentar nossas políticas públicas de desenvolvimento local e regional.

Por outro lado, na União Europeia, o ambicioso objetivo de construção de uma “Europa das regiões”, com altíssimos investimentos em regiões menos favorecidas, não tem apresentado uma redução significativa das desigualdades regionais. Em alguns casos, elas têm se acentuado. Dessa maneira, o problema reside em um grupo de inconsistências que tem dominado o corpo teórico do Desenvolvimento Regional, constituído em uma “nova ortodoxia”, tanto nos países centrais como periféricos. A resposta a essas inconsistências reside na possibilidade de formar uma “plataforma” a partir da qual seja possível repensar o Desenvolvimento Regional e formular indicativos de análises e políticas alternativas. Ou seja, “[...] uma inversão contra-hegemônica nos modos de construir e praticar o desenvolvimento regional, isto é, desenvolvendo uma consensualidade alternativa sobre o que deve ser analisado, como deve ser feito e como deve ser tratado”⁴ (FERNANDEZ; AMIN; VIGIL, 2008a, p. 555).

De acordo com Benko (1999), em uma exposição mais didática, o Desenvolvimento Regional faz parte da grande diversidade dos domínios da Ciência Regional⁵, que tem como propósito principal estudar a intervenção humana no

⁴ “[...] una inversión contra-hegemónica en las formas de construir y practicar el desarrollo regional, es decir, desarrollar una consensualidad alternativa acerca de lo que debe analizarse, cómo debe ser hacerse y cómo debe actuarse en consecuencia” (FERNANDEZ, AMIN, VIGIL, 2008a, p.555).

⁵ Os temas de análise da ciência regional podem ser agrupados em quatro grandes famílias: Localização das atividades econômicas; organização e estruturação do espaço; Interações espaciais; e Desenvolvimento Regional (BENKO, 1999).

território. O tema ganha destaque, notadamente, na França, a partir dos artigos (publicados em 1950) de François Perroux (1903-1987) sobre “os espaços econômicos” e Joseph Dobretsberger (1903-1970) com “teoria dos territórios econômicos”. Logo, o Desenvolvimento Regional está preocupado com o crescimento econômico, vinculado/dependente ao planejamento e ao crescimento urbano. A “Teoria dos polos de crescimento” (desenvolvimento) do mesmo Perroux, tem repercussão internacional e marca esse período, bem como as “teorias de base econômica”⁶, como a de Douglas North (1920-2015). Dessa maneira, Benko (1999) segue sua breve retrospectiva sobre o Desenvolvimento Regional, enquanto crescimento econômico dos e nos estados, destacando a contribuição de Alfred Marshall (1842-1924), Gunnar Myrdal (1898-1987), Ragnar Nurkse (1907-1959), Albert Otto Hirshmann (1915-2012) e John Friedmann (1926-2017).

A partir da década de 1970, a evidência está nos debates acerca do Desenvolvimento local, territorial, endógeno, comunitário e autocentrado. De acordo com Benko (1999), sinônimos interpretados como o paradigma mais recente do Desenvolvimento; e uma resposta ao insucesso dos modelos econômicos clássicos. Ou, ainda, um campo de estudos com uma grande notoriedade nos meios acadêmicos que, como lembra Veltz (1996, citado por BENKO, 1999), procura compreender nas estruturas territoriais históricas como a economia global se enraíza, transformando permanentemente o local. Por outro lado, ainda sobre o Desenvolvimento Local, Benko (1999) lembra um estudo de Mario Polèse que trata dos erros e excessos na simplificação de mecanismos econômicos e sociais de desenvolvimento.

Ainda na perspectiva regional da Economia do desenvolvimento, Perrin (1974, p. 5) afirma que “[...] *a abordagem regional renova a teoria do desenvolvimento* na medida em que introduz sistematicamente a dimensão espacial dos fenômenos”⁷. O autor compreende que muitos países da Europa Ocidental revelam uma notável convergência em direção a soluções regionais para as políticas implementadas para lidar com crises. O resultado são duas lições: o desenvolvimento deve ser descentralizado numa base regional; e o quadro regional permite uma adaptação e

⁶ Crescimento econômico regional determinado pelas possibilidades de exploração de recursos, cuja aceitação poderia ser muito vasta. Explica o crescimento econômico da região em termos de exportação de bens e serviços, faz uma distinção entre as atividades econômicas de uma região em básicas exportadoras e em não básicas residenciais (BENKO, 1999).

⁷ “*En réalité, l’approche régionale renouvelle la théorie du développement dans la mesure où elle introduit de manière systématique la dimension spatiale des phénomènes*” (PERRIN, 1974, p. 5).

modulação mais simples do crescimento e oportunidades para melhorar o meio de vida⁸ (PERRIN, 1974).

Boisier (2001) tem a preocupação de diferenciar o Desenvolvimento Regional do Desenvolvimento Territorial e, ainda, o Desenvolvimento Local, o Desenvolvimento Endógeno, o Desenvolvimento Descentralizado e Desenvolvimento de baixo para cima⁹. Nesses apontamentos, o Desenvolvimento Regional,

[...] é um processo de mudança estrutural localizada (em uma área territorial chamada "região") que está associada a um processo permanente de progresso da própria região, da comunidade ou da sociedade que habita nele e de cada membro individual de tal comunidade e habitante de tal território. Observe a complexidade dessa definição combinando três dimensões: uma dimensão espacial, uma dimensão social e uma dimensão individual¹⁰. (BOISIER, 2001, p. 7).

O “progresso” da região corresponde à transformação sistemática do território regional em um sujeito coletivo; o “progresso” da comunidade deve ser entendido como o processo de fortalecimento da sociedade civil e percepção de pertencimento; e o “progresso” de cada indivíduo diz respeito à remoção de barreiras que impeçam uma pessoa específica, habitante da região, de alcançar sua plena realização. Com isso, fica evidente nesta passagem que o elemento central reside na concepção de região, entendida como “um território organizado [onde vive uma comunidade dotada de certos princípios organizacionais] que contém, em termos reais ou em termos potenciais, os fatores de desenvolvimento próprio, com total independência da escala¹¹” (BOISIER, 2001, p. 7).

Sobre as noções de Desenvolvimento Regional em línguas estrangeiras, considerando um modesto número de textos selecionados¹² em quatro diferentes

⁸ *“L'aménagement du développement doit être décentralisé sur une base régionale – Cette exigence semble satisfaite dans de bonnes conditions en Allemagne fédérale, come aux Pays-Bas ou em Suisse. [...] Le cadre régional n'est-il pas aussi le plus approprié pour mieux moduler et adapter croissance et amelioration du milieu de vie? – Nous nous sommes cantonné, tout au long de ce livre, au problème du développement”* (PERRIN, 1974, p. 203-204).

⁹ Para melhor entendimento ver *“Los adjetivos del desarrollo: demasiados y redundantes”* em Boisier (2001).

¹⁰ *“[...] un proceso de cambio estructural localizado (en un ámbito territorial denominado “región”) que se asocia a un permanente proceso de progreso de la propia región, de la comunidad o sociedad que habita en ella y de cada individuo miembro de talo comunidad y habitante de tal territorio. Obsérvese la complejidad de esta definición al combinar tres dimensiones: una dimensión espacial, una dimensión social y una dimensión individual”* (BOISIER, 2001, p. 7).

¹¹ *“[...] región es un territorio organizado que contiene, en términos reales o en términos potenciales, los factores de su propio desarrollo, con total independencia de la escala”* (BOISIER, 2001, p. 7).

¹² Os autores utilizados neste estudo são: em idioma inglês Casey J. Dawkins (publicado em 2003) e por Frank Moulaert, Bob Jessop e Abid Mehmood (publicado em 2016); no idioma alemão Martin Coy (publicado em 1986) e Sabine Mühlinghaus (publicado em 2002); no idioma francês Jean-Claude Perrin (publicado em 1967) e Amor Belhede (publicado em 2012); em idioma espanhol Victor Ramiro Fernández

idiomas (inglês, alemão, francês e espanhol), Theis (2019, p. 339) conclui que: “[...] fora do Brasil, Desenvolvimento Regional pode ser reconhecido, fundamentalmente, como um processo econômico”. Sua síntese de dois textos em cada um dos idiomas citados anteriormente (e com um recorte temporal entre 1967 e 2016) identifica preocupações relativas a desigualdades socioespaciais, relações de poder, aspectos éticos e até questões metodológicas. Contudo, a dimensão econômica predomina.

Diniz (2009) assinala para o estabelecimento de duas escolas de pensamento sobre Desenvolvimento Regional. Essas escolas emergiram de um grande esforço teórico de interpretação sobre “[...] a questão das desigualdades regionais e da concentração, bem como de metodologias e técnicas de planejamento e de intervenção pública” (DINIZ, 2009, p. 230). Segundo o autor, uma resgatou a tradição germânica das teorias da localização e adaptou estas teorias ao pensamento econômico neoclássico, constituindo a chamada "ciência regional", sob a influência de Walter Isard (escola americana). Outra, sob a liderança de François Perroux, partiu das noções de economia dominante e empresa dominante e dos efeitos interindustriais, por meio do conceito de polo de crescimento e do papel central da empresa motriz para o crescimento dos polos (escola francesa). No entanto, mesmo partindo de proposições teóricas e analíticas distintas, têm em comum a ideia de relações interindustriais como elemento central no processo de Desenvolvimento Regional.

No caso brasileiro, obteve maior relevância a obra de Celso Furtado (1920-2004). Para Diniz (2009, p. 235), “[...] o livro *Formação econômica do Brasil* [de Furtado] pode ser lido como a primeira interpretação do Desenvolvimento Regional brasileiro”. A obra magna de Celso Furtado, para Brandão (2007), permite várias leituras; uma delas é a gênese e a consolidação das diferenças regionais no desenvolvimento brasileiro.

Nesse estudo, Furtado (1984) mostra preocupação com o problema do subdesenvolvimento e das desigualdades entre os territórios, desde nações até dentro de cada país. Indica que o Brasil passou por três grandes ciclos produtivos voltados à exportação: açúcar, no Nordeste; ouro e diamante, em MT, GO e MG; e café, no Sudeste. Os efeitos de expansão e declínio dessas atividades produtivas e suas articulações deram origem a movimentos de ocupação do território brasileiro,

(publicado em 2001) e Andrés Enrique Miguel Velasco, Pedro Maldonado Cruz e Júlio César Torres Valdez (publicado em 2007).

configurando um mapa regional do país. Com isso, a economia brasileira alcançou, em certa medida, uma articulação entre as regiões, bem como o aumento das diferenças nos níveis de renda. Dessa maneira, o Desenvolvimento Regional está voltado à natureza, à estrutura e à dinâmica de regiões ou à articulação entre elas, considerando o desenvolvimento nacional como um todo, inserido no contexto mundial. Lasta (2016, p. 177) lembra ainda que Furtado “[...] conseguiu compreender as várias questões estruturais do Brasil: desde a formação histórica e econômica, a formação dos espaços regionais, a integração do mercado interno e de suas regiões”. Que o Brasil com sua dimensão continental está imerso em um preocupante quadro de diferenças regionais, dotado de um modelo de desenvolvimento exclusivo, organizados de acordo com os interesses de uma minoria dirigente. Que o país reproduz um modelo de desenvolvimento essencialmente desigual.

Outra contribuição que também julgamos importante, apresenta como referência Milton Santos. Em sua trajetória acadêmica, de aproximadamente 50 anos, este reconhecido geógrafo brasileiro, desenvolveu propostas teórico-metodológicas com notória contribuição para as Ciências Humanas e Sociais, notadamente, a Geografia. Suas concepções para região, território, espaço geográfico, paisagem e lugar, são as mais reconhecidas e presentes, inclusive, no debate acerca do Desenvolvimento Regional. Concordamos com Lasta (2016, p. 178), que ao pesquisar a contribuição do pensamento social brasileiro para a questão regional, sintetiza que,

[...] Milton Santos chamou atenção especial ao processo de globalização que se manifesta com um caráter dual. O primeiro, é o que chamou de globalização perversa, que se materializa através dos interesses de uma classe que domina o mercado e se expressa na apropriação do território e seu uso. De outro lado, avista nessa globalização perversa, a possibilidade das pessoas, desde o seu lugar, reagir e resistir contra este modelo globalizante perverso que inclui apenas um grupo seletivo às suas benesses. A proposta de Milton Santos consistia em fortalecer as regiões onde as pessoas estão, de acordo com os seus modos de vida e que parece fazer sentido no período recente.

Milton Santos tratou da globalização em seus últimos escritos. De acordo com Ribeiro (2002), sobre a globalização, ele abordou aspectos econômicos, analisando o papel das empresas na internacionalização do capital, dos fluxos financeiros e suas implicações na cultura. Teorizou e criticou estes aspectos, propondo, ao final de sua vida, uma globalização solidária baseada em outros valores além da hegemônica.

Destacamos, assim, duas importantes áreas que fundamentam o debate sobre o Desenvolvimento Regional no Brasil: a Economia, representada por Celso Furtado (1920-2004), e, a Geografia, por Milton Santos (1926-2001). Esses pensadores

brasileiros compartilham as origens e vivências no Nordeste do país. O primeiro é um paraibano de Pombal, o segundo é baiano, nascido em Brotas de Macaúbas.

O Desenvolvimento Regional, no contexto das ciências disciplinares, insere-se como interdisciplinar. Com isso, as possibilidades investigativas, teóricas e metodológicas são inúmeras. Entretanto, acreditamos que existem elementos comuns e compartilhados na compreensão do Desenvolvimento Regional que caracterizam os temas de pesquisa dessa área.

A noção de Desenvolvimento Regional abrange elementos econômicos, ambientais e sociais. Esses elementos caracterizam determinado território como uma construção social, na qual numerosos agentes interagem com certo nível de interesses em comum. O território ganha destaque enquanto elemento fundamental desse debate, uma vez que é expresso pelo seu uso, ou seja, além de base física, traz a marca de gerações que o moldaram. Assim, o território materializa um conhecimento tecnológico alcançado por uma organização social.

Desenvolvimento Regional nos programas brasileiros de Pós-Graduação

Mesmo que de maneira breve, apresentaremos agora ideias sobre o Desenvolvimento Regional, internalizadas, que centralizam debates e discussões nos programas brasileiros de Pós-Graduação (PPGs) em Desenvolvimento Regional.

Theis (2019) lembra que, antes da criação dos primeiros PPGs em Desenvolvimento Regional, essa produção científica, nas universidades brasileiras, recebeu uma forte influência de autores estrangeiros. Como exemplo, cita Gunnar Myrdal "*Economic Theory and Underdeveloped Regions*" (1957), François Perroux "*Notes sur la notion de pôle de croissance*" (1955) e Albert Otto Hirschman "*The Strategy of Economic Development*" (1958), entre outros que se destacaram a partir de meados dos anos 1950 e no início dos anos 1960.

Nas últimas três a quatro décadas, a obra de Celso Furtado estabeleceu uma interlocução mais corrente no debate regional no Brasil. A partir da década de 1990, o debate acerca do Desenvolvimento Regional passou a receber especial atenção em PPGs criados, em certa medida, com essa intenção. Convém sublinhar que o Desenvolvimento Regional pode ser identificado em PPGs de diversas áreas, como linhas de pesquisa ou áreas de concentração.

Nesse sentido, apontaremos algumas construções sobre Desenvolvimento Regional que consideramos relevantes, de pesquisadores com inserção nesses

PPGs. Para Becker (2008, p. 37), a questão essencial foi, “Por que os processos regionais de desenvolvimento não são iguais dinamicamente e se diferenciam entre si?”. Em linhas gerais, o autor evidencia as culturas regionais, entendendo que em função de valores culturais acumulados regionalmente (ou do capital social), algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea e constroem, assim, seus próprios modelos de desenvolvimento. Nessas regiões, a produtividade se transforma no verdadeiro determinante da competitividade. Essa lógica inversa à empresarial (uma vez que lucro e competitividade são determinantes do crescimento da produtividade) qualifica ou desqualifica as regiões diante da nova economia global (BECKER, 2008).

Dessa maneira, “[...] uma sociedade mais organizada socialmente é uma sociedade mais participativa politicamente. E uma sociedade participativa politicamente é uma sociedade muito mais desenvolvida economicamente” (BECKER, 2008, p. 61). Assim, para Becker (2008, p. 62), o Desenvolvimento Regional é entendido como “[...] um processo de transformações econômicas, sociais e políticas cuja dinâmica é originada de dentro para fora por iniciativa própria dos sujeitos [...] coletivos regionais”. Ou seja, a dinâmica deste processo é *imprimida desde dentro*, por iniciativa de agentes “locais”, a partir de alterações endógenas manifestadas em mudanças estruturais ou qualitativas.

Segundo Mattedi (2014), os estudos em Desenvolvimento Regional proporcionam um paradoxo curioso: representam, por um lado, uma realidade estudada por muitos pesquisadores e, por outro, um estudo da realidade conduzido por poucos pesquisadores. Ou seja, muitos são os trabalhos “sobre” e poucos os trabalhos “com” Desenvolvimento Regional.

Uma pesquisa “sobre” Desenvolvimento Regional apresenta um cruzamento disciplinar contando com a contribuição de diversas ciências na tentativa de entender causas e consequências da intervenção humana no território. Pode ser caracterizada por um volume crescente de informações, sem nenhum tipo de critério para seguir. A pesquisa “com” Desenvolvimento Regional apresenta “[...] uma relação de ‘coconstrução’, no qual o desenvolvimento regional estimula sua própria compreensão e sua própria compreensão alimenta o desenvolvimento regional” (MATTEDI, 2014, p. 61). Assim, os estudos “sobre” Desenvolvimento Regional o entendem como fim, já os estudos “com” Desenvolvimento Regional o entendem como ponto de partida.

No que diz respeito à abordagem, lembra Mattedi (2014), aqueles que pesquisam “sobre” Desenvolvimento Regional têm, em certa medida, interesse em examinar como o processo de desenvolvimento altera a região ou como a região influencia o desenvolvimento, sem uma adequação de como isso deve ser feito. Isso resulta em pesquisas que trazem inconsistências teóricas, classificadas em dois grandes grupos: um de “teorias de contêiner” (desenvolvimento como entrada e região como saída) e outro de “teorias de envelope” (região como entrada e desenvolvimento como saída). No primeiro caso, a concepção da relação entre desenvolvimento e região se dá por meio de um processo que ocorre em um recipiente. Podem ser identificadas duas variantes teóricas, uma que se ocupa das características do recipiente e outra que observa como as relações entre os componentes formatam e configuram o recipiente. O segundo caso, constituído por um grande grupo de teorias, caracteriza-se por considerar as posições que o Desenvolvimento Regional assume e possibilita no contexto social.

Em linhas mais gerais, Mattedi (2014, p. 100-101), propõe, “[...] transformar o Desenvolvimento Regional de um tema de conhecimento de várias disciplinas, para uma forma disciplinar de produção de conhecimento”. Isso a partir de pressupostos epistemológicos, teóricos e metodológicos relacionados a uma produção do conhecimento “com” o Desenvolvimento Regional. Em síntese, implicaria a adoção de três operações simultâneas: uma epistemologia reflexiva, uma teoria contextual e uma metodologia relacional.

Ainda que de maneira bastante resumida, Theis (2019, p. 353) apresenta como questão elementar: “[...] o que é desenvolvimento regional desde a perspectiva sociocultural brasileira?”. Esse questionamento tem como ponto de partida o que chama de uma “referida inadequação da distinção entre fato e intenção”. Para esse autor, Desenvolvimento Regional é algo “bom”, inexistente, em favor do que são mobilizadas energias em resposta a algo “ruim”, que existe. O ruim são as desigualdades (sociais, econômicas, políticas) entre regiões, “[...] as disparidades regionais”. Dessa maneira, uma segunda pergunta a ser feita seria: “De que resultam mesmo essas disparidades regionais?” (THEIS, 2019, p. 354). Traz como resposta que em uma economia capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas em um território gera desigualdades. Isso se dá sobretudo porque as regiões detêm uma “[...] provisão de meios de produção, quantitativa e qualitativamente, diferenciada, assim como é diferenciada a produtividade de sua força de trabalho” (THEIS, 2019, p. 354).

O Desenvolvimento Regional como “remédio” para o combate às desigualdades. “No entanto, não existe apenas um remédio para as disparidades regionais” (THEIS, 2019, p. 354). Existem pelo menos três possibilidades de se enfrentar as disparidades regionais:

“[...] para um primeiro enfoque, desigualdades só podem ser corrigidas pelo mercado; para outro, desigualdades só podem ser corrigidas pelo Estado; e, para o terceiro, desigualdades deveriam/poderiam ser evitadas pela superação das condições materiais que, continuamente, as recriam” (THEIS, 2019, p. 354).

Para Ferreira de Lima (2010), a integração e o Desenvolvimento Regional são elementos complementares, relacionados à articulação das regiões e o fortalecimento de indicadores humanos e sociais. Dessa forma, os aspectos econômicos e o social são destacados como fundamentais em processos de integração e Desenvolvimento Regional. Quanto ao aspecto econômico, a integração necessita da consolidação de conexões das economias regionais. Entretanto, a ideia de integração extrapola o aspecto puramente econômico e envolve questões sociais e culturais. Quando considerado o aspecto social, a integração “[...] implica o fortalecimento do ser humano, a melhoria dos indicadores sociais e a criação de uma identidade coletiva em todos os espaços que irão se integrar” (FERREIRA DE LIMA, 2010, p. 9). Também é considerado elemento basilar para a formação de um espírito “empreendedor e desenvolvimentista”, segundo o autor, a identidade regional.

Ferreira de Lima (2010, p. 17-18), lembra que “[...] todo plano de desenvolvimento regional integrado passa pela melhoria das condições sociais e o acesso à educação de forma equitativa nas regiões”. Isto é, o processo de integração e Desenvolvimento Regional é feito para a sociedade, o que implica a garantia de “[...] equidade de oportunidades e de bem-estar social”. Desse modo, a integração dos espaços intra e inter-regionais, bem como a criação de uma identidade coletiva nas regiões são uma necessidade do Desenvolvimento Regional.

Outro entendimento, conforme Etges e Degrandi (2013), coloca em evidência que no decorrer da segunda metade do século XX, o debate sobre Desenvolvimento Regional no Brasil recebeu atenção especial sobretudo entre economistas e geógrafos. Nesse debate, dois enfoques principais se destacam: um entende a promoção do Desenvolvimento Regional a partir da redução/eliminação das desigualdades regionais, amparado na dimensão econômica do processo; outro propõe a compreensão da diversidade regional como potencialidade para o

desenvolvimento de regiões. O primeiro foi e continua sendo hegemônico, vigente em estudos científicos e documentos norteadores das políticas públicas. Já o segundo ganha destaque a partir da década de 1990, retomando a discussão sobre o conceito de região, com um novo enfoque.

O Desenvolvimento Regional enquanto redução das desigualdades regionais, corresponde a uma concepção fundamentada na compreensão de que as relações de produção tipicamente capitalistas se tornem hegemônicas. Com isso, as regiões tenderiam a desaparecer, uma vez que as especificidades que as teriam originado também desapareceriam. Nessa concepção, a industrialização era vista como a única forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza.

Por outro lado, o Desenvolvimento Regional enquanto valorização das particularidades regionais, atribui tais desigualdades à própria lógica econômica do modo de produção capitalista, expressa na concentração de capitais e rendas, das quais derivam a exclusão econômica, social e geográfica. Se, no primeiro enfoque, as desigualdades regionais e a própria região são tomadas como obstáculos, no segundo são tidas como particularidades que podem e devem ser potencializadas como forma alternativa de Desenvolvimento Regional (ETGES; DEGRANDI, 2013).

Nesse sentido, colocamos em relevo as palavras de Etges (2001, p. 363):

[...] para promover o desenvolvimento regional no contexto da realidade atual é preciso estar atento à dimensão horizontal do processo, conhecer em profundidade a região em questão, identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida. Além disso, é preciso criar formas de representação da vontade da maioria, identificada a partir da participação de todos, para permitir que uma nova forma de gestão do território possa ser gestada. Mas, acima de tudo, é preciso instalar governos comprometidos [...].

A partir dessas concepções e entendimentos, muitos deles em divergência, expressamos uma síntese sobre o Desenvolvimento Regional. Nosso enfoque é muito voltado a um pensamento crítico que privilegia o tratamento científico, direcionado à interpretação e análise das causas e efeitos das intervenções humanas no espaço, com o objetivo de compreender as contradições da realidade como parte de uma luta por mudanças. Assim, entendemos que um estudo científico, pode não intervir diretamente no espaço, mas pode contribuir muito para o exame e exposição de um problema. Buscamos dar ênfase a uma noção que extrapola uma simplificação de soma das concepções de desenvolvimento e região como termos carregados de significado e relacionados. A associação dos termos é diferente do conceito construído que procura considerar as condições do seu próprio entendimento.

2. O CAMPO CIENTÍFICO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Este capítulo procura oferecer um panorama geral dos diferentes ambientes relacionados ao que estamos definindo como Campo Científico do Desenvolvimento Regional. Tivemos a preocupação de situar, dentro da argumentação, a importância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a Pós-graduação no Brasil. Nesse sentido, esclarecemos nossa opção por recortar o campo científico a partir das definições institucionais propostas pela CAPES. Estamos considerando estrutura da realidade os programas de Pós-graduação e as universidades onde estes programas estão inseridos; e os agentes como o corpo docente e discente dos programas responsáveis pelas construções e reflexões teóricas das teses que investigamos nos capítulos posteriores.

2.1 A área CAPES, Planejamento Urbano e Regional/Demografia

Inicialmente, é importante lembrar que a CAPES foi formada em 1951, no segundo governo de Getúlio Vargas, época em que havia apenas um curso de pós-graduação em todo território nacional. A origem da entidade corresponde a uma campanha nacional com o objetivo de garantir a existência de pessoal especializado para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados, em benefício ao desenvolvimento do país. Para tanto, previa proporcionar aos indivíduos mais capazes e sem recursos próprios o acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamento (CAPES, 2011; CAPES, 2020b).

Nesse processo de formação da CAPES, dois nomes se destacam: o do baiano Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) e do alagoano Newton Lins Buarque Sucupira (1920-2007). Anísio Teixeira foi o secretário-geral da Comissão recém-formada para representar a campanha nacional de aperfeiçoamento do pessoal de nível superior em 1951 e presidente da CAPES até 1964.

Newton Sucupira foi o relator do Conselho de Ensino Superior que regulamentou os cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras, segundo o Parecer 977 de 1965. De acordo com Bomeny (2014), Newton Sucupira foi autor de mais de 400 pareceres, muitos deles relativos à definição e regulamentação de políticas educacionais no período do regime militar (1964-1985). Anísio Teixeira e Newton Sucupira apresentavam diferenças ideológicas e filosóficas que orientavam suas práticas intelectuais, mas convergiam de opiniões positivas sobre o

desenvolvimento e democratização da educação norte-americana – base que fundamentou o pensamento da pós-graduação no país (BOMENY, 2014).

A pós-graduação brasileira, em 1951, não apresentava regulamentação nenhuma. Neste período, existia somente um curso de pós-graduação em todo território nacional: o Programa de Doutorado em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que entrou em funcionamento em 1931 (CAPES, 2011). O doutorado da UFMG, em 2022, compõe o Sistema Nacional de Pós-graduação do Brasil, junto a 4.593 programas e 7.001 cursos (entre Mestrado Acadêmico, Doutorado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado Profissional) aprovados e recomendados, de acordo com os indicadores da Plataforma Sucupira (2022).

Nesse sentido, de 1951 até 1964, a função da CAPES era basicamente conceder bolsas de estudos. Neste primeiro recorte temporal, eram previstas 120 bolsas por ano, mas como não havia pessoal qualificado, as concessões dificilmente chegavam a 20. A partir de 1965, teve início a definição e regulamentação dos cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras. E na década de 1970, foi implantado e posteriormente implementado, o sistema de avaliação dos cursos de pós-graduação, junto ao primeiro Plano Nacional Pós-graduação. Dessa maneira, além de contribuir para a criação de mecanismos efetivos de controle de qualidade, a CAPES aprofundou sua relação com a comunidade científica e acadêmica (CAPES 2011).

Na década de 1980, a CAPES viveu um período de estabilidade, isto é, a transição para a Nova República não trouxe mudanças. Em 1990, a entidade foi extinta, e logo depois recriada. Em 1992, passou a fundação pública, e 1995, foi reestruturada como instituição responsável pelo acompanhamento e avaliação de cursos de pós-Graduação *stricto sensu* no país. Na primeira década dos anos 2000, também passou a induzir e a fomentar a formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica (CAPES, 2020b).

Contudo, a CAPES é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação, que, entre outras atribuições, realiza uma Avaliação Quadrienal dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todo o país. Os cursos melhor avaliados tendem a dispor de mais bolsas para seus estudantes, já os cursos com avaliação insuficiente são descredenciados. Para avaliação dos cursos, os programas de pós-graduação brasileiros foram agrupados em 49 áreas de avaliação e agregadas por critério de afinidade em dois níveis (verificar Anexo A). Um Primeiro Nível, subdividido em 3 Colégios, segregados no Segundo Nível que corresponde a 9

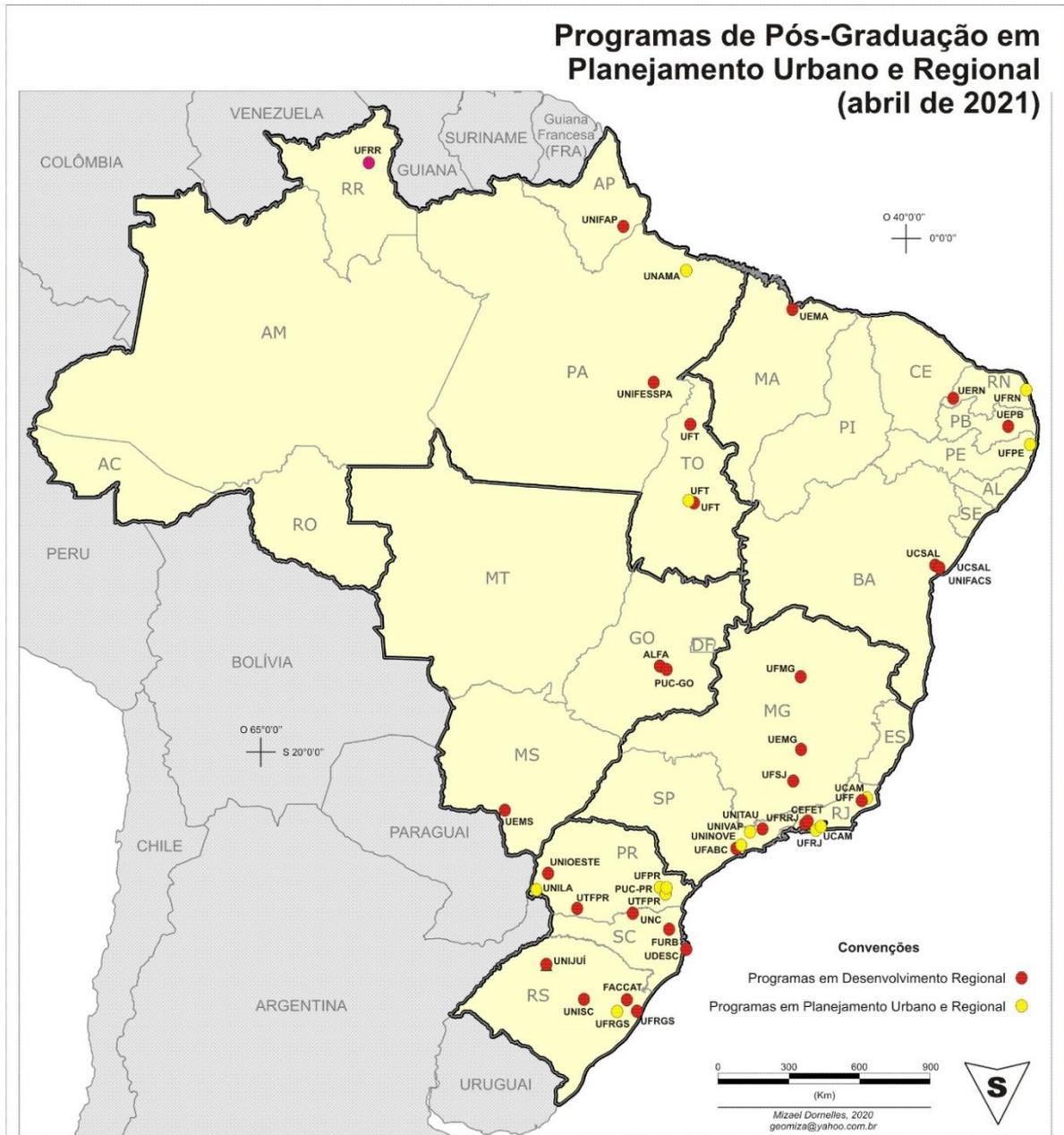
Grandes Áreas. A seguir, evidenciaremos a área do Planejamento Urbano e Regional/Demografia (PURD), que corresponde ao Colégio de Humanidades e a Grande área das Ciências Sociais Aplicadas.

2.2 Os Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional no Brasil

De acordo com o Documento da CAPES da Área PURD (CAPES, 2017), esta área é composta por duas subáreas: Planejamento urbano e regional (PUR); e Demografia. As duas subáreas correspondem a três campos principais: o Planejamento Urbano, o Desenvolvimento Regional e a Demografia. O mesmo documento destaca o grande crescimento da Área PURD, que passou de 6 para 47 programas no período de 1998 a 2016. A expansão do número de Programas da Área foi mais rápida do que a expansão do conjunto da pós-graduação no país. Entretanto, o significativo aumento do número de programas e da expansão territorial ocorreu com maior concentração nas regiões Sul e Sudeste do país, como podemos verificar na Figura 1.

Segundo o mesmo documento, o principal elemento condutor da interação entre os cursos da área é a abordagem interdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (CAPES, 2017). Em síntese, a subárea PUR compreende uma “interdisciplinaridade própria” baseada, por um lado, na aceitação de uma variedade de abordagens metodológicas “interdisciplinares”, dada a diversidade das temáticas trabalhadas nos Programas. Mas, por outro lado, essa interdisciplinaridade não procura ultrapassar e superar métodos disciplinares. Ela busca, na prática e na sua apropriação em ensino e pesquisa, dar conta da produção de conhecimento a respeito das questões que movimentam os cursos.

Figura 1. Mapa Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (abril de 2021)



Programas Desenvolvimento Regional

- CEFET / Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (Nova Iguaçu-RJ)
- FACCAT-RS / Desenvolvimento Regional (Taquara-RS)
- FURB / Desenvolvimento Regional (Blumenau-SC)
- PUC-GOÍÁS / Desenvolvimento e Planejamento Territorial (Goiânia-GO)
- UCSAL / Território, Ambiente e Sociedade (Salvador-BA)
- UDESC / Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental (Florianópolis-SC)
- UEMA / Desenvolvimento Socioespacial e Regional (São Luís-MA)
- UEMG / Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (Belo Horizonte-MG)
- UEMS / Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (Ponta Porã-MS)
- UEPB / Desenvolvimento Regional (Campina Grande-PB)
- UERN / Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (Pau dos Ferros-RN)
- UFABC / Planejamento e Gestão do Território (São Bernardo do Campo-SP)
- UFF / Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (Campos dos Goytacazes-RJ)
- UFMG / Sociedade, Ambiente e Território (Montes Claros-MG)
- UFRGS / Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (Tramandaí-RS)
- UFRRJ / Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (Seropédica-RJ)
- UFSJ / Desenvolvimento, Planejamento e Território (São João del Rei-MG)
- UFT / Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (Araguaiana-TO)
- UFT / Desenvolvimento Regional (Palmas-TO)
- UNC / Desenvolvimento Regional (Canoinhas-SC)
- UNIALFA / Desenvolvimento Regional (Goiânia-GO)
- UNIFACS / Desenvolvimento Regional e Urbano (Salvador-BA)

Programas Planejamento Urbano e Regional

- UNIFAP / Desenvolvimento Regional (Macapá-AP)
- UNIFESSPA / Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (Marabá-PA)
- UNIJUI / Desenvolvimento Regional (Ijuí-RS)
- UNIOESTE / Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Toledo-PR)
- UNISC / Desenvolvimento Regional (Santa Cruz do Sul-RS)
- UNITAU / Planejamento e Desenvolvimento Regional (Taubaté-SP)
- UTFPR / Desenvolvimento Regional (Pato Branco-PR)
- PUC-PR / Gestão Urbana (Curitiba-PR)
- UCAM / Planejamento e gestão da cidade (Campos dos Goytacazes-RJ)
- UCAM / Planejamento e gestão da cidade (Rio de Janeiro-RJ)
- UFPE / Desenvolvimento Urbano (Recife-PE)
- UFPR / Planejamento Urbano (Curitiba-PR)
- UFRGS / Planejamento Urbano e Regional (Porto Alegre-RS)
- UFRJ / Planejamento Urbano e Regional (Rio de Janeiro-RJ)
- UFRN / Estudos Urbanos e Regionais (Natal-RN)
- UFT / Gestão de Políticas Públicas (Palmas-TO)
- UNAMA / Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano (Belém-PA)
- UNILA / Políticas Públicas e Desenvolvimento (Foz do Iguaçu-PR)
- UNINOVE / Cidades Inteligentes e Sustentáveis (São Paulo-SP)
- UNIVAP / Planejamento Urbano e Regional (São José dos Campos-SP)
- UTFPR / Planejamento e Governança Pública (Curitiba-PR)

Fonte: SUCUPIRA, 2021. Elaborado pelo autor.

Sobre a inserção da área PURD no campo interdisciplinar, consideramos relevante uma introdução ao debate, lembrando que não há consensos sobre o tema, objeto de constantes controvérsias. De forma resumida, duas vertentes podem ser identificadas para a compreensão da interdisciplinaridade: a primeira vinculada a uma perspectiva idealista e à filosofia do sujeito, com uma preocupação em reconhecer as especificidades disciplinares, mas com a adoção de uma colaboração deliberada entre os saberes disciplinares (trata-se da concepção hegemônica). A segunda vertente concebe a interdisciplinaridade como construção histórica que não pode ser compreendida sem levar em conta as condições sociais e materiais de determinada época, em particular do modo de produção vigente. A subárea PUR (do Planejamento Urbano e Regional e do Desenvolvimento Regional) indica uma inclinação muito maior para a compreensão a partir da percepção de sua construção histórica do que da perspectiva da filosofia do sujeito. Essa observação tem como base a afirmação de que “[...] a interdisciplinaridade não aparece como resultado de uma reflexão explícita da Área, mas da mera prática daqueles que a formulam, até mais implicitamente, ao propor cursos de Pós-graduação” (CAPES, 2017, p. 9).

Dessa maneira, a interdisciplinaridade em Planejamento e Demografia parece estar mais próxima de uma visão histórica/dialética. Isto é, uma consequência resultante das reais condições de produção e construção do conhecimento a partir da implementação dos programas e seus cursos. Essa visão ganha maior respaldo quando consideramos a subárea do Desenvolvimento Regional, com Programas em universidades regionais fora dos grandes centros.

Porto e Theis (2016, p. 43), destacam um caráter multidisciplinar da área. Ou seja, a característica fundamental da área corresponde à sua alta diversidade, seja na natureza dos enfoques, ou nos formatos institucionais: “Esta diversidade correlaciona-se com a natureza eminentemente multidisciplinar da área e com a possibilidade de uma formação voltada para uma prática profissional intervencionista, bem como para a pesquisa, seja esta teórica ou aplicada”. No exame do comportamento dos cursos de Pós-Graduação da subárea PUR, em um recorte temporal de 45 anos (1970-2015), foi verificada uma forte atuação em termos de análises multidisciplinares nas pesquisas realizadas e uma descentralização regional de cursos de mestrado e doutorado. Em especial, a multidisciplinariedade destacada apresenta: a formação dos docentes envolvidos nos Programas com uma natureza diversa, mas mostra-se

como possibilidade de formação voltada a uma prática intervencionista, assim como para a pesquisa teórica e/ou aplicada (PORTO e THEIS, 2016).

A Plataforma SUCUPIRA¹³ (2021), como podemos verificar na tabela 1, informa que no conjunto de programas da área de avaliação PURD estão listados 47 Programas de Pós-graduação (e 70 cursos), divididos em 2 subáreas:

- Demografia com 4 Programas de Pós-graduação (8 cursos – 4 de Mestrado e 4 de Doutorado);
- PUR com 43 Programas de Pós-graduação (62 cursos – 38 de Mestrado, 19 de Doutorado, 4 de Mestrado Profissional e 1 de Doutorado Profissional).

Tabela 1. Totais de Programas de Pós-graduação e Cursos, 2021

	IES	Programas	Cursos				
			Total	M	D	MP	DP
Planejamento Urbano e Regional / Demografia	40	47	70	42	23	4	1
Planejamento Urbano e Regional	37	43	62	38	19	4	1
Desenvolvimento Regional	28	30	42	27	11	3	1

IES - Instituições de Ensino Superior; M - Mestrado; D - Doutorado; MP - Mestrado Profissional; DP - Doutorado Profissional. As IES com mais de um PPG na Área PURD são: UFT (3), PUC (2), UCAM (2), UFRGS (2), UFRGN (2) e UTFPR (2).

Fonte: SUCUPIRA, 2021. Elaborado pelo autor.

Entendemos que entre estes 43 PPGs em PUR, 29 correspondem ao campo do Desenvolvimento Regional e outros 14 ao Planejamento Urbano (os programas estão listados no Apêndice A). Verificamos que 18 PPGs apresentam Desenvolvimento Regional no nome; 2 apresentam Desenvolvimento Regional em uma das áreas de concentração; e outros 9 que apresentaram no título ou área de concentração os termos “dinâmicas regionais” (2) e/ou “território” e semelhantes (7).

No que diz respeito aos cursos de doutorado, na área PURD existem 23 cursos. Já no recorte da subárea PUR, são 19. Destes cursos da área PUR, somente 6 são anteriores a 2013, portanto, com relativo número de teses já defendidas. Dessa maneira, identificamos 4 cursos de doutorado situados em Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Consideramos esses Programas de Pós-graduação como os primeiros com doutorado no campo científico do Desenvolvimento Regional. Esses Programas são:

¹³ A Plataforma coleta, reúne e disponibiliza informações oficiais para análises e avaliações, processos e procedimentos que a CAPES realiza, e é a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) do Brasil. Fonte dos dados sobre a Avaliação Quadrienal.

- Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), início em 1994;
- Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, da Universidade de Salvador (UNIFACS), início em 1999;
- Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), início em 2003;
- Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau (FURB), início em 2000.

Cabe ainda destacar que o aumento expressivo do número de Programas está relacionado ao campo do Desenvolvimento Regional, como afirma Carmo (2018, p. 75). Essa já era uma tendência verificada no período anterior e que se manteve. Esse desdobramento pode levar à necessidade de uma discussão na área, no sentido de se reorganizar considerando três subáreas: Planejamento Urbano, Desenvolvimento Regional e Demografia. Essa constatação não diz respeito apenas a uma mudança de nomenclatura, mas ao fato de que a discussão sobre Desenvolvimento Regional tem avançado de maneira expressiva no Brasil.

Podemos verificar que a discussão sobre campo científico do Desenvolvimento Regional está se tornando mais relevante em eventos da área PUR. Nos últimos três Seminários Internacionais sobre Desenvolvimento Regional (SIDR VII, 2015; SIDR VIII, 2017; e SIDR IX, 2019), realizados pelo PPGDR-UNISC, foram organizados painéis e continuadas essas discussões. Além disso, nos últimos dois Seminários de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES III, 2016; e SEDRES IV, 2018) e no último XVIII ENANPUR de 2019 (Encontro nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), ocorreram painéis relacionados ao fortalecimento e consolidação do campo do Desenvolvimento Regional em Programas de Pós-Graduação brasileiros.

Os primeiros cursos de doutorado em Programas de Pós-Graduação de Desenvolvimento Regional no Brasil

O primeiro Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional tem como data de início o ano de 1994, ano da implementação do primeiro curso de mestrado. Posteriormente, em 2005, teve início o primeiro curso de doutorado, no mesmo programa, na UNISC, no município de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. Em 2006, foi implementado o segundo curso de doutorado em Desenvolvimento

Regional no país, junto ao “Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano”. Esse Programa foi instalado a partir do curso de mestrado, de 1999, na UNIFACS, em Salvador, Bahia. O terceiro curso de doutorado em Desenvolvimento Regional, teve início no ano de 2010, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, com mestrado que data de início em 2003, corresponde à UNIOESTE, em Toledo, Paraná. O quarto curso de doutorado em Desenvolvimento Regional, teve início em 2012, a partir do curso de mestrado, iniciado em 2000, no Programa de Desenvolvimento Regional da FURB, no município de Blumenau, em Santa Catarina.

Uma característica que merece maior atenção diz respeito à categoria administrativa (natureza jurídica) e origem das universidades sede desses quatro Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. As três universidades do Sul do Brasil são: privada comunitária (UNISC), especial (FURB) e pública estadual (UNIOESTE). Já a UNIFACS é uma universidade privada particular. Colocamos em evidência a origem destas universidades para entendermos uma classificação que transcende a categoria administrativa, mas que está diretamente relacionada a ela. Essa classificação procura discutir universidades regionais e universidades que estão nas regiões.

A origem da UNISC remonta a criação da sua mantenedora Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul (APESC), fundada em 1962, como uma entidade sem fins lucrativos e integrada por entidades representativas da comunidade regional. Inicialmente sem patrimônio, ela dependia de doações e do trabalho voluntário de seus membros para manter a Faculdade de Ciências Contábeis (1964). À medida que outros cursos eram incorporados, em 1980 foram criadas as Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (FISC), unindo quatro faculdades mantidas pela APESC (de Ciências Contábeis; Filosofia, Ciências e Letras; Direito; e Educação Física). Em 1993, o processo de formação da universidade terminou com o reconhecimento do *status* de universidade pelo Ministério da Educação do Brasil, que permanece até os dias atuais. Isto é, a origem e a trajetória da UNISC trazem a marca da comunidade regional expressada na priorização de projetos de caráter comunitário, com destaque para o associativismo, a cooperação e relações de parceria, características que marcaram a formação da região, povoada especialmente a partir do século XIX (SUCUPIRA, 2019; SILVEIRA et al., 2020).

Quanto à UNIFACS, ela foi fundada em 1972, com o nome de Escola de Administração de Empresas da Bahia. Posteriormente, em 1980, tornou-se a Faculdade Salvador (FACS) e em 1997 foi credenciada como universidade. Desde 2010 faz parte da Rede Laureate (conglomerado norte-americano do setor de educação). A universidade tem *campi* em Salvador e em Feira de Santana. Apesar de ter suas origens em um centro metropolitano, a universidade se intitula com uma vocação regional. Isso se justifica em estudos de ordem econômica sobre os municípios e regionalizações no estado da Bahia, realizados antes mesmo da criação do Programa em Desenvolvimento Regional. O Mestrado foi chamado inicialmente de “Análise Regional”, vinculado ao Departamento de Ciências econômicas e a outros dois setores da instituição, relacionados à pesquisa e consultoria. Apresenta como fundamento, a formação de economistas habilitados e comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico e regional, bem como a qualificação de pessoal para o planejamento (SUCUPIRA, 2019).

A UNIOESTE, como o nome já indica, é uma universidade estadual, com localização no oeste paranaense (é *multicampi*, formada pelos *campi* de Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Toledo). No município de Toledo está a sede do Programa em Desenvolvimento Regional. A origem dessa unidade universitária ocorreu a partir da FACITOL (Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato) em 1980, uma faculdade municipal isolada. A Fundação Municipal de Ensino Superior de Toledo (Fumest) era a mantenedora da instituição, criada ainda em 1979 pelos dirigentes do executivo e do legislativo municipal para este fim. A principal justificativa foi a dificuldade de acesso à formação superior dos municípios. Os dois primeiros cursos foram Ciências Econômicas e Filosofia. Em seguida, foram realizados esforços para a federalização da Facitol, junto a outras faculdades do oeste do Paraná no mesmo contexto. Devido às negativas de federalização, em 1986 iniciaram-se as tratativas para estadualização dessas faculdades, sendo a UNIOESTE reconhecida como universidade em 1994 (SUCUPIRA, 2019).

As discussões e a demanda para implantação de unidades de ensino superior em Blumenau tiveram início na década de 1950. No entanto, somente em 1964 foi instalada a Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau (primeira no interior de SC). Pode ser situada como resultado de um movimento comunitário para tornar mais abrangente o acesso ao ensino superior. À medida que foram criados e implantados novos cursos, com o apoio dos demais municípios da região, em 1986, ela foi

reconhecida como universidade. A contar de 1995, a FURB figura como Instituição de Ensino Superior mantida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, entendida como uma autarquia municipal de regime especial, com sede e foro no município de Blumenau (SUCUPIRA, 2019).

Isto posto, entendemos a UNISC, a FURB e a UNIOESTE como universidades regionais, que fazem parte de suas respectivas regiões por responderem a uma demanda a partir do interesse e esforço das comunidades regionais. Agora, a UNIFACS (uma universidade privada particular) não é resultado de uma construção coletiva de uma comunidade regional, e sim, muito mais decorrente do empenho de um segmento produtivo, localizada em um grande centro populacional, respondendo a outras preocupações, mas sem se afastar de um olhar para as regiões. Entretanto, mesmo localizada em um grande centro, a UNIFACS pode ser considerada periférica, uma vez que não assume o mesmo papel de protagonismo (incentivo à pesquisa, número de bolsas e de estudantes) em escala nacional das Universidades Federais. As quatro universidades apresentam identificação e reconhecimento regionais. Porém, as universidades da região Sul apresentam um maior protagonismo e inserção regional.

Ao constatar que essas universidades guardam uma forte relação com os territórios das regiões em que estão inseridas, cabe verificar os estudos de Rolim e Serra (2009). Estes discutem sobre as Instituições de Ensino Superior da região e as que estão na região, enfatizando os impactos econômicos a médio e longo prazo. Para os autores, este debate sobre universidades e desenvolvimento, ser da região ou estar na região, guarda relação com a perspectiva da economia do conhecimento. Regiões que possuem uma universidade têm na instituição um “considerável condicionante” para o desenvolvimento. No entanto, quando as universidades não conseguem compreender a dinâmica social e econômica das regiões em que estão inseridas, simplesmente estão na região. Quando “mergulham” na dinâmica das suas sociedades, procurando contribuir para a solução dos seus problemas, as universidades são da região.

Os Programas de Pós-graduação situados na região Sul do Brasil apresentam como características uma origem em Instituições de Ensino Superior não privadas e não federalizadas, com localização em “municípios do interior” (não capitais) e em cidades médias. Os três estados do Sul do Brasil apresentam um reconhecimento pelas diversas iniciativas, baseadas no associativismo e preocupação com o

desenvolvimento de suas regiões. Esses cursos foram criados em um recorte de aproximadamente 10 anos, entre 1994 e 2003. Vale lembrar que nesse período a globalização neoliberal avançava sobre os países periféricos. No caso brasileiro, passaram a ser adotadas medidas econômicas baseadas em elevadas taxas de juros, na privatização de empresas públicas e na abertura comercial. Medidas que trouxeram como consequência o aumento do desemprego e a queda nos rendimentos do trabalho. A criação desses Programas em Desenvolvimento Regional constituiu uma resposta da região Sul à globalização neoliberal que já produzia graves efeitos econômicos e sociais no Brasil (THEIS, 2019).

A inserção social, como lembrado nos documentos encaminhados pelos programas para a CAPES (SUCUPIRA, 2019), constitui um compromisso central das atividades em Desenvolvimento Regional. Os PPGDR-UNISC, PPGDR-FURB e PPGDRA-UNIOESTE indicam um conjunto de projetos e realizações que alcançam desde as instituições e organizações sociais até as comunidades mais próximas. Isso ocorre por meio de trabalhos de pesquisa e extensão, de palestras e de eventos. Quanto às comunidades de outras regiões, elas são alcançadas mediante palestras e publicações, tanto de docentes como dos discentes, bem como mediante a formação qualificada dos discentes e da atuação profissional dos egressos.

A UNIFACS e seu Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional destoa dessas semelhanças e parece guardar maior relação com um outro ponto também presente e ainda não mencionado nas citadas universidades sulistas. Trata-se da instrumentalização e qualificação superior *stricto senso*, dos docentes com formação em diversas áreas para colocação em tantos cursos disponíveis nessas instituições. Da mesma maneira, trata-se do oferecimento de um curso com uma perspectiva mais orientada a não competição, como os grandes centros e Programas de Pós-graduação já consolidados de Universidades Federais.

O PPGDRU-UNIFACS manifesta uma inserção social por meio de indicadores como de impacto tecnológico, econômico, social, cultural, ambiental resultante da pesquisa de docentes e discentes. Também contribui para uma formação técnica qualificada e com a realização de atividades de extensão universitária, no âmbito da cooperação com a sociedade (SUCUPIRA, 2019). Entretanto, nos parece que, muito mais com uma construção e um debate regional voltado a outras regiões, diferente da que está instalado.

No que diz respeito à especificação da abrangência das pesquisas e das construções nos Programas citados, entendemos como fundamental um comentário sobre as Linhas de Pesquisa. De acordo com a CAPES, Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa correspondem à vocação e especificidade de um Programa. Por um lado, a Área de Concentração indica a vocação inicial e/ou histórica do Programa, de maneira clara, mostra a área do conhecimento e os contornos gerais da especialidade na construção do conhecimento e na formação esperada. Por outro lado, as Linhas de Pesquisa correspondem à especificidade na construção do conhecimento dentro de uma área de concentração e são sustentadas, fundamentalmente, por docentes/pesquisadores do corpo permanente do Programa (SUCUPIRA, 2019).

Em estudo que procura definir um conceito para Linhas de Pesquisa, Borges-Andrade (2003) atenta para a expressão ser bastante mencionada e pouco compreendida. Apesar disso, partimos do entendimento que a definição de Linhas de Pesquisa dos Programas tenha passado por instâncias de discussão e aprovação institucionais. Nesse sentido, estamos considerando relevantes as proposições da CAPES, que indicam, associados a cada Linha de pesquisa, vários projetos, e as linhas de pesquisa, sob o domínio temático de uma Área de Concentração. Portanto, notamos uma espécie de hierarquia. Do geral para o específico compreende: Área de Concentração, Linha de Pesquisa e projeto de pesquisa.

Borges-Andrade (2003, p. 168-169) chama a atenção para uma confusão entre interesses de pesquisa e Linhas de Pesquisa, em que muitos pesquisadores listam seus interesses e esquecem as Linhas de Pesquisa de seus Programas, e procura esclarecer que, “[...] gente é gente e tem interesses de pesquisa; instituição é instituição e tem linhas de pesquisa”. Concordamos com esta constatação de que Linhas de Pesquisa são “[...] empreendimentos nos níveis de equipe ou organizacional, enquanto projetos pertenceriam a indivíduos ou equipes. Áreas de concentração seriam empreendimentos organizacionais”.

Uma linha de pesquisa é definida como um domínio ou núcleo temático da atividade de pesquisa do programa que encerra o desenvolvimento sistemático de trabalhos com objetos ou metodologias comuns. A cada linha de pesquisa podem ser associados vários projetos, cujo cadastramento é feito em menu próprio, e uma área de concentração, selecionada dentre aquelas já cadastradas pelo programa (SUCUPIRA, 2016, p. 47).

O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional na UNISC apresenta três Linhas de Pesquisa¹⁴, de acordo com a Plataforma Sucupira (2019): “Território, Planejamento e Sustentabilidade” (contempla um conjunto de temas relacionados à dinâmica territorial); “Estado, Instituições e Democracia” (enfoca o estudo das capacidades institucionais em diferentes níveis); e “Organizações, Mercado e Desenvolvimento” (concentrada na análise da atividade produtiva regional).

O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da FURB está organizado a partir de duas Linhas de Pesquisa: “Estado, sociedade e desenvolvimento no território”, que acolhe um conjunto de temas relacionados à compreensão da diversidade histórico-cultural do território; e “Dinâmicas socioeconômicas no território”, que trata da distribuição espacial e setorial da atividade produtiva. No Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE também são duas as Linhas de Pesquisa¹⁵: uma “Cadeias Produtivas”, que aborda temas relativos à economia e gestão dos negócios agroindustriais; e a outra “Economia regional e sociedade”, direcionada à teoria, modelos e métodos da economia urbana e regional. E na UNIFACS, o Programa de Pós-graduação indica duas Linhas de Pesquisa: “Desenvolvimento e Políticas Regionais”, que aborda o desenvolvimento e as políticas regionais; e “Desenvolvimento Urbano, Políticas Urbanas e Redes de Cidades”, que trata do estudo da história e teoria das cidades, do planejamento urbano e de seus serviços de funcionamento e gestão.

Podemos verificar que, em comum, aparece nas Linhas de Pesquisa a preocupação com as atividades produtivas, com um caráter bastante econômico. Porém, a UNISC e a FURB evidenciam o debate acerca do território. A UNIOESTE e

¹⁴ O PPGDR-UNISC apresentava, originalmente, no período de 1994 a 2002, quatro Áreas de concentração definidas: Desenvolvimento Sociocultural; Desenvolvimento Econômico Organizacional; Desenvolvimento Tecnoambiental; e Desenvolvimento Político Institucional. Em 2001, foi instalado um processo de reestruturação, com a substituição das quatro áreas de concentração então vigentes, por uma única e nova área: Desenvolvimento Regional. Dessa maneira, ocorreu também uma definição de Linhas de Pesquisa, que vigoraram de 2003 a 2010: Desenvolvimento e Integração Regional; Desenvolvimento, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente; e Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Em 2011, foram implementadas as novas linhas de pesquisa vigentes até o atual momento (SILVEIRA et al., 2020).

¹⁵ Até 2014, no PGDRA-UNIOESTE, eram 3 linhas de pesquisa: Cadeias produtivas; Economia Regional; e Sociedade e Desenvolvimento Regional. A partir de 2014, as linhas de pesquisa Economia Regional e Sociedade e Desenvolvimento Regional se fundiram e formaram a linha Economia Regional e Sociedade, e o Programa passou a ter duas linhas de pesquisa (SUCUPIRA, 2019).

a UNIFACS apresentam uma linha mais específica e outra abrangente. Uma linha específica, direcionada ao agronegócio (UNIOESTE) e voltada ao urbano e às cidades (UNIFACS); e uma linha abrangente que parece corresponder a todos os outros temas que podem ser considerados regionais.

Os demais Programas em Desenvolvimento Regional também convergem com as mesmas ou semelhantes motivações. Entretanto, a característica mais relevante, responsável pela criação e entrada de novos Programas de Pós-graduação no “campo” do Desenvolvimento Regional, é a “interiorização” da Pós-graduação no Brasil. Isto é, salvo exceções, os novos Programas em Desenvolvimento Regional localizam-se, em maioria, afastados das maiores concentrações urbanas de população do país, assim como da imensa faixa litorânea (na qual, historicamente, emergiram as mais antigas Instituições de Ensino Superior brasileiras), como podemos verificar no Figura 1. É nesses recentes Programas de Pós-graduação, de jovens instituições no “interior” do Brasil, que uma crescente produção científica sobre Desenvolvimento Regional vem tendo lugar. Onde o Desenvolvimento Regional no Brasil vem sendo, cada vez mais, objeto de pesquisa das/nas próprias regiões brasileiras (THEIS, 2019; ETGES *et al.* 2019).

No que diz respeito às Revistas, periódicos científicos ou revistas especializadas editadas por esses Programas, apresentam um reconhecimento mediano devido à classificação intermediária em que a CAPES as coloca. Nesse sentido, as revistas com melhor classificação para o Desenvolvimento Regional, não correspondem aos Programas de Desenvolvimento Regional e pouco representam a subárea do Planejamento Urbano e Regional.

Cabe esclarecer que as revistas científicas são periódicos editados com o objetivo de disseminar o conhecimento científico. Em linhas gerais, são classificadas segundo um parâmetro denominado Fator de Impacto¹⁶, uma forma de avaliar a divulgação, impacto e alcance dos artigos publicados em um cenário científico mundial. Dessa forma, o Qualis CAPES é o sistema usado para classificar a produção científica publicada em periódicos científicos dos programas de pós-graduação brasileiros. Ou seja, procura medir a qualidade dos artigos e outros tipos de produção,

¹⁶ “Fator de Impacto é a principal métrica que qualifica as publicações científicas com base nas citações que ela recebe. O cálculo é feito somando-se as citações dos artigos recebidas no ano do cálculo do fator de impacto e dividindo esse número pela quantidade de artigos publicados nos dois anos antecedentes a esse cálculo” (SIBI-UFRJ, 2020, n.p.).

a partir da análise sobre a qualidade dos veículos de divulgação. Conforme a CAPES, a função do Qualis é exclusivamente avaliar a produção científica dos Programas de pós-graduação do país.

O Qualis CAPES teve início em 1998, pensado como uma metodologia de avaliação trienal e com vigência até 2006. No triênio seguinte (2008), passou a vigorar o Novo Qualis, cuja classificação das revistas científicas é feita por comitês compostos por consultores de cada Área de Avaliação CAPES. Os critérios são previamente definidos pela área e aprovados por um Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES). Todos os critérios de avaliação estão descritos nos respectivos Documentos de Área da CAPES. Esta classificação passa anualmente por um processo de atualização e foi estratificada da seguinte maneira:

- A1 e A2: contemplam periódicos de excelência internacional;
- B1 e B2: abrangem os periódicos de excelência nacional;
- B3, B4, e B5: consideram os periódicos de média relevância;
- C: contemplam periódicos de baixa relevância, considerados não científicos e inacessíveis para avaliação.

Os estratos indicados acima, correspondem ao Novo Qualis Capes, referente aos triênios de 2007-2009 até 2010-2012 e ao quadriênio 2013-2016. Existe um novo modelo do Qualis em fase de discussão e aprimoramento pelas Áreas de Avaliação. Esse novo modelo deverá ser apresentado em sua versão final até a próxima Avaliação Quadrienal em 2021, quando os estratos atualizados serão publicados pela CAPES.

O quadro 1 mostra os programas do campo científico do Desenvolvimento Regional e suas respectivas revistas científicas. Podemos verificar que somente um Programa detém revista no estrato A, ou A2, periódico de excelência internacional, segundo a classificação no Quadriênio 2013-2016. Essa revista é editada no Programa de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional da UNITAU (Universidade de Taubaté, em Taubaté, São Paulo), curso de mestrado. O programa estuda a possibilidade de instalação de doutorado através de um DINTER (Doutorado Interinstitucional), junto a Programas em Desenvolvimento Regional de outras universidades. Dos 31 Programas, 19 não apresentaram revistas científicas, segundo levantamento que realizamos em 2019.

Quadro 1. Programas do campo científico do Desenvolvimento Regional e suas respectivas revistas (2019)

IES	Nome do Programa	Revista	Início	Qualis
FACCAT	Desenvolvimento Regional	Colóquio	2002	B2
FURB	Desenvolvimento Regional	RBDR	2013	B2
UnC	Desenvolvimento Regional	DRd	2011	B3
UNIJUÍ	Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento em Questão	2003	B2
UNISC	Desenvolvimento Regional	REDES	1996	B1
UNIOESTE	Desenvolvimento Regional e Agronegócio	Informe GEPEC	2010	B1
UNIFACS	Desenvolvimento Regional e Urbano	Desenvolvimento Econômico	1999	B2
UNITAU	Planejamento e Desenvolvimento Regional	RBG&DR	2004	A2
UERN	Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido	Geotemas	2011	B4
UDESC	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental	PerCursos	2000	B3
UNOCHAPECÓ	Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais	GRIFOS	2012	B5

Fonte: SUCUPIRA, 2019. Elaborado pelo autor.

De acordo com a mesma classificação, 10 revistas estão situadas no estrato B. Dentre as revistas neste estrato, estão aquelas editadas nos 4 primeiros Programas com doutorado em Desenvolvimento Regional. Temos que pontuar este quadro com a seguinte observação: para fins de reconhecimento dos trabalhos/estudos, pontuação e o estabelecimento da nota final dos programas, mediante avaliações trienais e mais recentemente quadrienais, a produção científica em revistas de maiores estratos. Isso indica que é fundamental para os pesquisadores docentes e discentes, publicações em revistas de Programas de outras Áreas de Avaliação CAPES, bem como revistas científicas internacionais e de associações ou Institutos de Pesquisa.

Nesse sentido, cabe mencionar que a lista disponibilizada pela CAPES, referente ao Novo Qualis (quadriênio 2013-2016), para a área PURD, traz 271 registros de revistas no estrato A, que representam 14,26% do total de revistas listadas (1901). O estrato B, corresponde a 79,91% dessas revistas, e o estrato C 5,84%, como podemos observar na tabela 2.

Tabela 2. Estrato das revistas Qualis CAPES para área PURD (2013-2016)

	Revistas	Percentual
A1	85	4.47%
A2	186	9.78%
Soma A	271	14.26%
B1	258	13.57%
B2	199	10.47%
B3	239	12.57%
B4	374	19.67%
B5	449	23.62%
Soma B	1519	79.91%
C	111	5.84%
Total	1901	100.00%

Fonte: SUCUPIRA, 2019.
Elaborado pelo autor.

De forma incipiente e arbitrária¹⁷ (com critérios próprios), considerando “[...] que os periódicos que importam passaram por avaliação do chamado Qualis [...]”, Theis (2019, p. 349) sugere uma lista de revistas que tratam do Desenvolvimento Regional. Isto, para responder à indagação de quais as revistas que publicam artigos científicos relativos à produção intelectual sobre Desenvolvimento Regional no Brasil. A lista apresenta 12 periódicos (ver Anexo B), dois deles que publicam em espanhol e, 10 brasileiros, publicados em português. Entre as 10 revistas brasileiras, 7 são editadas a partir de programas do campo científico do Desenvolvimento Regional. As outras 3 são publicadas pela ANPUR, pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento) e pelo Ministério da Integração Nacional¹⁸. Quanto à avaliação, somente 3 revistas estão no estrato A e apenas uma com A1.

Cabe ainda informar que o Desenvolvimento Regional é representado pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, como informa em seu *site*,

“[...] uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega programas universitários de Pós-graduação e entidades brasileiras que desenvolvem atividades de ensino e/ou pesquisa no campo dos estudos urbanos e regionais e do planejamento urbano e regional” (ANPUR, 2020, n.p.).

¹⁷ Alguns pontos importantes sublinhados por Theis (2019): o periódico deve ser destinatário da produção intelectual sobre Desenvolvimento Regional de pesquisadores brasileiros; deve ter cinco anos ou mais de existência e/ou cinco ou mais volumes publicados; deve estar avaliado pelo Novo Qualis CAPES.

¹⁸ Em 2019, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades foram fundidos e formaram o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Fundada em 1983, a ANPUR reúne atualmente (segundo o *site*, consultado em 2020), 66 membros atuantes nas áreas do Planejamento Urbano e Regional, do Desenvolvimento Regional, da Arquitetura e Urbanismo, da Geografia, da Economia e outras. O total de programas listados como associados é 10, e os outros 56 estão como filiados. Dos programas listados como membros, 20 (ver Apêndice B) correspondem ao recorte que estabelecemos como campo científico do Desenvolvimento Regional (5 programas constam como associados e 15 Programas como filiados). Os quatro programas com os primeiros doutorados em Desenvolvimento Regional, integram o quadro de membros Filiados.

A cada dois anos, é organizado o ENANPUR – Encontro Nacional da ANPUR, cujos trabalhos são publicados em anais. Desde 2014, são organizados bienalmente o SEPEPUR – Seminário de Avaliação do Ensino, Pesquisa e Extensão em Estudos Urbanos e Regionais e o ERCIPUR – Encontro das Revistas Científicas de Planejamento Urbano e Regional. Estatutariamente, a ANPUR é composta por sua Assembleia Geral, uma Diretoria e um Conselho Fiscal. A diretoria inclui a Presidência, Secretaria Executiva, a Secretaria Adjunta e quatro Diretores, que representam sua diversidade disciplinar e regional. A Associação não tem uma base fixa permanente, mas ganha o endereço das instituições que sediam a Presidência e a Secretaria Executiva (ANPUR, 2020).

Entendemos os Programas de Pós-graduação como as estruturas que exercem uma influência direta sobre a construção das teses em Desenvolvimento Regional. Assim, procuramos relacionar os Programas às Instituições de Ensino Superior e, dessa maneira, pensá-los como expressão regional de onde essas instituições estão sediadas. Colocamos em evidência as Linhas de Pesquisa dos Programas que ilustram os recortes das escolhas possíveis para as teses. Também consideramos as revistas científicas e ainda a ANPUR como elementos relevantes que influenciam os estudos de doutoramento. A seguir, analisemos os agentes participantes deste campo científico.

2.3 Características dos agentes docentes e discentes do campo científico do Desenvolvimento Regional

Para Bourdieu (2004), os agentes do campo científico fazem os fatos e o próprio campo científico a partir de sua posição neste campo, que determina suas possibilidades e suas impossibilidades. Assim, somente entendemos o discurso e o

interesse de um agente quando conseguimos vislumbrar a sua posição no campo se compreendermos “de onde ele fala”. E a “liberdade” para a construção científica é determinada pela distribuição de capital científico. Lahire (2002, p. 48), sobre a teoria de Bourdieu, lembra que: “Cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu *habitus* e sua posição no campo”.

Em poucas palavras, o agente, além de ser produzido, é produtor do mundo, embora seja necessário reconhecer a força das instituições nessa caracterização. As instituições existem independentemente da vontade dos agentes. Entretanto, a ação dos agentes influencia essas estruturas, podendo até mesmo alterá-las em longo prazo. No campo social, as posições dos agentes estão fixadas, mas, conforme Bourdieu (2004), ao mesmo tempo que o campo é espaço de imposição, também é um espaço de lutas que procuram transformar as forças do campo. As forças variam de acordo com as posições que os agentes ocupam dentro do campo e acontecem de maneira interativa ou conflitiva, levando à conservação ou transformação do campo. Com isso, destacam-se algumas características dos principais agentes, docentes e discentes do campo científico do Desenvolvimento Regional.

O número total de docentes em 2020 nos Programas de Pós-graduação de Desenvolvimento Regional da UNISC, FURB, UNIOESTE e UNIFACS corresponde a 57. Destes, 47 fazem parte do quadro permanente, outros 2 estão enquadrados como visitantes e 8 como colaboradores (SUCUPIRA, 2020). Os docentes permanentes detêm um vínculo funcional-administrativo com a instituição e atendem a pré-requisitos como: o desenvolvimento de atividades de ensino na Pós-graduação, a participação em projetos de pesquisa do programa, na orientação de alunos de mestrado e/ou doutorado do Programa. Já os docentes enquadrados como visitantes apresentam vínculo funcional-administrativo com outras instituições e liberação de atividades correspondentes aos seus vínculos, para colaborarem, por período contínuo e em regime de dedicação integral¹⁹. Os docentes colaboradores não atendem aos requisitos de docentes permanentes ou visitantes. São pesquisadores, independentemente de possuírem ou não vínculo com a instituição, que participam de forma sistemática de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes (DOU, 2016).

¹⁹ A atuação dos docentes ou pesquisadores visitantes no programa, deverá ser viabilizada por contrato de trabalho, por tempo determinado com a instituição ou por bolsa concedida para esse fim, pela própria instituição ou por agência de fomento (DOU, 2016).

Um ponto que chama a atenção é o elevado número de docentes do gênero masculino nesses Programas. Dos 57 docentes, 38 são do gênero masculino, o que representa 66,66% e, apenas, 19 (33,33%) são do gênero feminino, como podemos verificar na tabela 3. Esses números mostram uma diferença maior que a refletida na realidade da área PURD e do ensino superior no país. Segundo os dados abertos disponibilizados pela Plataforma Sucupira, em 2018, dos 771 docentes da área PURD, 441 (57,20%) eram do gênero masculino e 330 (42,80%) do gênero feminino. Quando observado o total de docentes na Pós-graduação, são 103.439 com 57,81% (59.801) do gênero masculino e 42,19% (43.638) do gênero feminino²⁰ (SUCUPIRA, dados abertos). Uma realidade diferente que verificaremos no próximo item, aos números dos discentes.

Tabela 3. Número de docentes/gênero em Programas de Pós-graduação, 2020

DOCENTES			
	Masculino	Feminino	Total
PPGDR-UNISC	5	7	12
PPGDRU-UNIFACS	11	4	15
PPGDR-FURB	10	3	13
PPGDRA-UNIOESTE	12	5	17
Total	38	19	57

Fonte: SUCUPIRA, 2020. Elaborado pelo autor.

Os Programas PPGDR-FURB, PPGDRA-UNIOESTE e PPGDRU-UNIFACS, apresentam uma maior concentração de docentes do gênero masculino, com média de 15 docentes por programa e 4 docentes do gênero feminino (menos de 1/3). Já no PPGDR-UNISC, com 12 docentes, a maioria, 7, são do gênero feminino. Ainda que pontual, essa observação coloca em evidência a reprodução de antigos mecanismos de manutenção de uma ordem masculinizada vigente.

Sobre a participação das mulheres na área PURD, que em 2018 foi de 43%, Butzke *et al.* (2020, p. 114) colocam em evidência o quanto esta discussão ainda é incipiente, notadamente quando recortado o Desenvolvimento Regional. A constatação mais forte apresentada, mostra que muito da construção e produção científica, relativa “[...] ao desenvolvimento da América Latina e Brasil tem orientação eurocêntrica, masculina, hetero-patriarcal e branca”. Isto é, a história das mulheres

²⁰ Para efeito de comparação, vale destacar que, o Censo da Educação Superior de 2018, informa que cerca de 48% dos docentes são do gênero feminino (INEP, 2019a). Já o Censo Escolar, também de 2018, mostra uma realidade diferente sobre o total de professoras na Educação Básica, indica aproximadamente 80% do gênero feminino (INEP, 2019b).

tem sido invisibilizada e homogeneizada nas narrativas existentes. Pouco aparecem quando verificadas a formação acadêmica, as referências e as citações (BUTZKE *et al.*, 2020).

Nesse sentido, Bustzke *et al.* (2020) justificam a necessidade, a importância, a preferência e a opção na utilização do termo “gênero” nesta discussão, uma vez que pode incluir o sexo, mas não é determinado por ele nem pela sexualidade. O termo procura tornar saliente as desigualdades entre homens e mulheres. Desigualdades com diferentes espaços e tempos. Também indica uma agenda de pesquisa sobre o tema, comprometida com a construção de possibilidades ao pensamento hegemônico vigente.

Vale lembrar que estamos tratando dos docentes nos programas em Desenvolvimento Regional, em um recorte temporal mais recente. Esses Programas tiveram início com seus cursos de mestrado, a partir da década de 1990 até início dos anos 2000, e, em um período posterior, a implementação de seus cursos de doutorado.

Dessa maneira, a seguir, procuramos agrupar os docentes não por tempo de serviço nas instituições em que atuam, mas por vínculo com os respectivos programas. Entendemos essa informação como relevante, uma vez que pode ser indicativo de alta rotatividade de docentes (para aferir isso como maior precisão, seria necessário verificar a evolução temporal dos docentes). Entretanto, estamos preocupados em evidenciar um quadro de mudanças recentes que podem ter relação direta com as teses produzidas. Isto é, com a mudança de docentes, pode ocorrer a mudança de orientadores e de definições internas, objetivos, rumos e até mesmo Linhas de Pesquisa nos Programas, no sentido de ficarem mais ajustados com o quadro de docentes presentes.

Nesse sentido, podemos verificar na totalidade dos Programas uma maior concentração no grupo de docentes com vínculo entre 5 e 15 anos, e os outros dois grupos (docentes com menos de 5 anos de vínculo e docentes com mais de 15 anos de vínculo) com números semelhantes.

Tabela 4. Número de docentes e tempo de vínculo com Programa de Pós-graduação, 2020

	Menos de 5	Entre 5 e 15	Mais de 15	Total
PPGDR-UNISC	2	8	2	12
PPGDRU-UNIFACS	9	5	1	15
PPGDR-FURB	-	5	8	13
PPGDRA-UNIOESTE	4	7	6	17
Total	15	25	17	57

Fonte: SUCUPIRA, 2020. Elaborado pelo autor.

A tabela 4, possibilita ainda observar que a realidade dos programas é distinta. No PPGDR-UNISC, existe uma maior concentração de docentes no grupo intermediário. Este pode ser um indicativo de renovação paulatina do quadro docente, onde somente 2 estão no grupo de docentes com mais de 15 anos de vínculo. Quando observamos o PPGDRU-UNIFACS, a maior concentração corresponde aos docentes com menos de 5 anos vinculados ao programa e somente um docente com mais de 15 anos de vínculo, um indicativo de renovação ou mudança abrupta. Os programas da PPGDR-FURB e PPGDRA-UNIOESTE apresentam um número maior de docentes com mais de 15 anos de vínculo, indicativo de uma estruturação mais consistente, com poucas mudanças. No caso do PPGDR-FURB, o destaque está em não apresentar nenhum novo docente com vínculo menor que 5 anos. E o caso do PPGDRA-UNIOESTE, mostra um maior equilíbrio entre os grupos.

Utilizando como referência a categorização para avaliação dos Programas de Pós-graduação da CAPES, podemos verificar uma diversidade na formação destes docentes, no que diz respeito à formação em cursos de doutorado. O PPGDR-UNISC apresenta um elevado número de docentes com doutorado na área das Ciências Humanas, o dobro do número de docentes no mesmo programa com doutorado nas Ciências Sociais Aplicadas. O PPGDR-FURB mostra 1 docente com doutorado na grande área das Ciências Sociais Aplicadas e a maior concentração de docentes com doutorado, também na área das Ciências Humanas. Os PPGDRU-UNIFACS e PPGDRA-UNIOESTE têm um maior número de doutores com formação em Ciências Sociais Aplicadas. Quanto ao PPGDRU-UNIFACS, cabe destacar o considerável número de docentes com doutorado em outras Grandes Áreas. Já no PPGDRA-UNIOESTE é revelado um expressivo número de docentes com doutorado nas Ciências Sociais Aplicadas.

Tabela 5. Número de docentes e formação no doutorado classificadas por Grandes Áreas de Avaliação CAPES, 2020

	Ciências Humanas	Ciências Sociais Aplicadas	Outras	Total
PPGDR-UNISC	8	4	-	12
PPGDRU-UNIFACS	4	6	5	15
PPGDR-FURB	9	1	3	13
PPGDRA-UNIOESTE	4	10	3	17
Total	25	21	11	57

Fonte: SUCUPIRA, 2020. Elaborado pelo autor.

No conjunto total dos 57 docentes, o Colégio das Humanidades possui 46 doutoramentos, com maior concentração na Grande Área das Ciências Humanas (25 doutores) e na Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas (21 doutores). Particularizando ainda mais essas informações dos docentes, atentamos para 9 com doutoramento em Sociologia, outros 7 em Geografia e 7 em Economia.

Estes quatro Programas ilustram uma realidade semelhante à configuração geral da área PURD, cuja maior concentração em doutoramento de docentes corresponde à Grande Área de Avaliação das Ciências Sociais Aplicadas, seguida de perto pelas Ciências Humanas, totalizando 69,52%.

Tabela 6. Número de docentes da área PURD e formação no doutorado classificada por Grandes Áreas de Avaliação CAPES, 2018

CAPES Avaliação	Docentes	Porcentagem
COLÉGIO DA CIÊNCIAS DA VIDA		
Ciências Agrárias	42	5.45%
Ciências Biológicas	13	1.69%
Ciências da Saúde	21	2.72%
COLÉGIO DAS HUMANIDADES		
Ciências Humanas	256	33.20%
Ciências Sociais Aplicadas	280	36.32%
Linguística, Letras e Artes	7	0.91%
COLÉGIO DE CIÊNCIAS EXATAS, TECNOLÓGICAS E MULTIDISCIPLINAR		
Multidisciplinar	59	7.65%
Ciências Exatas e da Terra	28	3.63%
Engenharias	65	8.43%
Total	771	100.00%

Fonte: SUCUPIRA, 2018. Elaborado pelo autor.

Como anteriormente, se realizarmos um recorte para verificar a área básica de maior grau de titulação dos docentes, as 5 áreas básicas com maior número de docentes titulados são: Sociologia e Geografia, com 79 docentes; Engenharias (foram

agrupadas as Engenharias de Produção, Agrícola, Civil entre outras) com 70 docentes; e Economia e Planejamento Urbano e Regional com 53 docentes (SUCUPIRA, 2018). Vale ressaltar que a tabela acima trata da formação em doutoramento de todos os 771 docentes cadastrados em 2018 dentro da Área de Avaliação CAPES PURD (dividida em duas subáreas uma do PUR e outra da Demografia).

No que diz respeito aos discentes, entendemos como necessário o estabelecimento de uma divisão entre discentes com mestrado e discentes com doutorado, e, discentes egressos, que já defenderam suas teses e discentes doutorandos, que ainda não finalizaram os seus trabalhos. Estes dois grupos de egressos (de mestrado e doutorado), correspondem a um total de 1161 discentes nos cursos dos 4 Programas investigados.

Estamos considerando como egressos dos cursos, aqueles estudantes titulados que defenderam suas dissertações e teses. O número de egressos foi coletado a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, que possibilita a aplicação de filtros e buscas mais rápidas, sem a necessidade de download de arquivos. Cabe destacar que existem inconsistências nos dados disponibilizados pela CAPES em relação ao Catálogo de Teses e Dissertações. Os números absolutos são diferentes dos arquivos anuais disponibilizados em Dados Abertos - Catálogo de Teses e dissertações, em geral, apresentam valores maiores de registros em relação ao número total de autores, números que diferem do catálogo on-line.

Tabela 7. Número total de discentes em 2020 e egressos até 2019

	Discentes em 2020*			Discentes Egressos até 2019**		
	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado	Doutorado	Total
PPGDR-UNISC	19	32	51	262	112	374
PPGDR-FURB	32	40	72	215	33	248
PPGDRA-UNIOESTE	29	38	67	181	43	224
PPGDRU-UNIFACS	35	18	53	260	55	315
Total	115	128	243	918	243	1161
Planejamento Urbano e Regional/Demografia (2018)	1683	761	2444	5393	926	6319

* Fonte: SUCUPIRA, 2020. Elaborado pelo autor.

** Fonte: CAPES, 2020a. Elaborado pelo autor.

A tabela 7 permite verificarmos que o número de discentes egressos no mestrado é maior em relação ao total de cursos de doutorado. Isso ocorre devido aos cursos de mestrado serem mais antigos e estarem formando mestres há mais tempo.

Quando observamos a área PURD, os números absolutos e relativos são ainda maiores, devido ao grande número de programas recentes que ainda não apresentam curso de doutorado. Os discentes e egressos dos cursos de Mestrado Profissional foram somados ao total de Mestrado. Da mesma maneira, os discentes e egressos de Doutorado Profissional foram somados ao total de Doutorado.

Podemos ainda verificar que, em 2020, havia um número maior de discentes no Doutorado em relação aos cursos de Mestrado. Não necessariamente as turmas de doutorado são maiores, mas é preciso considerar que o vínculo dos doutorandos com os programas é maior (lembrando que o curso de Doutorado corresponde a 48 meses e o de Mestrado, 24 meses).

Sobre os egressos, cabe colocar em relevo algumas características importantes, que oferecem um panorama de aspectos gerais a partir de estudos realizados pelos Programas. A diversidade do local de origem dos egressos do PPGDR-UNISC, “[...] representa uma multiplicidade de lugares e regiões de vivência familiar, acadêmica e profissional [...]” (SILVEIRA *et al.*, 2020, p. 1271). Assim como, a grande diversidade de formação em diferentes áreas.

Os estados e os municípios que aparecem com mais destaque na origem dos egressos do PPGDR-UNISC são o Rio Grande do Sul e o município de Santa Cruz do Sul. Mas ao longo dos anos, os registros mostram egressos de outras 12 Unidades Federativas e ainda outros países. No que diz respeito à primeira formação, referente à graduação, predomina entre os egressos do Doutorado com primeira formação em Administração, Economia e Ciências Contábeis, e, no caso dos mestrandos, Administração, Psicologia, Direito e Ciências Contábeis. Entretanto, cabe ressaltar que dentre as diversas formações da graduação dos egressos, o Programa contou com 28 diferentes formações. Duas Grande Áreas, conforme a CAPES, agrupam a maioria desses cursos: Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas (SILVEIRA *et al.*, 2020).

Quanto à colocação no mercado de trabalho, os egressos do Programa, apresentam notadamente como ocupação, “[...] à docência universitária (98 dos 112 doutorandos e 192 dos 371 mestrandos) [...], também ocupam a docência na Educação Básica, atuam como Funcionários Públicos nas esferas municipal, estadual

e federal, e, são autônomos ou gerenciam sua própria empresa” (SILVEIRA *et al.*, 2020, p. 1274). Segundo a pesquisa on-line de acompanhamento dos egressos²¹,

“[...] 59,6% trabalham em sua área de formação, 36,2% trabalham em outra área de formação e 4,3% não trabalham atualmente. Dos entrevistados, 50% trabalham no setor privado, 38,1% trabalham no setor público e os demais trabalham no terceiro setor ou como autônomos. A grande maioria dos egressos, 66% deles, atuam como docentes e pesquisadores em instituições do ensino superior. Destes, 10% atuam também no ensino de pós-graduação *stricto sensu*” (SILVEIRA *et al.*, 2020, p. 1275).

Dessa maneira, o PPGDR-UNISC coloca em evidência o protagonismo e a inserção social de seus egressos, indicando sua contribuição para a pós-graduação e pesquisa em variados setores e instituições em que atuam e estão inseridos. Podemos verificar que os Programas PPGDR-FURB, PPGDRA-UNIOESTE e PPGDRU-UNIFACS também colocam em evidência e tratam com especial atenção o perfil dos egressos.

No PPGDR-FURB, conforme os primeiros resultados sobre o acompanhamento dos egressos²², aproximadamente 68% declararam estar trabalhando, e cerca de 18,6% trabalhando e estudando. As atividades que mais ocupavam os egressos estavam relacionadas ao campo da docência e do serviço público (SUCUPIRA, 2019).

Os egressos do PPGDRA-UNIOESTE apresentam ocupação com docência e pesquisa no ensino superior de instituições públicas e privadas. Também se tornaram funcionários públicos e de empresas agroindustriais da região. No que diz respeito aos egressos de 2019 e o mercado de trabalho, dos mestres, 33% atuavam como docentes, e o restante, 66% estavam na iniciativa privada. Os doutores, em 2019, eram 50% docentes efetivos, e na totalidade, estavam situados em diferentes Unidades Federativas, com atuação também em diferentes municípios, predominantemente no Paraná. Esta capilaridade está presente nos anos anteriores (SUCUPIRA, 2019).

No PPGDRU-UNIFACS, os egressos correspondem a professores, profissionais dos setores público e privado, lideranças políticas e de governos, gestores públicos e empresariais, membros de organizações não governamentais,

²¹ Nesta pesquisa foi utilizado o formulário Google Docs, encaminhado para 111 egressos que concluíram o mestrado ou doutorado no período entre 2009 e 2019. Os respondentes foram 47 ou 42,34% (SILVEIRA *et al.*, 2020).

²² O PPGDR-FURB está em processo de implantação de um cadastro para o acompanhamento da inserção social e profissional de seus egressos. Atualmente, essas informações estão dispersas em diferentes sistemas da Universidade (SUCUPIRA, 2019).

técnicos e pesquisadores que, em linhas gerais, no exercício de suas funções, tratam questões relativas às complexas realidades econômicas, sociais, políticas e ambientais (SUCUPIRA, 2019).

Conforme o levantamento realizado com os egressos dos cursos no PPGDR-UNIFACS²³, a distribuição por gênero mostra um predomínio dos homens (masculino) no doutorado (61,5%) e de mulheres (feminino) no curso de mestrado (58,1%). Quanto à faixa etária, é mais representativa, com cerca de 47%, a faixa entre os 31 e 40 anos. No que diz respeito à cor, 53,9% dos egressos do Doutorado e 68,8% no curso de mestrado se declararam pretos ou pardos. O público oriundo do ensino superior privado compõe 61,5% dos doutores e 68,8% dos mestres (SUCUPIRA, 2019).

Foi verificado também que esses egressos atuam, notadamente, em instituições de ensino superior (universidades públicas federais e estaduais, universidades particulares, centros de educação tecnológica, centros universitários e faculdades isoladas) e escolas públicas da educação básica. A Unidade da Federação com o maior número de egressos atuando é a Bahia. Em termos da contribuição do curso para a obtenção maiores rendimentos, em 75% dos casos no doutorado, os egressos relataram auferir 10 salários-mínimos ou mais. Já os egressos do mestrado, em 50% dos casos, auferem mais de 5 salários-mínimos (SUCUPIRA, 2019).

No que diz respeito ao gênero, a tabela 8 procura ilustrar a distribuição dos discentes vinculados aos programas selecionados e à área PURD, segundo os cursos (Mestrado e Doutorado) e gênero (Masculino e Feminino), no ano de 2020.

²³ Esse levantamento tem como base um questionário elaborado no Google Forms (em 2018) e encaminhado por meio das redes sociais. Em 2019, ele foi aplicado aos egressos de mestrado e doutorado dos últimos cinco anos e, no início de 2020, ele passou a ser aplicado aos concluintes do ano anterior. A primeira edição da pesquisa obteve uma taxa de respondentes de 36% entre os egressos do doutorado e de 38,75% entre os egressos do mestrado. Já a pesquisa de 2019 obteve um índice de resposta de 50% entre os egressos do mestrado e de 33,33% entre os egressos do doutorado (SUCUPIRA, 2019).

Tabela 8. Distribuição do número de discentes por gênero no ano de 2020

	Masculino			Feminino		
	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado	Doutorado	Total
PPGDR-UNISC	8	17	25	11	15	26
PPGDR-FURB	15	14	29	17	26	43
PPGDRA-UNIOESTE	10	25	35	19	13	32
PPGDRU-UNIFACS	14	6	20	21	12	33
Total	47	62	109	68	66	134
Planejamento Urbano e Regional/Demografia (2018)	731	366	1097	952	395	1347

Fonte: SUCUPIRA, 2020. Elaborado pelo autor.

De acordo com a tabela 8, os quatro programas selecionados mostram um maior número de discentes do gênero feminino no curso de Mestrado, totalizando 59,13%. Quando considerado o curso de Doutorado, é possível verificar no PPGDR-UNISC e no PPGDR-UNIOESTE, um maior número de discentes do gênero masculino. Entretanto, observando o total dos quatro programas, assim como os valores referentes aos discentes mestrandos e doutorando, verificamos um maior número no gênero feminino, 51,56% e 55,11%, respectivamente.

Mesmo que os dados não apresentem uma desigualdade substancial e, em certa medida, revelem um equilíbrio entre discentes do gênero feminino e masculino, é necessário considerar que esse debate ainda é incipiente. Em especial, no que tange as dificuldades para conclusão dos estudos, o acesso às diferentes modalidades de bolsas, o tratamento e assédio, e, a ascensão dentro dos campos científicos.

Cabe ainda lembrar que, há pouco tempo, atravessamos uma grave crise sanitária em nosso país, que se estendeu pelo mundo inteiro, o Coronavírus/Covid-19. No caso brasileiro, enfrentamos essa grave crise com um governo federal extremamente despreparado, que a negou e foi incapaz de apresentar um plano sério e eficiente de combate à pandemia. O governo, por escolha, assumiu um rótulo de genocida na pessoa do Presidente, agora investigado por crime contra os brasileiros. O número de óbitos notificados até o primeiro trimestre de 2022 estava próximo a 700 mil, segundo dados oficiais em BRASIL (2022).

Diante disso, está em andamento um estudo sobre o as repercussões da desigualdade de gênero na pós-graduação durante o período de pandemia. Este estudo mostra que a maternidade desempenha um papel importante e os resultados preliminares mostram a existência de uma distinção entre cuidadores e não

cuidadores. Foi divulgado que, em um universo de 5 mil discentes e cerca de 500 docentes, 36% dos homens sem filhos estão conseguindo trabalhar remotamente e 32,8% das mulheres na mesma situação. Porém, homens com filhos representam 17,4%, já as mulheres com filhos, somente 9,9% estão conseguindo trabalhar remotamente (UFRGS, 2020).

A elaboração deste capítulo procurou ilustrar onde estão sendo construídas as teses de doutorado de Desenvolvimento Regional e os agentes com maior influência sobre essas construções. A partir de Lahire (2002, p. 47), que indica “os elementos fundamentais e relativamente invariantes da definição do campo que se pode extrair das diferentes obras e artigos do autor sobre a questão [...]”, procuramos preconizar uma síntese de nossa proposta de pesquisa: o campo científico, um recorte institucional da CAPES, o campo do Desenvolvimento Regional na subárea de avaliação de Planejamento urbano e regional; o *habitus*, no campo científico do Desenvolvimento Regional, que é nosso problema de pesquisa e apresenta indícios nas teses; a estrutura, que são as Universidades e Programas de Pós-graduação; e os agentes, docentes e discentes. O capital, as lutas e as desigualdades, um debate inerente à construção teórica e metodológica de Pierre Bourdieu, está presente em todo o texto, em alguns momentos de forma explícita e em outros de maneira implícita.

Estamos considerando o conceito de *habitus*, junto à teoria dos campos sociais ou de poder, como um expoente da procura pela superação de paradigmas dicotômicos ao problema dos determinismos: da estrutura sobre as práticas (objetivismo) e das práticas sobre a estrutura (subjetivismo). Dessa maneira, partimos do entendimento de que um agente se constrói em um sistema socialmente constituído, com disposições estruturadas e estruturantes, adquiridas por meio de uma aprendizagem dupla, implícita e explícita ao mesmo tempo. A partir dessa aprendizagem são geradas práticas individuais e esquemas de percepção e ação. Nesse sentido, as teses podem ser compreendidas como um registro do *habitus* no campo científico.

3. O MÉTODO E AS TESES EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No capítulo que segue, discorreremos sobre o método adotado e as teses em Desenvolvimento Regional. Partimos do entendimento de que a explicitação de um método para a investigação, bem como a determinação de um objeto específico de pesquisa, constituem pressupostos elementares ao conhecimento científico. Evidente que, junto a esses pressupostos, o tema problematizado, corresponda à essência da pesquisa. Nesse sentido, procuramos contextualizar a abordagem desta pesquisa para, no momento seguinte, colocarmos em evidência a construção do *corpus* e caracterizarmos as 246 teses de doutorado dos programas selecionados, vislumbrando o *habitus* no campo científico do Desenvolvimento Regional. Consideramos essa caracterização fundamental para as primeiras constatações que possibilitam elucidar melhor o campo científico a partir das construções acadêmicas.

3.1 A abordagem metodológica e o tipo de pesquisa

A produção acadêmica, por um lado, é considerada individual na maioria das vezes, notadamente no que diz respeito às dissertações e teses; por outro, essa produção corresponde a um espaço social, um campo científico. Com isso, temos como um ponto relevante em uma tese de doutoramento, por exemplo, a superação da dicotomia entre subjetividade *versus* estrutura.

Bourdieu (1983a) sinaliza para três modos de conhecimento teóricos que apresentam em comum a oposição e a relação. Um modo representado pela fenomenologia, com maior destaque à subjetividade, que afirma como fundamental a experiência primeira do indivíduo e compreende o mundo social como elaboração das relações entre estes indivíduos, reduzindo a compreensão do mundo social como objetivamente produzido. Outro modo, que pode ser representado pelo estruturalismo objetivista, que entende as relações sociais como objetivas e estruturadoras das práticas individuais, retirando do sujeito quase toda possibilidade de interferência no estabelecimento dessas relações. O terceiro, denominado pelo autor de praxiológico – uma teoria da prática –, sustenta as articulações estabelecidas entre os sujeitos e as estruturas em uma perspectiva relacional, buscando superar os outros dois modos de conhecimento teórico.

Corrêa (2003) lembra que, em Bourdieu (1983a), as noções de estruturas e subjetividades e as relações estabelecidas entre elas passam a ser revistas.

O movimento é gerador e construtor, num processo de construção e recriação constante. De um produtor acadêmico que prima por suas possibilidades individuais e que tem uma produção individual, embora a partir dos pressupostos também coletivos, chega-se a um agente que vivencia as relações dialéticas entre a exterioridade e a interioridade [...]. Dessa forma não pode haver obra individual e em um sujeito universal, mas haveria sujeitos acadêmicos, geradores de embates em campos dados (CORRÊA, 2003, p. 36).

Cabe salientar que o conceito empregado para análise de como é elaborada a mediação entre agentes e sociedade é o de *habitus* – como já mencionado, “um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 1983a, p. 53-54). Sobre o campo, pode ser considerado uma alternativa entre dois polos: um pós-moderno, que entende que para compreender a ciência basta ler os textos (seriam o alfa e ômega, nada mais para ser conhecido); e outro representado por pessoas filiadas ao marxismo, que procuram estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. Isto é, entre texto e contexto existe um universo intermediário, o campo “[...] no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem [...] a ciência [...] um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004, p. 20). Contudo, ressaltamos nosso interesse de investigar a abordagem regional do desenvolvimento em teses de Desenvolvimento Regional a partir dos pressupostos, indicados por Pierre Bourdieu.

No que diz respeito à nossa opção pelo estudo de teses acadêmicas de doutoramento e não de dissertações de mestrado, é importante destacar que a dissertação e a tese são estudos *stricto sensu* (de sentido estrito), realizados para concluir e validar o mestrado ou doutorado, respectivamente. No entanto, a dissertação de mestrado não precisa trazer uma contribuição inédita sobre uma área de conhecimento, diferentemente da tese, que exige contribuição inédita sobre um tema. Ambas apresentam características experimentais, mas uma tese resulta de uma investigação complexa, aprofundada e exaustiva. Os aspectos e conclusões da tese devem contribuir de maneira original para o campo do conhecimento em que o estudo está inserido. Dessa maneira, enquanto uma dissertação equivale a um período máximo de 24 meses para conclusão, uma tese pode levar um período de 48 meses.

Nesse contexto, o Conselho Federal de Educação em Parecer 977/65, expressa que uma tese deverá ser elaborada com base em investigação original devendo representar trabalho de relevante contribuição para o tema escolhido, bem como, a elaboração da tese constitui exigência para obtenção do grau de doutor (BRASIL, 1965). Para a ABNT (2002, p. 3). uma tese acadêmica de doutoramento é,

Documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor) e visa a obtenção do título de doutor, ou similar.

Por último, colocamos em evidência nosso entendimento de que uma tese acadêmica de doutoramento não precisa necessariamente ser construída a partir de dados novos coletados pelo pesquisador. Ela também pode ter como base dados compilados da literatura ou bancos de dados e pode se basear em uma revisão da literatura (desde que demonstre conhecimento novo).

Cabe um adendo em relação a uma reflexão que fizemos sobre dissertações e teses que consideramos construções científicas distintas dos artigos científicos publicados em revistas especializadas, que apresentam um caráter de produção científica. Achamos válido distinguir os registros científicos entre construção e produção, pois eles não são elaborados com processos semelhantes e nem para o mesmo fim.

Os termos construção e construir têm significado associado aos atos de estruturar, edificar, organizar, formar ou conceber. E as dissertações e teses são contribuições com esse sentido de sustentação e suporte teórico. Por conseguinte, os termos produção e produzir lembram outros verbos como fazer, aparecer, originar, apresentar, exibir, causar, motivar, render. Ademais, trata-se de um termo apropriado pelo capitalismo em que a produção é direcionada para determinado consumo. Entretanto, parece-nos que existe uma grande oferta de artigos científicos para o acúmulo de capital dentro dos campos científicos, sem a necessidade de um grande consumo (mais artigos publicados, mais capital científico acumulado). Em geral, os artigos são produtos de dissertações, teses e relatórios de pesquisa e procuram divulgar resultados e fomentar o debate. Em muitas situações, respondem a uma demanda de revistas, e não a um problema de pesquisa. Isto é, vemos, cada vez mais, uma cobrança acerca da publicação em periódicos científicos, com muitos teóricos sem compromissos práticos e desligados do mundo real. Contudo, entendemos a

construção científica, teses e dissertações como diferentes de produção científica e artigos, independentemente dos objetivos e resultados alcançados.

O *corpus* da pesquisa

O *corpus* corresponde ao “[...] conjunto limitado de materiais determinado de antemão, pelo analista, com certa arbitrariedade, e sobre o qual o trabalho é feito” (BAUER; GASKELL, 2004, p. 496)²⁴. Esses materiais servem como base da investigação e necessitam de uma justificação sobre sua seleção. Segundo Bauer e Aarts (2004), uma orientação bastante comum nas ciências sociais é a amostragem estatística aleatória. Contudo, em muitas áreas de pesquisa qualitativa, a amostra representativa não se aplica e a seleção aparece distorcida com esclarecimentos bastante frágeis.

Posto isso, o universo da pesquisa corresponde a 246 teses em Desenvolvimento Regional, relativas aos 4 primeiros programas de doutorado do Brasil em Desenvolvimento Regional, como podemos verificar na tabela 9. Quanto à coleta de dados, as teses estão disponíveis on-line e para download.

Tabela 9. Teses dos primeiros Programas de Pós-graduação com doutorado em Desenvolvimento Regional

	Teses			
	Títulos	Palavras-chave	Temas	Referências
PPGDR-UNISC	112	109	112	111
PPGDRU-UNIFACS	58	55	58	49
PPGDRA-UNIOESTE	43	43	43	43
PPGDR-FURB	33	33	33	30
Total	246	240	246	233

Fonte: Organizado pelo autor.

Seguindo as orientações de Bauer e Aarts (2004), procuramos realizar uma caracterização geral das teses, o que equivale a coleções de dados de linguagem a serviço de vários tipos de pesquisa. Nessa perspectiva, realizamos uma análise prévia das teses para a construção de um banco de dados sobre aquelas que abordam o tema Desenvolvimento Regional. Cada linha apresentou a equivalência de uma tese e cada coluna uma informação. Essas informações foram divididas em variáveis objetivas e interpretativas. As variáveis objetivas estão presentes no texto ou tem

²⁴ A palavra *corpus*, em latim, significa simplesmente *corpo*. Um significado “mais antigo”, implica na coleção completa de textos com algum tema comum. No entanto, mais recentemente o sentido acentua a natureza proposital da seleção de materiais para análise (BAUER; ARTS, 2004).

relação direta com ele, a saber: Universidade/Programa; Ano da defesa; Nome do autor; Nome do orientador; Título da tese; Linha de Pesquisa; e Palavras-chave.

As variáveis interpretativas têm relação com as primeiras impressões acerca das teses, resultante de uma análise prévia sobre o objetivo (presente na introdução), o resumo e excertos da redação das teses. Com isso, as teses foram ainda agrupadas e classificadas conforme temas específicos, em duas grandes linhas de pesquisa, definidas a partir dos programas estudados e quanto ao tipo de abordagem.

Esse banco de dados possibilitou a realização de buscas e listagem de palavras com maior ocorrência no título e palavras-chave, bem como a indicação de temas determinados também pela frequência de palavras. Podemos verificar a partir das variáveis interpretativas outras características, em linhas gerais, presentes nas teses. Por último, foi elaborada uma listagem dos autores, citados no item Referências de cada tese, com maior ocorrência.

Posterior a esta visão geral das teses, o seguinte capítulo 4 “A análise das teses em Desenvolvimento Regional” buscou expor nosso entendimento sobre a análise de conteúdo a partir das orientações de Bardin (1977) e as contribuições de Triviños (1987). Dessa maneira, comunicamos as três etapas que empregamos para realização da análise de conteúdo, a saber: pré-análise, iniciada neste capítulo; a exploração do material; e o tratamento dos resultados.

3.2 Características gerais das teses em Desenvolvimento Regional

A seguir, colocaremos em evidência os resultados relativos à frequência de palavras presentes no título e palavras-chave das teses, e posteriormente, sinalizamos para os temas e referências. A frequência de palavras busca mensurar quantas vezes uma palavra se repete em um documento. Nesse sentido, expõem a abrangência de um assunto e, em certa medida, seus conceitos principais, que podem ser úteis para a indexação em mecanismos de pesquisa ou para a categorização do texto. Com isso, entendemos que a importância da caracterização da frequência de palavras nos títulos das teses, bem como a frequência de palavras-chave, pode revelar temas com maior e menor ocorrência. Já os temas, as referências e os autores mais citados auxiliam uma melhor compreensão das tendências, direcionamentos e desenhos de pesquisa no campo. No conjunto das variáveis objetivas discutidas, temos como fonte de registro os títulos e as palavras-chave. Para as variáveis interpretativas

contam como fonte, além dos títulos e palavras-chave, os resumos, excertos da redação das teses e as referências.

3.2.1 Características gerais: variáveis objetivas

Para a frequência de palavras no título das teses, foram consideradas as 246 defendidas, correspondentes aos 4 programas já citados. O título das teses foi extraído do “Catálogo de Teses e Dissertações” da CAPES e tem como corte temporal o ano de 2019. Também verificamos a frequência das palavras-chave, muitas delas compostas. O número de teses considerado para este levantamento foi de 240, uma vez que algumas pesquisas disponíveis on-line e para download não apresentam palavras-chave. Para a busca das palavras-chave também foi utilizado o “Catálogo de Teses e Dissertações” da CAPES, somado aos bancos de teses e dissertações dos Programas e a Plataforma Sucupira. Realizamos uma classificação conforme temas determinados a partir da busca por palavras nos títulos das teses e nas palavras-chave. Para esta busca foram considerados os títulos de 246 teses e as palavras-chave de 240 teses. Por último, construímos uma listagem com os autores mais citados em suas referências. Foram consideradas 233 teses devido à impossibilidade de acesso e realização de buscas automatizadas por palavras em 13 delas.

Em um primeiro momento, consultamos todos os 246 títulos no *software* ATLAS.ti²⁵ versão 8.0. Realizamos uma consulta da frequência de palavras na função Lista de Palavras e, na sequência, agrupamos algumas delas por similaridade. Em seguida, construímos um ranking com a contagem das palavras para verificarmos aquelas que apresentavam maior ocorrência. Em outro momento, manipulamos esses resultados com a intenção de excluir artigos, preposições, pronomes, conjunções, numerais, símbolos etc. Dessa maneira, selecionamos para este ranking as 22 palavras com uma contagem maior que 10, isto é, aquelas que aparecem mais de 10 vezes nos títulos das teses. Podemos verificar este ranking de palavras no Quadro 2 e na nuvem de palavras, Figura 2.

A palavra utilizada com maior frequência foi “Desenvolvimento”, que apareceu 86 vezes. Logo em seguida, aparecem “Regional” e “Região”, que somadas contam

²⁵ Trata-se de um programa de computador usado principalmente em pesquisas qualitativas ou análise de dados qualitativos.

75 ocorrências. “Desenvolvimento” e “Região” são palavras carregadas de significados que apresentam uma longa discussão conceitual em diferentes disciplinas. Entendemos que a associação dessas duas palavras seja diferente de um conceito construído que procure considerar as condições de seu próprio entendimento. No entanto, é compreensível que elas ganhem maior destaque nos títulos das teses por nomearem este campo científico (Desenvolvimento Regional).

As palavras “Análise”, “Estudo”, “Território, Territorial e Territórios”, e “Caso”, revelam um considerável número de análises e estudos de caso sobre territórios. Elas aparecem na terceira, quarta, sexta e décima terceira posições, com contagem de 49, 37, 34 e 18, respectivamente.

Em continuidade, podemos observar neste ranking que as áreas de estudo estão predominantemente localizadas no “Brasil” e no “Sul”, as quais aparecem empatadas com 37 ocorrências. No que diz respeito à definição dos limites espaciais, os recortes políticos e administrativos são muito presentes, como evidenciado pela frequência das palavras “Estado, Estadual e Estaduais” e “Municípios e Município”, com contagem de 31 e 20, nessa ordem. Outra palavra relevante com 21 ocorrências foi “Processo e Processos”, diretamente relacionada a um entendimento de desenvolvimento.

Quadro 2. Ranking de palavras com maior frequência no título das teses

Nº	Posição	Palavra	Contagem	Palavras similares
1	1	Desenvolvimento	86	-
2	2	Regional	75	Região (31)
3	3	Análise	49	-
4	4	Estudo	37	-
5	5	Brasil	36	-
6		Sul	36	-
7	6	Território	34	Territorial (11), Territórios (4)
8	7	Políticas	32	Política (12)
9	8	Estado	31	Estadual (6), Estaduais (3)
10	9	Social	24	Sociais (6)
11	10	Públicas	23	Pública (10)
12	11	Processo	21	Processos (5)
13	12	Municípios	20	Município (5)
14	13	Caso	18	-
15	14	Saúde	17	-
16		Sustentável	17	Sustentabilidade (6)
17	15	Familiar	16	Familiares (6), Família (3)
18	16	Dinâmica	15	Dinâmicas (2)
19	17	Agricultura	14	Agricultores (3), Agrícolas (1)
20		Rural	14	Rurais (2)
21		Cultura	14	Cultural (5), Culturais (3)
22	18	Gestão	12	-
23		Programa	12	-
24		Trabalho	12	-
25		Agroindústrias	12	Agroindustrial (3), Agroindústria (2)
26	19	Educação	11	-
27		Economia	11	-
28		Turismo	11	-
29		Sistema	11	Sistemas (1)
30		Espacial	11	Espaço (4), Espaciais (2)

Fonte: Elaborado pelo autor.

As outras palavras sugerem objetivamente alguns grandes temas que podem ser cruzados e pensados a partir de diferentes abordagens, tais como políticas públicas, saúde, ruralidades, turismo, trabalho, produção, educação, entre outros.

A nuvem de palavras, representada Figura 2, foi elaborada a partir da função com este nome no *software* ATLAS.ti versão 8.0. A base para esse elemento gráfico foi o quadro 2. As nuvens de palavras são muito comuns na análise e apresentação de dados. Em linhas gerais, cada palavra tem seu tamanho regido pela relevância em determinado texto ou banco de dados. Na maioria das vezes, corresponde à contagem

simples das ocorrências de determinada palavra em um texto ou banco de dados. Dessa maneira, uma palavra citada 50 vezes irá apresentar um tamanho proporcionalmente maior do que uma citada 10 vezes.

Figura 2. Nuvem de palavras com maior frequência no título das teses



Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma nuvem de palavras possibilita uma análise rápida sobre determinado texto ou grupo de textos ou ainda informações textuais organizadas em um banco de dados. Entretanto, assim como a listagem de palavras, uma nuvem de palavras não apresenta respostas objetivas ou uma análise completa, mas aponta caminhos para elementos a serem observados. Nesse sentido, incorporamos uma linguagem bastante atual, muito presente nas mídias sociais, que apresenta de maneira bastante reduzida e resumida por meio de um tipo de visualização direta de dados importantes sobre as teses, em particular, sobre os seus títulos.

Para o exame das palavras-chave, os procedimentos adotados para realizar a contagem dos termos, foram semelhantes aos adotados anteriormente. Utilizamos novamente como referência o Banco de Dados das teses que organizamos. Particularmente, para a listagem das palavras-chave, foram consideradas 240 teses, 6 não apresentaram palavras-chave. Em seguida, junto ao *software* ATLAS.ti 8, organizamos uma lista com a contagem das palavras-chave. Ou seja, palavras agrupadas respeitando as definições dos autores. Foi ainda realizada uma revisão de consulta da frequência de palavras similares, para verificar possíveis erros de grafia. Então, organizamos um ranking, Quadro 3, e destacamos 27 palavras-chave com até

4 ocorrências. Vale lembrar que as palavras-chave não são repetidas em uma mesma tese, dessa maneira, as palavras-chave representam o número de teses.

Quadro 3. Ranking de palavras-chave com maior frequência

Nº	Posição	Palavra-chave	Contagem
1	1	Desenvolvimento Regional	46
2	2	Políticas Públicas	24
3	3	Desenvolvimento	22
4	4	Território	20
5	5	Agricultura Familiar	11
6	6	Governança	6
7		Turismo	6
8	7	Brasil	5
9		Desenvolvimento Econômico	5
10		Economia Regional	5
11		Sustentabilidade	5
12		Universidade	5
13	8	Capital Social	4
14		Cooperativismo	4
15		Cultura Organizacional	4
16		Desenvolvimento Local	4
17		Desenvolvimento Rural	4
18		Desenvolvimento Socioeconômico	4
19		Desenvolvimento Sustentável	4
20		Desenvolvimento Territorial	4
21		Educação A Distância	4
22		Inovação	4
23		Instituições	4
24		Migração	4
25		Neoinstitucionalismo	4
26		Participação	4
27	Região	4	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por um lado, em relação ao Quadro 2 do primeiro ranking, o Quadro 3, que mostra o segundo ranking, apresenta uma maior heterogeneidade devido à menor frequência de palavras compostas. Isso ilustra, ainda que de forma incipiente, a diversidade presente na área que será reproduzida nas teses. Por outro lado, os dois rankings guardam bastante similaridade, no que diz respeito às palavras.

A palavra-chave com maior destaque é a que nomeia o campo científico “Desenvolvimento Regional”, que aparece 46 vezes. A palavra “Desenvolvimento” também tem relevância enquanto conceito. Acreditamos que, por ser uma palavra usada comumente no discurso cotidiano e polissêmica, com referência à

mudança e principalmente que denota um processo e, que em termos positivos, contribui para esta considerável ocorrência.

As palavras “Políticas Públicas” e “Território” aparecem em segundo e quarto lugares, seguidas por “Agricultura Familiar” em quinto lugar. Podemos inferir que estas primeiras palavras-chave guardam relação direta com as primeiras palavras com maior frequência nos títulos e sinalizam para os temas mais presentes discutidos nas teses, bem como as palavras em sequência. Contudo, podemos inferir que as relações de poder no espaço ganham maior destaque nas palavras-chave quando verificamos uma relevante ocorrência do termo “Território” em relação ao termo “Região”.

Outro elemento importante quanto às palavras-chave é que representam um grande grupo relacionado ao desenvolvimento. Podemos verificar melhor esta constatação na Figura 3, onde organizamos um gráfico chamado “mapa de árvore”. Este tipo de gráfico mostra-se muito adequado para comparar as proporções dentro de uma hierarquia.

Figura 3. Gráfico de palavras-chave com maior frequência



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nossa intenção com a Figura 3 foi mostrar a relevância do termo “desenvolvimento” dentro das palavras-chave. O gráfico fornece um modo de exibição hierárquico do ranking das palavras-chave e torna mais fácil identificar padrões. As ramificações de árvore são representadas por retângulos e cada sub-ramificação é mostrada como um retângulo menor. O gráfico de mapa de árvore exibe categorias por cor e proximidade, podendo facilmente mostrar muitos dados. Dessa maneira, conseguimos evidenciar os diferentes termos agrupados com desenvolvimento. A partir dos levantamentos nos títulos das teses e nas palavras-chave, iniciamos de forma interpretativa a determinação e listagem de temas.

3.2.2 Características gerais: variáveis interpretativas

Realizamos uma classificação de acordo com temas determinados e construímos um novo ranking, quadro 4. Chamamos esse ranking de temas determinados, pois parte de uma seleção que considera os resultados das buscas anteriores e temas recorrentes nas teses e pesquisas de campos científicos que dialogam com o Desenvolvimento Regional. Esses temas correspondem a uma palavra, para tanto, consideramos os títulos das 246 teses e as palavras-chave de 240 delas. A listagem de palavras foi executada no software ATLAS.ti 8. Também foram executadas buscas por palavras temáticas dentro do arquivo das teses (233 no total), na função “Pesquisa avançada” do *software* Adobe Acrobat Reader DC.

O ranking do quadro 4, mostra que o tema mais comum nas teses está relacionado à Economia. Muitas delas se voltam diretamente ou tem como fator essencial das análises o estudo de componentes economicos, mas não de maneira exclusiva a outros aspectos. A Economia mostra-se muito presente nas discussões sobre o conceito e a compreensão de desenvolvimento. Outro tema muito comum e que recebe bastante destaque está relacionado ao meio rural. Muito dos trabalhos são relativos à agricultura familiar e delimitam esta área com os termos “agricultura” e/ou “rural”. Entretanto, também aparecem trabalhos que correspondem ao agronegócio.

As “políticas públicas” de Estado e/ou de governo também recebem bastante destaque, tratando de assuntos diversos, todavia, sempre considerando uma espacialidade. Assim como “Gestão” e “Governança”, quando de caráter público, fazem referência direta ao tema anterior por tratarem do exercício administrativo nas esferas federal, estadual e municipal. Também se sobresaem

os estudos relacionados ao meio “Urbano” e às “Cidades”, notadamente as cidades médias, consideradas centrais em muitas regiões.

Quadro 4. Ranking de temas determinados

Nº	Posição	Tema	Contagem
1	1º	Economia	52
2	2º	Agricultura	52
3		Rural	
4	3º	Políticas Públicas	48
5	4º	Gestão	47
6		Governança	
7	5º	Urbano	46
8		Cidade	
9	6º	Educação	43
10		Ensino	
11	7º	Trabalho	36
12	8º	Município	34
13	9º	Saúde	32
14	9º	Cultura	32
15	10º	Turismo	30
16	11º	Agroindustrial	24
17	12º	Produção	23
18	13º	Industrial	21
19	14º	Meio Ambiente	17
20	15º	Planejamento	16
21	16º	Desigualdade	15
22		Pobreza	
23	17º	Democracia	11
24	18º	Migrações	10
25	19º	Alimentar	9
26	20º	Gênero	7
27	20º	Indígenas	7
28	21º	Violência	6
29	22º	Agroecologia	4
30	23º	Criminalidade	3
31	-	Encarceramento	0
32	-	Quilombolas	0
33	-	Negros	0
34	-	Racismo	0
35	-	Religião	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

“Educação”, “Ensino”, “Trabalho”, “Saúde” e “Cultura” são temas que apresentam bastante aderência nas pesquisas do campo de Desenvolvimento

Regional e são tratados a partir de diferentes perspectivas, por permitirem uma grande diversidade de abordagens. Os temas “Agroindustrial”, “Produção” e “Indústria” procuram discutir desde a produção no meio rural, agropecuária em diferentes escalas até complexos agroindustriais, a indústria e cadeias produtivas.

As questões vinculadas aos temas “Gênero”, “Indígenas”, “Violência”, “Criminalidade” e mesmo “Agroecologia” ainda são temas pouco explorados, como podemos observar no Ranking 3. As lacunas indicam temas emergentes, como “Encarceramento”, “Quilombolas”, “Negros”, “Racismo” e “Religião”, quando procurados nas teses apreciadas. A figura 4 mostra uma nuvem de palavras dos temas determinados. Em sua organização não foram considerados os agrupamentos de Agricultura e rural, Gestão e governança, Urbano e cidade, Educação e ensino, Desigualdade e pobreza.

Figura 4. Nuvem de palavras dos temas determinados



Fonte: Organizado pelo autor.

A nuvem de palavras ilustra o ranking acima e expõe com maior apelo visual alguns indicativos do que é mais e/ou menos presente e dos direcionamentos dados às pesquisas. Esses temas podem ser aproximados de autores citados nas teses e listados nas referências, outro levantamento que procedemos.

Utilizando novamente o *software* ATLAS.ti 8, organizamos uma lista de palavras na tentativa de identificar e revelar os autores mais citados. Foram organizados grupos de arquivos a partir do item Referências de 233 teses. Em 21 teses não foi possível

acessar em forma de texto para edição e conseqüentemente realização de buscas. Isto é, foram criados arquivos com as referências de 233 teses.

As etapas deste levantamento de dados foram as seguintes: primeiro, recortamos o item Referências das 233 teses. Foram gerados arquivos contendo somente o item referências para cada tese. Depois, elas foram agrupadas em um único arquivo. Foi gerada uma lista de palavras das referências, considerando somente as palavras com letras maiúsculas para tentar identificar os autores com maior ocorrência de citação. Entretanto, este levantamento apresentou como dificuldade que em referências de obras diferentes do mesmo autor, é usado e repetido o traço baixo (*underline*), seguido pelo ponto final e da ordem alfabética dos títulos, sem a repetição dos nomes. Desta maneira, o resultado que alcançamos ficou bastante limitado, devido à grande heterogeneidade de autores nas Referências das teses, como pode ser observado no Quadro 5.

Quadro 5. Nomes com maior frequência no item Referências das teses

Posição	Nome	Documentos	Ocorrência
1º	BRASIL	182	904
2º	SANTOS	200	807
3º	SILVA	191	796
4º	IBGE	158	599
5º	OLIVEIRA	184	566
6º	SOUZA	181	536
7º	IPEA	133	454
8º	FILHO	164	373
9º	LIMA	132	365
10º	COSTA	141	345

Fonte; elaborado pelo autor.

Podemos verificar o nome “BRASIL” em primeiro lugar. Isso deve-se à grande quantidade de referências legislativas e instituições federais presente nas citações. Em segundo, aparece o nome “SANTOS”, e acreditamos que seja devido aos estudos do Geógrafo brasileiro Milton Santos. Realizamos uma busca com o *software* Adobe Acrobat DC por meio da função “Pesquisa Avançada” no grupo de dados dos arquivos recortados do item Referências das 233 teses para verificarmos a frequência de citação e, encontramos 285 ocorrências relacionadas a este autor.

“Milton Santos [1926-2001] foi o geógrafo que mais visibilidade deu à Geografia brasileira. Sua militância permanente em prol da cidadania e da ética extrapolou os muros acadêmicos” (ELIAS, 2002, p. 55). Milton Santos é reconhecidamente um dos

maiores geógrafos brasileiros. Suas reflexões e produção teórica repercutiram além das fronteiras da Geografia e do Brasil. Com uma produção numerosa e complexa, “[...] uma verdadeira teoria geográfica do espaço, que apresenta diferentes fases e faces e reclama ainda muita reflexão” (ELIAS, 2002, p. 55).

Nascido no interior da Bahia, filho de uma família humilde, de professores primários, fez sua graduação em Direito na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutorado em Geografia na França. Sua principal atividade foi de pesquisador e professor universitário. Cabe lembrar que o geógrafo rompeu barreiras pela sua construção teórica e por ser um homem negro inserido em uma intelectualidade, predominantemente branca. O preconceito racial, tão presente no cotidiano brasileiro, não foi o tema central de seus estudos, mas permeou sua obra. De acordo com Elias (2002, p. 62),

Milton Santos produziu uma vasta e complexa obra que está aí posta para quem queira decifrá-la em suas diversas fases e faces. Seu pensamento e a organização de seu trabalho percorrem dois caminhos básicos, desde o campo das reflexões filosóficas sobre a natureza do espaço geográfico, até trabalhos de natureza empírica, quando buscava a reconstrução intelectual do mundo a partir das experiências específicas, dando destaque à categoria lugar.

No que diz respeito à terceira posição, ela corresponde ao nome “SILVA”. Assim como o nome “FILHO”, que ocupa a sétima posição, é um nome muito comum em todo o país. Logo, não conseguimos identificar um autor com maior frequência devido à diversidade de “Silvas” e “Filhos” citados nas referências das teses. Também encontramos dificuldade para definir um autor com maior ocorrência nos nomes OLIVEIRA, SOUZA, LIMA e COSTA, que ocupam a quinta, sexta, nona e décima posições, respectivamente.

Na quarta posição aparece o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e aqui cabem algumas considerações: primeiro, o IBGE é o principal fornecedor de dados secundários que serão utilizados em pesquisas nacionais; segundo, é fonte de produção de conhecimento por meio de seus relatórios técnicos; terceiro, acreditamos que esta posição tenha bastante relação com as edições dos estudos. De forma muito semelhante ao IBGE, o Instituto de pesquisa econômica e Aplicada (IPEA), que aparece na sétima posição, também precisa ser relativizado.

A partir dessa primeira listagem, construímos outro quadro com os nomes que conseguimos identificar e que apresentaram mais de 80 ocorrências nas citações. Com essa listagem construímos um novo ranking, que pode ser observado a seguir.

Quadro 6. Ranking dos autores mais citados nas referências das teses

Nº	Posição	Nome	Contagem
1	1º	SANTOS, Milton	285
2	2º	CORRÊA, Roberto Lobato	137
3	3º	FURTADO, Celso	132
4	4º	MINAYO, Maria Cecília	128
5	5º	LIMA, Jandir Ferrera	114
6	6º	SILVEIRA, Rogério Leandro Lima	106
7	7º	MARX, Karl	104
8		GIL, Antonio Carlos	100
9	8º	HAESBAERT, Rogério	100
10	9º	SCHNEIDER, Sérgio	98
11	10º	ETGES, Virgínia Elisabeta	91
12	11º	VEIGA, José Eli	88
13		SHIKIDA, Pery Francisco de Assis	84
14	12º	HARVEY, David	84
15	13º	BECKER, Dinizar	83
16	14º	LAKATOS, Eva Maria	82
17		ABRAMOVAY, Ricardo	80
18		SEN, Amartya	80
19		SANTOS, Boaventura Sousa	80
20	15º	BOISIER, Sergio	80

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base no Quadro 6, ranking 4, podemos agrupar os autores de acordo com seus campos de atuação e interesses de pesquisa e, assim, verificarmos as influências nas teses. Nesse sentido, definimos 4 grandes grupos que chamamos de grupo dos geógrafos, grupo dos economistas, grupo dos sociólogos e grupo da metodologia científica. Utilizamos a função de busca pelos currículos destes autores na Plataforma *Lattes* e, para os que não estavam listados, estrangeiros, utilizamos como fonte a biografia do autor que estava em livros publicados por estes. Desse modo, realizamos uma apresentação breve de cada um desses autores.

No grupo dos geógrafos, em primeiro, aparece Milton Santos (1926-2001), geógrafo brasileiro apresentado anteriormente. Logo em seguida, recebe muito destaque o geógrafo brasileiro Roberto Lobato Corrêa, que atualmente é docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência na área de Geografia e ênfase em Geografia Urbana. Ele atua principalmente nos temas espaço, cultura, redes e rede urbana. Após, Rogério Haesbaert, geógrafo brasileiro, docente na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade de Buenos Aires (UBA), professor visitante em universidades na Inglaterra, França, México, Colômbia e

Argentina. Bolsista Produtividade do CNPq²⁶ – 1A. Tem experiência nas áreas de Geografia Regional, Geografia Política e Teoria da Geografia, atuando principalmente nos temas: território e desterritorialização, região e regionalização. David Harvey, geógrafo britânico de influência marxista, professor da *City University of New York*, pesquisador de diversas questões ligadas à Geografia Urbana. Segundo Claval (2013), podem ser identificados na obra de Harvey, a partir da década de 1970, quatro temas permanentes e dominantes: o primeiro está situado no papel central que o autor atribuí à teoria; o segundo é a busca pelo esclarecimento da dinâmica do capital; o terceiro é a concepção de espaço que diferencia o espaço absoluto ou cartesiano, o espaço relativo e o espaço relacional; e o quarto é a construção de uma ciência útil aos pobres, excluídos.

No grupo dos geógrafos vinculados como docentes permanentes do PPGDR-UNISC estão: Rogério Leandro Lima da Silveira, bolsista produtividade do CNPq – 2, com experiência como pesquisador nas áreas de Geografia Urbana, Geografia Regional, Geografia Econômica, Desenvolvimento Regional e Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos temas de Desenvolvimento Regional, Planejamento Territorial, Desenvolvimento Urbano, Urbanização em cidades médias, Policentrismo funcional e coesão territorial, Rede urbana, Redes e Organização territorial; e Virginia Elisabeta Etges, bolsista Produtividade do CNPq, com atividades de pesquisa voltadas aos temas de Desenvolvimento Regional, Território, Sustentabilidade, Agricultura Familiar, Agroecologia e Turismo Rural.

O grupo dos economistas tem Celso Furtado (1920-2004) como o nome mais expressivo. Ele foi um economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país. A intensidade e permanência de sua obra têm sido discutidas em diferentes campos. E pode ser observada nas principais bases de gestão, indexação e divulgação dos periódicos científicos mais qualificados do Brasil e do mundo, indicam Sousa, Theis e Barbosa (2020).

²⁶ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma entidade ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para incentivo à pesquisa no Brasil. Dentre suas ferramentas de fomento à pesquisa, tem-se a Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ), destinada aos pesquisadores com destaque entre seus pares. Mais que um apoio financeiro, esta modalidade de bolsa pode ser entendida como um reconhecimento pelos pares aos pesquisadores com destacada produção científica. De acordo com a Resolução Normativa 028/2015 (CNPQ, 2015), a Bolsa PQ é dividida, de forma hierárquica, em 3 categorias: Sênior (PQ-SR), PQ-1 (subdividida nos níveis 1A, 1B, 1C e 1D) e PQ-2. A bolsa PQ-Sênior é de caráter vitalício, só pode ser solicitada por bolsista PQ que permaneceu nos níveis 1A ou 1B por, no mínimo, 15 anos ininterruptos.

Os elementos que demonstram a dimensão clássica da vasta obra de Celso Furtado, segundo Sousa, Theis e Barbosa (2020), são: a relação inseparável entre o pensar e o agir, entre o rigor acadêmico e o engajamento político; em relação ao Nordeste, pela primeira vez, coloca como questão central a necessidade de romper com as estruturas arcaicas destacando o problema regional pela dimensão econômica, política, sociológica; promoção do desenvolvimento a partir da transformação social pela geração de riqueza e renda; e rompe com o complexo de vira-latas, visto que faz a crítica, a análise dos problemas sociais, mas, sobretudo, destaca nossas potencialidades. Elementos esses que correspondem à atualidade de uma construção teórica que perdura no tempo.

José Eli da Veiga é economista, brasileiro, Professor Sênior da Universidade de São Paulo (USP), tem experiência na área de Economia, com ênfase em Desenvolvimento Sustentável. Focado principalmente nas disciplinas: Política Agrícola, Estados Unidos, Subsídios, Meio Ambiente. O desenvolvimento sustentável tem sido o centro da sua atenção desde a década de 1970 e orientam suas atividades como pesquisador e professor.

Dinizar Becker (1947-2003) foi um economista brasileiro que atuou como professor do PPGDR-UNISC e na Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), ambas universidades comunitárias do Rio Grande do Sul. Quase na totalidade de seus textos, o escopo de análise estava na falta de integração entre ensino, pesquisa, planejamento e gestão do desenvolvimento das regiões, bem como no contexto econômico no início dos anos 2000 (na produção acelerada e cada vez mais competitiva com aumento das desigualdades sociais no país e nas regiões).

Amartya Sen é um economista indiano, Prêmio Nobel de Economia em 1998 por sua contribuição às teorias da escolha social e do bem-estar social. Professor de Harvard nos EUA, foi um dos idealizadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Tem reconhecimento internacional por seus estudos que tratam de uma compreensão mais profunda das razões econômicas por trás da fome e da pobreza, a justiça, a desigualdade social, a ética e o desenvolvimento. Boa parte de seus textos são sobre o tema liberdade humana.

Sergio Boisier é um economista, autor de dezenas de artigos e livros sobre os temas desenvolvimento local, Desenvolvimento Regional e descentralização. Ele também é professor em cursos de pós-graduação em universidades de diversos países e ex-funcionário do ILPES/CEPAL, em Santiago do Chile.

Do grupo dos economistas vinculados como docentes no PPGDRA-UNIOESTE estão: Jandir Ferrera de Lima, bolsista Produtividade do CNPq, com estudos na área de Desenvolvimento Regional e Humano, com ênfase em economia dos territórios e desigualdades socioeconômicas; e Pery Francisco Assis Shikida, que tem experiência na área do Agronegócio e Desenvolvimento Regional, atuando nos temas de agroenergia, agroindústria canavieira, cadeias produtivas, cenários econômicos e economia do crime.

Também podemos considerar neste Grupo dos economistas, Karl Marx (1818-1883), ou no Grupo dos sociólogos, a seguir. Em linhas gerais, ele foi um filósofo, economista e sociólogo alemão. Sua obra possibilitou o entendimento atual sobre o trabalho e sua relação com o capital, além do pensamento econômico posterior. É autor de diversos livros, sendo *O Manifesto Comunista* (1848) e *O Capital* (1867-1894) os mais proeminentes. As teorias que elaborou (comumente denominadas de marxismo), sustentam que as sociedades humanas progridem por meio da luta de classes (um conflito entre uma dominante e outra classe dominada) e que o Estado foi criado para proteger os interesses da classe dominante, embora seja apresentado como uma representação do interesse comum. Ele ativamente argumentava que a classe trabalhadora deveria realizar uma ação revolucionária organizada para derrubar o capitalismo e provocar mudanças socioeconômicas.

No grupo dos sociólogos, aparece com maior destaque Sergio Schneider, sociólogo brasileiro, docente da Universidade Federal do Rio grande do Sul (UFRGS) e bolsista Produtividade do CNPq desde 2003. Pesquisados das áreas de sociologia rural, da alimentação e do desenvolvimento, tendo como temas a agricultura familiar, análise de processos de diferenciação social e econômica no meio rural, políticas públicas e o papel do Estado, cadeias alimentares curtas, políticas de abastecimento e sistemas agroalimentares.

Ricardo Abramovay é um sociólogo brasileiro, professor Sênior na USP com atuação junto ao departamento de Economia e bolsista Produtividade do CNPq. Seus estudos estão voltados às discussões sobre sustentabilidade e economia verde. Ou seja, uma economia direcionada ao desenvolvimento sustentável, preocupada com o descarte dos resíduos sólidos produzidos pelo homem.

Boaventura de Sousa Santos, sociólogo com origem em Portugal, é professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Universidade de Wisconsin-Madison. Tem escrito e

publicado nas áreas de sociologia do direito, sociologia política, epistemologia, estudos pós-coloniais e sobre os temas dos movimentos sociais, globalização, democracia participativa, reforma do Estado e direitos humanos.

O grupo das metodologias científicas identificou três autores: Maria Cecília de Souza Minayo, socióloga, docente titular e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), bolsista Produtividade do CNPq – 1A, com experiência na área de Saúde Pública, ênfase em Saúde Coletiva, atuando principalmente nos temas de metodologia de pesquisa social, metodologia da pesquisa social em saúde pública, violência e saúde, causas externas, violência, violência autoinfligida, saúde coletiva e saúde e sociedade; Antônio Carlos Gil, filósofo, professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, com uma grande produção acadêmica relacionada à metodologia e aos métodos de pesquisa, autor dos livros: *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, *Técnicas de Pesquisa em Economia*, *Metodologia do Ensino Superior*, *Didática do Ensino Superior*, *Sociologia Geral* e *Teoria Geral da Administração*; Eva Maria Lakatos foi uma socióloga professora e pesquisadora brasileira especializada em Sociologia da Administração e Metodologia Científica e está entre as principais teóricas brasileiras da metodologia científica aplicada às ciências humanas, área na qual publicou diversos livros em coautoria com Marina de Andrade Marconi. Devido ao mesmo sobrenome e proximidade com a temática da metodologia de pesquisa, no Brasil, ela é muitas vezes confundida com o cientista húngaro e Teórico da Filosofia da Matemática e da metodologia das ciências, Imre Lakatos (1922-1974), sem qualquer parentesco confirmado.

Podemos verificar que, dos 20 autores, uma parcela muito pequena, somente 3 (15%) são mulheres. Duas estão relacionadas ao grupo das metodologias científicas, Maria C. S. Minayo e Eva M. Lakatos, e uma corresponde ao grupo dos geógrafos, a docente e pesquisadora Virgínia E. Etges, vinculada ao PPGDR-UNISC. Quanto à nacionalidade, podemos identificar que 4 autores são estrangeiros (Karl Marx, David Harvey, Amartya Sen e Sérgio Boisier) e 16 brasileiros. Dentre estes autores, um chama mais atenção, Karl Marx, que viveu no século XIX e pode ser compreendido como um pensador à frente de seu tempo. Muitas de suas reflexões estão presentes nas teses atualmente (início do século XXI).

Este capítulo nos possibilitou uma visão mais geral acerca das teses, a seguir, no capítulo 4, examinaremos o conteúdo.

4. A ANÁLISE DAS TESES EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Este capítulo está organizado em duas partes: na primeira, destacamos nosso entendimento sobre a análise de conteúdo a partir das referências de Bardin (1977) e as contribuições do olhar de Triviños (1987). Dessa maneira, comunicamos as três orientações, ou ainda, etapas que empregamos para realização da análise de conteúdo, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A segunda parte traz as construções dos conceitos que apontamos como fundamentais para pensarmos o Desenvolvimento Regional e como eles estão presentes nas teses. Em todas as construções, partimos de uma discussão sobre as principais ideias que influenciaram as classificações propostas. Na sequência, temos os esclarecimentos mais detalhados sobre o conceito de Desenvolvimento e as tipologias: “Desenvolvimento como uma prática intencional de crescimento econômico”, “Desenvolvimento como uma prática intencional de equidade social” e “Desenvolvimento como processo imanente”. Para o conceito de Território, construímos as tipologias de “Território como conteúdo político e jurídico, tradicional”, “Território como conjunto de múltiplas relações de poder” e “Território como perspectiva técnica/tecnológica”. Por sua vez, no conceito de Região, identificamos as tipologias: “Região como processo histórico de múltiplas relações”, “Região articulada ao conceito de território” e “Região como sinônimo de território”. E, por fim, o conceito de Desenvolvimento Regional, com as tipologias: “Desenvolvimento Regional como ponto de partida” e “Desenvolvimento Regional como ponto de chegada”.

4.1 Considerações sobre a análise de conteúdo

No capítulo anterior, realizamos a coleta e a construção de um banco de dados das teses em Desenvolvimento Regional e iniciamos a pré-análise. Nesse sentido, vamos agora expor como nos apropriamos e fazemos uso da técnica de análise de conteúdo a partir da obra de Bardin (1977). Segundo Triviños (1987), a análise de conteúdo tem sua origem na tentativa de interpretação dos livros sagrados, com esforços mais sistemáticos nos séculos XVII na Suécia e XIX na França. No entanto, a maturidade do método em relação ao seu emprego foi consolidada no século XX, nos Estados Unidos, com a análise do material jornalístico, entre as décadas de 1940 e 1950. Posteriormente, a análise de conteúdo passou a ser empregada em diversas

áreas do conhecimento. Triviños (1987) coloca em evidência que a obra de Bardin (1977) foi notável e extremamente representativa para essa técnica, por configurar em detalhes seus princípios e conceitos fundamentais.

Bardin (1977) define a análise de conteúdo como uma técnica utilizada para fazer inferências por meio da identificação objetiva e sistemática de características específicas da mensagem, cujos resultados podem ser apresentados por meio de indicadores quantitativos e qualitativos. É um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo.

Cabe salientar que o uso crescente da técnica de análise de conteúdo tem muitas sugestões e proposições que resultam em diferentes fases com terminologias variadas (TRIVIÑOS, 1987). Optamos por seguir as orientações de Bardin (1977), que propõe três fases que procuraremos seguir para a realização da análise de conteúdo, a saber: Pré-análise; Exploração do material; e Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na primeira fase, foi realizada a organização do material para a condução de operações sucessivas da análise, identificando possíveis componentes conceituais, teóricos e metodológicos presentes em nossos objetivos. Assim, identificamos, contamos e localizamos termos dentro do corpo do texto das teses. É importante lembrar do cuidado com os princípios da exaustividade, representatividade, homogeneidade e a adequação (que possibilitem responder ao problema de pesquisa) na seleção do *corpus* de análise, composto por todas as teses com textos na íntegra e descrição das Linhas de Pesquisa.

A segunda fase consistiu na exploração do material, construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. Ou seja, a compreensão dos conceitos e o estabelecimento de tipologias fundamentadas nas discussões apresentadas dos conceitos. Aqui, as teses foram quantificadas e categorizadas dentro das tipologias propostas.

Por último, a terceira fase, de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, procura captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material. Buscamos analisar os resultados, construir explicações e indicar relações com a origem dos PPGs, as proposições das Linhas de Pesquisa, os métodos

quantitativos e qualitativos e de estudo de caso, os problemas e os objetivos de pesquisas.

Diante disso, acreditamos que, através da análise de conteúdo das teses, com base em Bardin (1977), foi possível elucidar os objetivos específicos. Os conceitos entendidos como fundamentais para a construção do conhecimento a partir de nosso plano de pesquisa foram: Desenvolvimento; Território; Região; Desenvolvimento Regional; e Interdisciplinaridade.

Inicialmente, junto ao projeto de pesquisa, tínhamos apontado a interdisciplinaridade como um importante conceito a ser examinado junto ao corpo do texto das teses. Entretanto, verificamos que a interdisciplinaridade está presente nas necessidades dos pesquisadores, como resultados nas condições sociais e materiais de produção, e não em registros escritos no corpo dos textos das teses. Com isso, o conceito de interdisciplinaridade não foi investigado na análise de conteúdo das teses.

Vale ressaltar que, muitos dos conceitos, independentemente da ciência ou campo do conhecimento, e mesmo considerados básicos, não estão isentos de controvérsias, uma vez que são objetos de interpretações correntes. Posto isso, colocamos em destaque novamente os conceitos para realização da análise de conteúdo, aqueles que consideramos mais pertinentes ao campo científico do Desenvolvimento Regional. Por fim, apresentamos de forma bastante objetiva as ideias centrais não com a intenção de esgotar o debate, mas embasar as tipologias que utilizamos para classificação das teses: Desenvolvimento; Território; Região; e Desenvolvimento Regional.

As tabelas 10 e 11 foram elaboradas para ilustrar uma primeira classificação de 202 teses conforme a descrição das Linhas de Pesquisa nos PPGs e a frequência de ocorrência dos termos correspondentes aos conceitos supracitados, utilizados para análise, respectivamente. Não foi possível identificar a Linha de Pesquisa em 38 teses e não foi possível acessar de maneira integral o texto de 13 delas. Cabe esclarecer que, embora sem acesso ao texto integral, a Plataforma Sucupira informa, junto ao resumo e a outros dados gerais, a Linha de Pesquisa de todas teses e dissertações aprovadas.

Tabela 10. Total de teses de acordo com as Linhas de Pesquisa dos PPGs

IES	PPG	Linhas de Pesquisa (LP)		Teses	
				n°	média*
FURB	DR	a	Estado, sociedade e desenvolvimento no território	20	33
		b	Dinâmicas socioeconômicas no território	13	
UNIOESTE	DRA	a	Cadeias produtivas	16	43
		b	Desenvolvimento regional e sociedade	27	
UNIFACS	DRU	a	Desenvolvimento e Políticas Regionais	37	58
		b	Desenvolvimento Urbano, Políticas Urbanas e Redes de Cidades	6	
			Não identificada	15	
UNISC	DR	a	Território, Planejamento e Sustentabilidade	39	112
		b	Estado, Instituições e Democracia	23	
		c	Organizações, Mercado e Desenvolvimento	27	
			Não identificada	23	
Total				246	

IES – Instituição de Ensino Superior; PPG – Programa de Pós-Graduação.

Fonte: elaborado pelo autor.

A tabela 11 mostra os totais absolutos e relativos ao número de ocorrência dos termos que nomeiam os conceitos, de acordo com as Linhas de Pesquisa. Esta tabela tem a finalidade de valorizar, por meio da frequência do uso dos termos, a presença dos conceitos.

Tabela 11. Frequência de ocorrência dos termos que nomeiam os conceitos por teses classificadas de acordo com as Linhas de Pesquisa dos Programas

IES	PPG	LP	Teses	Desenvolvimento		Território		Região		Des. Regional	
			n°	n°	média	n°	média	n°	média	n°	média*
FURB	DR	a	20	7374	368,7	2958	147,9	2371	118,6	839	42
		b	12	5868	489	2058	171,5	2528	210,7	1085	90,4
UNIOESTE	DRA	a	16	2142	133,9	162	10,1	1247	77,9	274	17,1
		b	27	9028	334,4	1114	41,3	5343	197,9	1355	50,2
UNIFACS	DRU	a	32	8863	277	1321	41,3	3485	108,9	991	31
		b	6	933	155,5	115	19,2	365	60,8	87	14,5
UNISC	DR	a	39	10943	280,6	5740	147,2	6222	159,5	1974	50,6
		b	23	4101	178,3	1528	66,4	2923	127,1	717	31,2
		c	27	7117	263,6	1256	46,5	3575	132,4	930	34,4
Total			202	56369	279,1	16252	80,5	28059	138,9	8252	40,9

IES – Instituição de Ensino Superior; PPG – Programa de Pós-Graduação; LP – Linhas de Pesquisa.

* média: total de registros dividido pelo número de teses.

Fonte: elaborado pelo autor.

Na tabela 11, podemos comparar e afirmar que o termo relacionado ao conceito de Desenvolvimento tem maior ocorrência no PPGDR/FURB, Linha de Pesquisa b

(Dinâmicas socioeconômicas no território) e menor frequência de ocorrência no PPGDRA/UNIOESTE, Linha de Pesquisa a (Cadeias produtivas). Quanto ao termo relacionado ao conceito de Território, a maior ocorrência também está em PPGDR/FURB, Linha de Pesquisa b, e, menor frequência em PPGDRA/UNIOESTE, Linha de Pesquisa a. O termo relacionado ao conceito de Região aparece novamente com maior ocorrência no PPGDR/FURB, Linha de Pesquisa b, e, menos vezes na Linha de Pesquisa b (Desenvolvimento Urbano, Políticas Urbanas e Redes de Cidades) do PPGDRU/UNIFACS. E o termo relacionado ao conceito de Desenvolvimento Regional com maior frequência nas teses do PPGDR/UNISC Linha de Pesquisa c (Organizações, Mercado e Desenvolvimento), e, menos vezes, novamente na Linha de Pesquisa a, do PPGDRA/UNIOESTE.

4.2 Os conceitos nas teses: discussão, tipos e análise

Neste item, expomos as construções de tipos dos conceitos que apontamos como fundamentais para pensarmos o Desenvolvimento Regional. Em todas as construções, partimos de uma discussão sobre as principais ideias que influenciaram as classificações propostas. Apresentamos de forma objetiva as ideias centrais para embasar os tipos que utilizamos para categorização das teses, lembrando: Desenvolvimento, Território, Região e Desenvolvimento Regional.

4.2.1 O conceito de Desenvolvimento

A conceituação pode ser iniciada com base na interpretação do termo desenvolvimento, associado a progresso e crescimento, sendo cunhado em um contexto norte-americano no fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, os norte-americanos gozavam de significativo crescimento e estabilidade econômicos e buscavam consolidar sua hegemonia diante do mundo. Mesmo a expressão sendo cunhada, historicamente, em um período muito anterior, sua popularização está vinculada ao discurso de posse do ex-presidente dos EUA, Harry S. Truman (1884-1972), proferido em janeiro de 1949. Neste, foi afirmada a necessidade de tornar os avanços científicos e o progresso industrial americano disponíveis para o crescimento e o progresso das áreas subdesenvolvidas²⁷. Assim, ao usar pela primeira vez em tal

²⁷ Subdesenvolvimento entendido como o estado de um órgão ou organização (por exemplo: um país) que não alcançou sua maturidade. O termo é usado com frequência para definir subdesenvolvimento econômico, cujos sintomas incluem a falta de acesso da população em geral a oportunidades de emprego, saúde, água, alimentação, educação e moradia.

contexto a expressão subdesenvolvimento, Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo. O subdesenvolvimento passou a significar o oposto de desenvolvimento, no lugar em que aspectos econômicos foram considerados mais relevantes que os aspectos sociais (ESTEVA, 2000).

Em linhas gerais, a noção de Desenvolvimento é usada no discurso cotidiano com referência à mudança (principalmente entendida em termos positivos). Entretanto, a partir de uma perspectiva da Geografia, o desenvolvimento costuma ter vocações mais específicas, referindo-se a outros processos nacionais de mudança econômica, política e social, ou à mudança positiva resultante de ações intencionais para melhorar as condições de vida de populações pobres ou marginais. Nesse sentido, além de ser um processo, pode ser definido como um estado de ser geralmente aplicado a um país ou região com altos níveis de urbanização, atividade econômica complexa e padrões de vida desejáveis. Cabe alertar que essas definições não são neutras, elas refletem ideologias particulares que variam ao longo do tempo e do espaço (WILLIS, 2009).

Quanto à origem da ideia e a formulação do conceito de Desenvolvimento, Theis (2008) preconiza um olhar retrospectivo, mesmo diante das controvérsias que tal proposição pode causar. De maneira geral, na modernidade, a ideia de desenvolvimento foi fundamentalmente antropológica e religiosa, com uma concepção otimista das coisas e a capacidade de forjar um mundo cada vez melhor. Essa concepção otimista apresentava linhas muito tênues e, durante algum tempo, foi considerada sinônimo de progresso. Em seguida, também teve muita proximidade com o sentido de evolução e foi adquirindo cada vez mais uma conotação econômica (THEIS, 2008).

O caráter essencialmente econômico do conceito de desenvolvimento, de acordo com Theis (2008), está relacionado ao problema expresso na acumulação de riquezas, discutido por uma “recente” economia clássica em meados do século XVIII. A obra de Adam Smith (1723-1790), *A riqueza das Nações*, de 1776, bem como estudos acerca da economia política no período²⁸, assumem características predominantemente econômicas, uma vez que repousam na premissa do aumento de

²⁸ Thomas Robert Malthus (1766-1834), “Princípios da economia política”, 1820; Jean Baptiste Say (1767-1832), “Tratado de economia política”, 1803; David Ricardo (1772-1823), “Sobre os princípios da economia política e tributação”, 1817; e John Stuart Mill (1806-1873), “Princípios da política econômica”, 1848 (THEIS, 2008).

prosperidade material. Na perspectiva do desenvolvimento enquanto crescimento econômico, Ake (1988, p. 487, citado por THEIS, 2008, p. 262), lembra que o debate sobre desenvolvimento, “[...] se descolou do aumento da riqueza material para a elevação da renda per capita”. Com isso, desenvolvimento passa a ser sinônimo de crescimento econômico. Com a percepção das diferenças entre as regiões e as sociedades, o Desenvolvimento também assumiu características naturais respaldadas no determinismo geográfico (esta tese, em linhas gerais, tinha como pressuposto que a ação humana era determinada pelos meios naturais), na intenção de explicar diferenças e legitimar os interesses dos Estados europeus (THEIS, 2008).

Segundo Esteva (2000), na década de 1950 houve uma separação bastante explícita entre aspectos sociais e aspectos econômicos do desenvolvimento. Na década de 1960, foi formulada uma noção de integração, reconhecendo uma interação entre recursos físicos, processos técnicos, aspectos econômicos e mudança social. Já na década de 1970, discutia-se uma estratégia conjunta e concentrada em todas as esferas da vida econômica e social²⁹. A década de 1980 foi chamada de década perdida³⁰. Na década de 1990, um modelo desenvolvimentista ou de redesenvolvimento foi adotado. Esta foi marcada por um modelo de “desenvolvimento sustentado”, elaborado para sustentar valores econômicos em detrimento da vida social, sob um pretexto de “[...] manutenção da vida natural e social infinitamente variada”, como lembra Esteva (2000, p. 72).

Nas últimas décadas, a noção de desenvolvimento tem sido acompanhada por uma ideia de sustentabilidade. Nessa visão, há destaque para uma perspectiva ambiental, também denominada ecodesenvolvimento que, em geral, preocupa-se com a capacidade assimilativa e regenerativa da natureza. Sobre o desenvolvimento sustentável, Sachs (1993) aponta cinco dimensões de sustentabilidade, para que o ecodesenvolvimento seja alcançado, a saber: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. A dimensão social busca melhorar níveis de distribuição de renda na intenção de diminuir a exclusão social e a lacuna econômica entre os mais ricos e os mais pobres. A dimensão econômica trata da eficiência do sistema, tanto na alocação

²⁹ Entretanto, esta abordagem acabou na direção contrária em virtude da grandeza que problemas ambientais relacionados à fome ou à opressão feminina receberam individualmente e necessitavam de ações urgentes (ESTEVA, 2000).

³⁰ Referência à estagnação econômica vivida durante os anos 1980, quando se verificou uma forte retração da produção industrial e um menor crescimento da economia como um todo (RIST, Gilbert, 1990 citado por ESTEVA, 2000). Para a maioria dos países, a década de 1980 é sinônimo de crises econômicas e baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

de recursos quanto na gestão. A dimensão ecológica remete-se à preservação do meio ambiente, satisfazendo as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras. A dimensão espacial compete o tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana, bem como uma melhor distribuição espacial das atividades econômicas e assentamentos humanos. E a dimensão cultural corresponde a mudanças sociais que possibilitem o despertar de uma consciência ambiental, que reduza os resultados negativos das formas de consumo capitalistas. Assim, a ideia de desenvolvimento fica fortemente relacionada à satisfação das necessidades e aspirações humanas, considerando extremamente significativo o meio ambiente.

Os geógrafos estiveram envolvidos tanto no reforço de conceitos particulares de desenvolvimento quanto na revelação das maneiras pelas quais eles se baseiam na operação do poder, como lembra Willis (2009). Com isso, a autora organiza uma sequência cronológica aproximada para discorrer sobre desenvolvimento em diferentes recortes. No entanto, reconhece que essa progressão é uma maneira de enquadrar a informação e não reflete as formas reais pelas quais as definições de desenvolvimento foram usadas e desafiadas dentro da geografia. Cabe uma breve síntese com base em Willis (2009) sobre os recortes:

- O desenvolvimento no recorte da “Modernização” em um período Pós-Segunda Guerra Mundial, com o advento da Guerra Fria, ganha relevância como um ideal. A modernidade como objetivo na recuperação do atraso em relação aos países do Norte e o crescimento econômico foi o principal indicador da modernização e/ou desenvolvimento;
- Em um recorte de “Dependência e desenvolvimento desigual”, nas décadas de 1960 e 1970, foram enfatizados os processos de desenvolvimento desigual, tanto globalmente quanto dentro dos países. Todavia, se antes as diferenças espaciais no desenvolvimento refletiam variações em estágios, nesse recorte, os argumentos indicavam fatores estruturais na explicação dos padrões existentes de desenvolvimento. Estruturas estas que impediam que os países do Sul alcançassem melhores condições (processos do capitalismo, colonialismo e imperialismo foram usados para explicar o desenvolvimento global das desigualdades).
- A partir da década de 1970, um corpo crescente de especialistas, particularmente da Ciência Política e Economia, estava em emergência com a retomada de ideias com base no século XIX e anteriores sobre o papel do

mercado no progresso econômico e desenvolvimento. Esse conjunto de teorias foi denominado "Neoliberalismo". Em geral, faziam uma forte crítica ao Estado como limitador do desenvolvimento. E, mais uma vez, o significado central de desenvolvimento foi o crescimento econômico, mas agora a agência de desenvolvimento mudou do Estado para o Mercado.

- Diferente dos recortes apresentados anteriormente, que são considerados de cima para baixo, no que se refere à sua promoção, cabe também o foco nas comunidades e no setor social, quando considerado o “Desenvolvimento de base local” (*grassroots*). Notadamente, desde os anos 1980, ganham relevância a promoção de formas alternativas de desenvolvimento. Um exemplo são aquelas presentes nas ideias de direitos e capacidades abordadas por Amartya Sen (2000).
- O “Desenvolvimento sustentável”, que diz respeito a uma maior consciência ambiental, também ganhou maior evidência durante a década de 1980, com o relatório da Comissão Brundtland (em 1987) e, depois na Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (em 1992). A Comissão Brundtland (também conhecida como a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) pensou o desenvolvimento sustentável como práticas que atendam às necessidades da população de hoje, sem prejudicar a disponibilidade de recursos para satisfação das necessidades das gerações futuras.
- O recorte do “Pós-colonialismo, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento” contribuiu para a compreensão do desenvolvimento como um processo não neutro. As abordagens dessas interpretações envolvem a contestação de ideias que são vistas como "naturais", de um ponto de vista europeu como, por exemplo, a maior relevância para o crescimento econômico e para os direitos individuais. Tais abordagens também desafiam as representações eurocêntricas dos povos dos países do Sul como pobres, sem educação e passivos. Essas ideias tornam-se cada vez mais importantes desde o final dos anos 1980. Isso levou a um enorme crescimento na pesquisa que está ciente de como gênero, etnia, religião e outras formas de identidade moldam e são moldados pelos processos de desenvolvimento.

Mesmo com uma diversidade de compreensões e carregado de controvérsias, o crescimento econômico, apesar de não ser condição suficiente para o

desenvolvimento, é requisito para superação da pobreza e construção de um padrão digno de vida. Isso também pode ser verificado em outra definição ou abordagem alternativa do desenvolvimento. O desenvolvimento como liberdade está relacionado à melhoria de vida.

Conforme Sen (2000), o desenvolvimento seria um processo de expansão da liberdade. Liberdade esta, que procede do progresso econômico, industrial e tecnológico como instrumento potencial capaz de ampliá-las. Todavia, a privação de liberdade econômica leva à privação de outras liberdades sociais, assim como a privação de liberdades sociais ou políticas podem gerar privação da liberdade econômica.

Outra forma de pensar o desenvolvimento tem como base uma filosofia de vida nascida dos conhecimentos e práticas dos povos tradicionais sul-americanos, o *Buen Vivir*. Embora as proposições dispostas pelo *Buen Vivir* devam ser consideradas uma possibilidade de superar a ideologia do “desenvolvimento” – devido à sua condição de alternativas à lógica capitalista – e não uma alternativa de desenvolvimento, como lembra Acosta (2012)³¹. Estamos partindo do entendimento do *Buen Vivir* como outro desenvolvimento, ou ainda, uma estratégia que apresenta uma proposição de mudança civilizatória, “[...] um caminho que deve ser imaginado para ser construído por cada sociedade, com fins de mudar este mundo e construir democraticamente outro que seja sustentável, justo, igualitário, livre e, seguramente, mais humano” (ACOSTA, 2012, p. 214).

Acosta (2012) coloca em evidência o núcleo conceitual da ideia de desenvolvimento convencional, entendido como progresso linear, um conceito que, em certa medida, nunca foi questionado, tornando-se uma crença que, no máximo, foi redefinida. Nesse sentido, as discussões sobre como “alcançar o desenvolvimento” são problemáticas por não discutirem o conceito, que corresponde a um estilo de vida consumista e predador, que coloca em risco o equilíbrio ecológico global, e mais ainda, marginaliza os seres humanos progressivamente das (supostas) vantagens do desenvolvimento. Em outros termos, negamos nossas raízes históricas e culturais em favor de uma modernização que imita os países avançados, ou seja “Fechamos a

³¹ “[...] há que se superar inclusive as visões heterodoxas, que enfocavam ‘desenvolvimentos alternativos’, quando é cada vez mais necessário gerar ‘alternativas ao desenvolvimento’. É disso que se trata o *Buen Vivir*” (ACOSTA, 2012, p. 201).

porta às possibilidades do que poderia ser uma modernização própria” (ACOSTA, 2012, p. 200).

Na filosofia autóctone, o *Buen Vivir*, em síntese, constitui uma categoria central, em constante construção e reprodução, da filosofia de vida das sociedades indígenas. Em alguns saberes indígenas não existe uma ideia análoga à do desenvolvimento, nem conceitos de riqueza e pobreza determinados pela acumulação ou carência de bens materiais. Com isso, somos convidados a assumir outros saberes e práticas, de povos e nacionalidades tradicionalmente marginalizados. Mas o surgimento em comunidades indígenas não implica na negação de vantagens tecnológicas do mundo moderno ou possíveis contribuições de outras culturas e saberes que questionam diferentes pressupostos da modernidade dominante. Ou seja, uma das tarefas fundamentais reside no diálogo permanente e construtivo de saberes e conhecimentos ancestrais, com a parte mais avançada do pensamento universal, em um processo de contínua descolonização da sociedade. Isso torna-se a natureza no centro do debate, de forma simples e ao mesmo tempo complexa: em vez de manter a ruptura entre a natureza e o ser humano, o desafio passa a ser propiciar seu reencontro (ACOSTA, 2012).

A difícil definição do conceito de desenvolvimento nos leva a problematizar quem ganha e quem perde com o desenvolvimento, havendo a promoção de um entendimento determinado voltado ao interesse de forças sociais que o procuram fomentar.

Cabe ainda sublinhar que, de acordo com Lewis (2019), mesmo que o termo desenvolvimento seja onipresente, há debates contínuos para precisar seu significado. Em uma definição básica, o desenvolvimento de um Estado pode ser entendido “como as sociedades mudam ao longo do tempo”. Entretanto, isso ainda deixa em aberto questões importantes sobre como e por que as sociedades mudam. Para responder a esse questionamento, Lewis (2019) procura verificar a atualidade das ideias de Michael Cowen e Robert W. Shenton (1996) e Gilian Hart (2001).

Cowen e Shenton (1996), a partir de uma investigação histórica sobre o desenvolvimento compreendido, tanto como ideia quanto como prática, apontam para as ambiguidades em torno de seus diferentes significados. Eles propuseram uma distinção entre desenvolvimento como “processo imanente” e “prática intencional”. Identificaram como problema a confusão entre os diferentes sentidos de desenvolvimento como resultante de mudanças sociais e desenvolvimento como

objetivo da ação. O desenvolvimento intencional tem sua origem no século XIX, concebido como uma ferramenta para administrar a desordem produzida pela transformação capitalista, sustentada por um conceito de “tutela” que assumiu o papel do governo e o bom senso na proteção do bem-estar de seus cidadãos (LEWIS, 2019).

Hart (2001, p. 650) apresenta uma distinção entre Desenvolvimento (grande D) e desenvolvimento (pequeno d), com afinidades e referência ao estudo de Cowen e Shenton (1996).

[...] entre o "grande D" Desenvolvimento definido como um projeto de intervenção pós-segunda guerra mundial no "terceiro mundo" que emergiu no contexto da descolonização e da guerra, e "pequeno d" desenvolvimento ou o desenvolvimento do capitalismo como um conjunto de processos históricos geograficamente desiguais e profundamente contraditórios³².

Assim, o “Desenvolvimento” foi caracterizado como esforços conscientes das agências de desenvolvimento para intervir e promover mudanças positivas; e o “desenvolvimento”, os mais amplos padrões de mudança social que produzem vencedores e perdedores das lutas em torno poder e recursos (LEWIS, 2019).

Para Lewis (2019), ao distinguir entre dois tipos de desenvolvimento, a distinção ‘D/d’, provou-se durável em estudos de desenvolvimento, em parte porque é um método prático conceito de enquadramento e, em parte, porque atraiu vários públicos. No entanto, apresenta problemas quando submetida a análises mais detalhadas, quando considerado além dos modelos teóricos e aplicada à complexa realidade em um estudo de caso identificando contradições e ambiguidades. Dessa maneira, embora a distinção “grande D” e “pequeno d” permaneça útil em um nível geral, uma conceituação adicional é agora necessário, e sua relevância pode desaparecer. Ou seja, é necessária muita cautela no emprego das proposições de desenvolvimento a partir da perspectiva de Hart (2001). Por outro lado, Cowen e Shenton (1996) oferecem uma base bastante sólida para pensarmos uma tipologia para o conceito de desenvolvimento.

Contudo, destacamos a seguir três construções conceituais de Desenvolvimento que estamos considerando distintas, mesmo que apresentam características que as aproximam para a classificação das teses de Desenvolvimento Regional:

³² “[...] between ‘big D’ Development defined as a post-second world war project of intervention in the ‘third world’ that emerged in the context of decolonization and the cold war, and ‘little d’ development or the development of capitalism as a geographi-cally uneven, profoundly contradictory set of historical processes” (HART, 2001, p. 650).

- *Desenvolvimento como uma prática intencional de crescimento econômico:* corresponde a um entendimento de desenvolvimento que possibilita, por meio do aumento da capacidade produtiva de uma economia, a melhoria da qualidade material e do quadro social geral de um território. É um progresso, compreendido dentro do capitalismo (tendo a estrutura econômica como base), e que alcança diferentes campos em uma sociedade. Dessa maneira, uma melhor qualidade de vida seria uma consequência da intencionalidade de crescimento econômico.
- *Desenvolvimento como uma prática intencional de equidade social:* a equidade social, dentro de uma forma de organização capitalista, apresenta uma relação direta com a justiça social, uma vez que identifica e coloca em evidência as contradições e desigualdades resultantes desta organização. Procura preconizar um tratamento isonômico e imparcial de diferentes grupos sociais, notadamente, na consideração e equalização do atendimento das necessidades sociais, culturais, políticas, ambientais, econômicas, entre outras. Na prática, o conceito de equidade (diferente de igualdade) não significa que todos devam receber exatamente a mesma quantidade de recursos, mas sim que estes sejam distribuídos de maneira mais eficiente, de acordo com a necessidade e particularidade de cada grupo social.
- *Desenvolvimento como processo imanente:* o termo imanência compõe-se dos termos latinos *in* e *manere*, que, juntos, têm o significado original de "existir ou permanecer no interior". Extrapolando o sentido etimológico do termo, estamos considerando o processo imanente de desenvolvimento resultante das condições materiais e relações sociais, decorrentes de mudanças temporais e espaciais, enquanto reflexo e condição da territorialidade de comunidades regionais. Em poucas palavras, um processo não construído, racionalizado e gerido, sem tutela, nem objetivos práticos, mas que acontece a partir das necessidades que implicam em mudanças.

A tabela 12, a seguir, mostra a classificação resultante da análise das teses segundo os Programas e Linhas de pesquisa, conforme os tipos estabelecidos para o conceito de Desenvolvimento. Podemos observar um predomínio do entendimento do conceito de Desenvolvimento como uma prática intencional e um relativo equilíbrio quando consideramos a melhoria da qualidade de vida das pessoas com base em

uma perspectiva de crescimento econômico por um lado, e em uma perspectiva de equidade social, onde os fatores econômicos são secundários, por outro.

Tabela 12. Classificação das teses conforme o conceito de Desenvolvimento

IES	PPG	LP	Teses	Desenvolvimento			
				Crescimento Econômico	Equidade Social	Processo Imanente	Outro*
FURB	DR	a	20	5	12	3	-
		b	12	4	8	-	-
UNIOESTE	DRA	a	16	14	2	-	-
		b	27	16	11	-	-
UNIFACS	DRU	a	32	18	12	-	2
		b	6	3	3	-	-
UNISC	DR	a	39	10	29	-	-
		b	23	8	15	-	-
		c	27	16	11	-	-
Total			202	94	103	3	2

IES – Instituição de Ensino Superior; PPG – Programa de Pós-Graduação; LP – Linhas de Pesquisa.

*Outro tipo de classificação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos observar na tabela 12, dois grupos de programas em que predominam as tipologias de desenvolvimento como práticas intencionais. Um grupo formado pelo PPGDRA/UNIOESTE e PPGDRU/UNIFACS, que em suas Linhas de pesquisa totalizam a maioria das teses, 51, no tipo Crescimento Econômico (e 28 teses no tipo Equidade Social). E outro grupo formado por PPGDR/FURB e PPGDR/UNISC, com a maioria das teses, 75, no tipo Equidade Social (e 43 teses no tipo Crescimento Econômico). Em ambos os casos, temos uma proporção muito semelhante, com 64,6% e 63,6% para o primeiro e segundo grupo, respectivamente. Nesse sentido, cabe destacar que, os dois programas do primeiro grupo, têm suas origens junto aos cursos e departamento de Ciências Econômicas, além de nas suas diretrizes trazerem como proposta viabilizar o desenvolvimento e crescimento socioeconômico nas regiões.

Os programas do segundo grupo apresentam uma gênese relacionada a preocupações interdisciplinares não somente no corpo docente e discente (ambos pertencendo, em um primeiro momento, à área de multidisciplinariedade), mas como uma resposta às necessidades de uma demanda com grande diversidade temática, teórica e metodológica voltada a um contexto regional. Em suas diretrizes, buscam a instrumentalização e o fomento ao debate sobre o desenvolvimento, considerando as

especificidades regionais, bem como a promoção da qualidade de vida de comunidades regionais.

Outro elemento perceptível nas teses mediante sua análise, diz respeito à metodologia empregada, que possibilita uma subdivisão quantitativa e qualitativa associada aos dois grupos, não como regra, mas como característica. As teses relacionadas ao primeiro grupo apresentaram uma metodologia mais quantitativa, ou seja, procuram analisar uma grande quantidade de informações expressas em termos numéricos, tratadas e estudadas por meio da estatística. Mostram aspectos mais gerais, entretanto os cálculos resultam em valores descritivos dos dados coletados, e as análises mais complexas são provenientes de cálculos mais avançados e interpretação dos números, com base nos objetivos e referencial teórico. Nessas teses é recorrente o uso de dados secundários e dados primários coletados, principalmente por meio de questionários e formulários fechados. Poucas dessas teses, com exceções, são complementados com a realização de entrevistas.

Já as teses relacionadas aos PPGs do segundo grupo, correspondem a uma metodologia que privilegia a construção qualitativa, muito mais subjetiva. Uma vez que os resultados surgem de dados empíricos (em formato de palavras, frases, imagens, vídeos e áudios), requerem técnicas de coleta e análise de dados específicos. É muito comum aqui o uso de dados primários, notadamente resultantes de entrevistas semiestruturadas que utilizaram como técnica a Análise de Conteúdo e em outros casos a Análise de Discurso. É importante lembrar que as pesquisas quantitativas e qualitativas são métodos complementares, combinados para obter resultados mais aprofundados e detalhados.

Quando verificamos o recorte referente às Linhas de Pesquisa, encontramos uma maior homogeneidade, com exceção de algumas situações, devido à abrangência e à abertura da diversidade temática presente no campo científico do Desenvolvimento Regional. No PPGDR/FURB, tanto a Linha de pesquisa “Estado, sociedade e desenvolvimento no território” quanto “Dinâmicas socioeconômicas no território” apresentam destaque significativo no que diz respeito ao conceito de Desenvolvimento como prática intencional de equidade social. Também neste programa, na primeira Linha de pesquisa mencionada, podemos verificar o registro de três teses na tipologia do conceito de Desenvolvimento como processo imanente, as únicas em todas as 9 Linhas de Pesquisa consideradas. Faz muito sentido que essas

teses estejam situadas junto a este PPG que fomenta o debate sobre a compreensão do conceito de Desenvolvimento.

O PPGDRA/UNIOESTE tem na Linha de pesquisa “Cadeias produtivas”, um forte viés econômico e um número muito maior de teses no tipo do conceito de Desenvolvimento como prática intencional de crescimento econômico. A Linha de Pesquisa “Desenvolvimento regional e sociedade” mostra-se um pouco mais dividida, dada a abrangência das temáticas acolhidas. O PPGDRU/UNIFACS, na Linha de Pesquisa “Desenvolvimento e Políticas Regionais”, apresenta um maior número de teses na tipologia Desenvolvimento como prática intencional de crescimento econômico, bem como duas teses desconsideradas que não conseguimos classificar dentro dos tipos estipulados. Já em “Desenvolvimento Urbano, Políticas Urbanas e Redes de Cidades”, podemos verificar uma igualdade nos tipos do conceito de Desenvolvimento como prática intencional.

De um lado, as Linhas de pesquisa “Território, Planejamento e Sustentabilidade” e “Estado, Instituições e Democracia” do PPGDR/UNISC mostram uma colocação, com um maior número de teses, no tipo do conceito de Desenvolvimento como prática intencional de equidade social. No outro, a Linha de Pesquisa “Organizações, Mercado e Desenvolvimento” registra um maior número de teses no tipo de Desenvolvimento como prática intencional de crescimento econômico.

4.2.2 O conceito de Território

No que diz respeito ao conceito de território, Souza (2015) lembra que, nas últimas décadas, ele vem sendo submetido a fortes tentativas de redefinição. Além de ser empregado cada vez mais em uma diversidade crescente de campos do conhecimento. Também destaca que, ao mesmo tempo, o conceito permanece sendo utilizado de modo bastante amplo e indistinto. Entretanto, em uma primeira aproximação, em uma definição necessária, mas insuficiente, o território “[...] é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78).

Em uma segunda aproximação que procura explicitar o implícito, Souza (1995, p. 97) indica o território como “[...] relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. Ou um instrumento do exercício

de poder. Continua com uma comparação do território com um campo de forças: ainda que o território seja uma forma de qualificar o espaço, ele é intangível, assim como o poder (uma das dimensões das relações sociais). “Se o poder é uma das dimensões sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço – mesmo que não de modo diretamente material, como ocorre com o substrato, ainda que o território dependa, de várias maneiras, deste último” (SOUZA, 2015, p. 98).

Em linhas gerais, para Souza (2015) o território é político e cultural, uma vez que é delimitado por e a partir de relações de poder. Todavia, este poder não é somente do Estado e não deve ser confundido com violência e dominação, e deve ser apreendido em múltiplas formas e funções embora valorizando as mudanças que o poder provoca.

De acordo com Raffestin (1993), o conceito de espaço geográfico guarda relação com o conceito de território e estes não são equivalentes; o primeiro antecede o segundo. O autor entende o espaço como uma realidade preexistente e o território enquanto uma construção social a partir do espaço. O território privilegiaria a dimensão política (sobretudo estatal) do espaço socialmente produzido. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Dessa forma, é entendido como território nacional, o espaço físico onde se localiza uma nação, onde se delimita uma ordem jurídica e política, medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. O território é uma produção a partir do espaço, revelando relações marcadas pelo poder exercido por pessoas ou grupos e está intrínseco em todas as relações sociais (RAFFESTIN, 1993).

Para Gotmann (2012), o território é político e geográfico, pois o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado por meio de processos políticos. “Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo” (GOTMANN, 2012, p. 523).

E mais, segundo Gottmann (2012, p. 525), o conceito de território está articulado à atividade humana e sujeito às dinâmicas históricas: “[...] sinto que seja indispensável definir território como uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas. Como tal, o espaço geográfico é contínuo, porém repartido, limitado, ainda que em expansão, diversificado e organizado”. O autor também procura esclarecer seu ponto de vista na relação entre espaço geográfico e território. Novamente, enfatiza a repartição e organização como atributo do governo, destacando a centralidade da ação humana, critério fundamental na definição de território.

Para Claval (1999), o território, dentro de uma perspectiva da Geografia Humana, pode ser associado às ideias de poder e controle; à natureza do laço social; e/ou, ao papel das representações simbólicas. Dessa maneira, o território serve como uma base para sentimentos de identidade de diversos modos, é material e simbólico, colocando em relevo o símbolo, a identidade e o pertencimento.

Assim, três eixos podem ser identificados na análise do território. O primeiro, “Território, controle e poder”, com ênfase no Estado-Nação (na ideia de apropriação do espaço por um grupo). Pertencem a este primeiro eixo, igualmente, a questão da soberania e do controle do Estado. O segundo eixo, “Território e realidade social”, é o da realidade social, onde entra a questão da naturalização do território e a abordagem crítica e marxista. E o terceiro eixo, “Território, símbolos e representação”, trata dos símbolos e da representação, ou seja, a dimensão simbólica do território, entendido como espaço vivido (CLAVAL, 1999).

Reis (2015) buscou formular interrogações sobre o território e procurou responder à pergunta: “o que é o território?” Conforme o autor, existe uma epistemologia do território a ser construída, que possibilitaria uma compreensão adequada do que dá valor à territorialidade. Entende, assim, que as sociedades são estruturalmente polimórficas e nesse polimorfismo se manifestam as relações de poder que as constituem.

Nesse sentido, a resposta para a pergunta “o que é um território?” pressupõe que sejam consideradas três dimensões das estruturas e das dinâmicas territoriais: proximidade, densidade e polimorfismo estrutural. Proximidade corresponde ao contexto e às relações que se criam, consolidações simbólicas de culturas e de instituições, e ao conhecimento e identidade partilhada de forma coletiva. Densidade, exprime as interações estruturadas que coordenam a ação de atores sociais, por meio

de contextos institucionais e de governação. Polimorfismo estrutural, por último, “[...] assinala o facto de a tensão entre mobilidades e territorializações – isto é, o exercício matricial de que os territórios são parte – produzir diferenciações dentro de ordens mais vastas” (REIS, 2015, p. 110).

Das três dimensões, as duas primeiras formam a rede matricial interna dos territórios e “[...] representam a identidade, a copresença e a capacidade dinâmica, assim como o conflito, a ausência, as tendências regressivas” (REIS, 2015, p. 110). A terceira dimensão, do polimorfismo estrutural, representa as relações de poder em que os territórios participam (podem ser positivas ou negativas, promocionais ou degradativas) e o modo como esses territórios estão inscritos no mundo.

Haesbaert e Limonad (1999) destacam que uma noção de território deve apresentar como pressupostos: a distinção em relação ao espaço geográfico, pois território e espaço não são sinónimos (o segundo, mais abrangente que o primeiro); a compreensão do território como construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico), relacionando sociedade, espaço geográfico e natureza; e que o território apresenta uma dimensão mais subjetiva (identidade territorial) e outra mais objetiva (de dominação do espaço). Para os autores, “[...] o espaço tornado território, pela apropriação e dominação social é constituído ao mesmo tempo por pontos e linhas redes e superfícies ou áreas zonas” (HAESBAERT e LIMONAD, 1999, p. 10).

Os territórios podem ser mais simples, exclusivos/excludentes, ou ainda híbridos, com a existência concomitante de várias territorialidades (múltiplas, sobrepostas). Para fins didático-analíticos, são apontadas diferentes concepções de território a partir de três linhas de abordagem, ou ainda, três dimensões: Jurídico-política, que considera o território no âmbito do Estado-Nação e as diversas organizações políticas envolvidas; Culturalista, que considera o lugar, o cotidiano e a identidade dos atores para com o território; e Económica, que trata da divisão territorial do trabalho, classes sociais e relações de produção no território. (HAESBAERT e LIMONAD, 1999).

Para Haesbaert (2004), que discute a noção de multiterritorialidade, existe uma fundamentalidade para que se trabalhe com a multiplicidade dos territórios, ou nenhuma mudança positivamente inovadora poderá ser alcançada. O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção

de multiplicidade, de uma multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004, p. 19). O autor procura esclarecer o que entende por território, territorialidade e territórios múltiplos na construção da noção de multiterritorialidade.

Por um lado, “[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’ (HAESBAERT, 2004, p. 3). Assim, o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica”. Por outro lado, “A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2004, p.3).

Cabe ainda destacar que, os objetivos dos processos de territorialização (de dominação e de apropriação do espaço) variam muito ao longo do tempo e dos espaços. Se em “sociedades tradicionais” era conjugada a construção material do território como abrigo; na “sociedade disciplinar” moderna (até o século XIX) vigorava a funcionalidade da disciplina e confinamento. Recentemente, nas “sociedades de controle”, vigora o controle da mobilidade, fluxos (redes) e das conexões. O território passa, gradativamente, de “zonal” (de controle de áreas) para “rede” ou de controle de redes, com a mobilidade essencial na construção do território (HAESBAERT, 2004).

Dessa maneira, simplificada, são indicados quatro grandes objetivos da territorialização (como abrigo físico, identificação/simbolização, disciplinarização e construção)³³, resultando na multiplicidade dos territórios, que podem ser entendidos a partir da distinção entre territórios-zona, mais tradicionais, e territórios-rede, mais fluidos e com maior mobilidade. Acrescenta-se ainda, que nos territórios-zona prevalece a lógica política, nos territórios-rede prevalece a lógica econômica e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão socioeconômica das pessoas. Temos assim, no lugar de desterritorialização, um novo tipo de apropriação e dominação do espaço por meio de territórios-rede que possibilitam o acesso a uma

³³ [como] abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; [como] identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira); [como] disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados); [como] construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações) (HAESBAERT, 2004, p. 5).

multiplicidade de territórios, configurando outros. Mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, a (re) territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios mais múltiplos, torna muito mais complexa nossa multiterritorialidade, que aparece como uma resposta ao processo identificado por muitos como desterritorialização (HAESBAERT, 2003; HAESBAERT, 2004).

Silveira (2017, p. 408) sobre o conceito de território, afirma que “[...] é uma construção histórica que assume diferentes significados, designações e aplicações na história da ciência. No âmbito das ciências humanas e sociais ele igualmente assume distintas acepções”. Em uma designação mais específica e tradicional, assume um conteúdo jurídico e tradicional resultante da relação entre espaço e política, referindo-se a uma parcela do espaço geográfico correspondente a limites políticos e administrativos de um Estado ou unidades administrativas constitutivas como regionalizações e municipalidades. Em outra designação, o território é definido e reconhecido por um conjunto de múltiplas relações de poder, desde aquelas que detêm um conteúdo mais material (economia e política), até aquelas com conteúdo mais simbólico e subjetivo (cultura e identidade). Em uma terceira designação, o território é pensado por meio de seus usos, que expressam as estruturas específicas de uma sociedade (divisão, gestão e organização do espaço geográfico), tal como revela dinâmicas e estratégias de apropriação do espaço geográfico (SILVEIRA, 2017).

Se tomarmos como referência a literatura geográfica brasileira que discute muitos dos termos e noções a partir da obra de Milton Santos (1926-2001), o conceito de território usado é colocado como sinônimo de espaço geográfico. O autor apresenta uma proposta de uma teoria geográfica do espaço que comporta elementos propostos por Henry Lefebvre, Alfred Schutz, David Harvey, não se limitando a eles. Para Santos (1997, p. 51), o espaço geográfico é “[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

A natureza é a origem e fornece coisas que são transformadas em objetos pela ação do homem através da técnica. Se, no princípio, tudo era coisa, hoje tudo tende a ser objeto, já que as coisas, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam a ser objetos. Dessa maneira, a técnica é a principal forma de relação entre o homem e a natureza (SANTOS, 1997).

Santos e Silveira (2001, p. 247) conceituam o território como anterior ao espaço geográfico e, portanto, como base material: “[...] em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico”. Nesse contexto, a análise se daria a partir da categoria de território usado, sinônimo de espaço geográfico. Com esta perspectiva, a região assume a condição dinâmica, menos preocupada com limites e mais orientada a entender os processos.

Tendo isso em mente, destacamos a seguir três tipos possíveis para o conceito de Território que estamos considerando distintos, mesmo que apresentem características que os aproximam, para a classificação das teses em Desenvolvimento Regional:

- *Território como conteúdo político e jurídico, tradicional*: representa a área administrada por um Estado, considerado condição para a existência deste, isto é, as organizações públicas que administram o país, as unidades federativas e os municípios. Trata-se da materialidade ou base objetiva de determinado Estado, seu elemento constitutivo, onde a autoridade é delimitada. É um instrumento de poder com vistas a dirigir grupos sociais, que procura assegurar a eficácia do poder e estabilidade da ordem.
- *Território como conjunto de múltiplas relações de poder*: em uma segunda e mais ampla designação, o conceito equivale a uma parcela do espaço geográfico, dominado e/ou apropriado por meio de relações sociais e de poder, estabelecidas historicamente, que manifesta um sentido multiescalar e multidimensional. Dessa forma só pode ser apreendido dentro da ideia de multiplicidade.
- *Território como perspectiva técnica/tecnológica*: tem sua formação no “quadro único que a história de dá”, com a apropriação humana de um conjunto natural preexistente. Procura realçar aspectos políticos, econômicos, culturais entrelaçados em virtude do movimento da sociedade, resultante do desenvolvimento das técnicas/tecnologias.

A tabela 13 traz uma ilustração da classificação das teses segundo os Programas de Pós-Graduação e Linhas de Pesquisa, de acordo com tipos estabelecidos para o conceito de Território. Em uma primeira vista, os totais indicam o “Território como conteúdo político e jurídico, tradicional”, com 60,4% das teses nesse tipo.

Tabela 13. Classificação das teses conforme o conceito de Território

IES	PPG	LP	Teses	Território			
				Político e Jurídico	Múltiplas Relações	Técnico/ Tecnológico	Outro*
FURB	DR	a	20	7	11	2	-
		b	12	9	3	-	-
UNIOESTE	DRA	a	16	16	-	-	-
		b	27	24	3	-	-
UNIFACS	DRU	a	32	22	8	-	2
		b	6	6	-	-	-
UNISC	DR	a	39	6	23	10	-
		b	23	17	3	3	-
		c	27	15	9	3	-
Total			202	122	60	18	2

IES – Instituição de Ensino Superior; PPG – Programa de Pós-Graduação; LP – Linhas de Pesquisa.

*Outro tipo de classificação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos observar na tabela 13, um predomínio do conceito de “Território como conteúdo político e jurídico, tradicional”, correspondendo a classificação de 122 teses e passando por todos PPGs e Linhas de Pesquisa. Depois, com um pouco menos da metade, foram classificadas 60 teses que tratam o território como um conjunto de múltiplas relações de poder, uma forma mais complexa e mais abrangente, considerando muito das subjetividades. Podemos verificar que o PPGDR/FURB e o PPGDR/UNISC mais contribuem na discussão de território com essa perspectiva. Estes mesmos PPGs, também foram os que apresentaram teses onde prepondera o “Território como perspectiva técnica/tecnológica”.

Quando consideramos as diferentes Linhas de Pesquisa, fica mais claro como elas procuram abranger diferentes possibilidades. No PPGDR/FURB, tanto a Linha de Pesquisa “Estado, sociedade e desenvolvimento no território” quanto a “Dinâmicas socioeconômicas no território” apresentam relativo destaque no que diz respeito ao conceito de Território como conteúdo tradicional. Ainda neste PPG, na primeira Linha de Pesquisa mencionada, podemos verificar o registro de 11 teses no tipo “Território como conjunto de múltiplas de relações de poder”, o que sugere uma opção diferenciada em pensar o território nesse recorte. O PPGDR/UNISC apresenta uma opção clara, na Linha de Pesquisa “Território, Planejamento e Sustentabilidade”, por um debate mais denso sobre Território que pode ser verificado na classificação de 23 teses, junto à compreensão de “Território como conjunto de múltiplas de relações de

poder” e 10 teses em “Território como perspectiva técnica/tecnológica”, o que representa um diferencial em relação a todas as outras Linhas de Pesquisa, inclusive dos outros PPGs. Já quando consideramos as Linhas de Pesquisa “Estado, Instituições e Democracia” e “Organizações, Mercado e Desenvolvimento”, existe um predomínio da validação do conceito de Território como conteúdo tradicional. No entanto, em número reduzido, encontramos teses promovendo uma reflexão sobre o território a partir das múltiplas relações, ou ainda, da tecnificação.

Os PPGDRA/UNIOESTE e PPGDRU/UNIFACS apresentam uma consistente formação econômica em suas Linhas de Pesquisa “Cadeias produtivas”, “Desenvolvimento regional e sociedade”, “Desenvolvimento e Políticas Regionais” e “Desenvolvimento Urbano, Políticas Urbanas e Redes de Cidades”, respectivamente. Com isso, verificamos que das 81 teses que classificamos destes dois PPGs, 68 (83,95%) estão qualificando o Território como um conteúdo jurídico. Em duas teses na Linha de Pesquisa “Desenvolvimento e Políticas Regionais” da PPGDRU/UNIFACS, não conseguimos precisar uma classificação entre os tipos selecionados para essa classificação.

Outro elemento importante indica que os territórios nas teses de Desenvolvimento Regional apresentam uma posição periférica na maioria dos estudos. Verificamos que, em 202 teses, 144 delas (71,3%) tratam de territórios periféricos, em muitas situações, territórios que correspondem à localização ou proximidades do PPG, lugar de vivência de muitos dos pesquisadores. Cabe destacar a seguir o que estamos considerando territórios periféricos.

O conceito de território periférico em uma perspectiva urbana, caracterizava pobreza, precariedade, violência e distância em relação ao centro. Entretanto, mais que o reflexo da produção econômica, a periferia também apresenta modos de vida e um imaginário próprio. O conceito de periferia passou a ser ressignificado a partir da década de 1990 no Brasil e assumiu um caráter de denúncia, devido à contínua e crescente desigualdade nacional, bem como medidas neoliberais da época (que aumentaram desemprego, enfraqueceram sindicatos, fragilizaram trabalhadores). Isto é, apontou-se as contradições sociais reais que um discurso hegemônico ocultava. Dessa maneira, a construção do conceito de periferia se expressava no binômio pobreza e violência. Continha (na denúncia) e negava (porque queria superar) a posse desses fenômenos estigmatizantes. A partir deste momento, passaram a ser atribuídos ao significado de periferia elementos como cultura, potência e trabalho.

Uma definição, além de uma posição comum na produção econômica, um compartilhamento de costumes, modos de vida e condições sociais em determinados territórios (D'ANDREA, 2020).

De acordo com D'Andrea (2020), com o passar do tempo, os territórios periféricos passaram a se expressar cada vez mais como adjetivos de agentes sociais não necessariamente ligados a produção cultural, mas que denotam posição política e estilo de vida. E que dão vazão a pluralidade de possíveis apropriações de experiências periféricas como: jornalismo periférico, gastronomia periférica; LGBTQIA+ da periferia; Centro de Estudos Periféricos; Feminismo Periférico. O conceito periferia, desde os usos acadêmicos até o momento em que a própria população se apropria dele, apresenta muitos sentidos. É possível falarmos de uma “[...] consciência periférica calcada em uma experiência urbana de vivência local e de percepção de desigualdade entre distintos territórios da cidade” (D'ANDREA, 2020, p. 35). A periferia expressa uma desigualdade no acesso a oportunidades e na distribuição da riqueza no espaço.

Martins (2015) lembra que, para Immanuel Wallerstein (1930-2019), que elaborou a Teoria Sistema Mundo, ainda na década de 1970, a periferia é atrasada, sujeita e dependente do centro. No que diz respeito ao aspecto econômico corresponde a uma industrialização de baixo valor tecnológico agregado (que não produz tecnologia, mas a absorve) ou nenhuma industrialização, importante produção primária, mão de obra semiespecializada ou sem especialização, pouca regulação das relações de trabalho e grande informalidade. Quanto ao aspecto político, detém o controle de sua política interna, mas não exerce influência externa. E o aspecto cultural acomoda uma identidade nacional incipiente, sem unidade coletiva, ou está fragmentada, prevalecendo identidades étnica ou religiosas.

A Teoria Sistema Mundo continua válida como categoria analítica da estrutura da sociedade global em suas relações sociais, políticas, culturais e econômicas, uma vez que se faz presente nas estruturas e nas relações assimétricas entre os países. Em linhas gerais, segundo a Teoria Sistema Mundo, fundamentada no conceito de divisão internacional do trabalho, exprime como tese central uma divisão do mundo em três níveis hierárquicos: centro, periferia e semiperiferia. Nessa divisão, os países centrais ocupam-se da produção de alto valor agregado, os periféricos fabricam bens de baixo valor e fornecem commodities e matérias-primas para a produção de alto valor dos países centrais e, por fim, os países da semiperiferia ora comportam-se

como centro para a periferia, ora como periferia para os Estados centrais, tendo um papel intermediário. Esse padrão de troca desigual cria uma relação de dependência entre os países periféricos e os do centro, acentuando suas diferenças (MARTINS, 2015). A Teoria Sistema Mundo extrapola fronteiras nacionais e a ordem de elementos da acumulação e econômicos, idealizando, dessa maneira, o capitalismo como sistema social. A organização do mundo entre centro e periferia, elementos intrinsecamente interdependentes, entende que o centro só existe em relação à periferia que só existe em relação ao centro.

Contudo, desde a construção do conceito de periferia em uma perspectiva urbana, no Brasil, onde são colocados em relevo dimensões quantitativas e qualitativas, até a Teoria Sistema mundo, os territórios referenciados nas teses em Desenvolvimento Regional apresentam muitas características dessas duas construções teóricas citadas.

A periferia vem sendo estudada nas últimas décadas por diferentes áreas do conhecimento, com destaque para as Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Entretanto, em muitos casos, a periferia é somente objeto de estudo, havendo pouco protagonismo aos agentes e moradores da periferia. Dessa maneira, os estudos construídos no âmbito de territórios periféricos, no Desenvolvimento Regional, trazem como diferencial o componente de os PPGs estarem localizados nestes territórios, notadamente distantes dos grandes centros. E, como verificado nos capítulos anteriores, em IESs configuradas a partir do esforço coletivo em regiões interioranas.

4.2.3 O conceito de Região

Sobre a relação da região com o território, é importante lembrar que, o conceito de território aparenta uma conotação envolvendo mais diretamente questões empíricas, voltadas a fenômenos e manifestações concretas, comumente chamados de “reais”. Já a conotação de região pode ser colocada como muito mais instrumental ou analítica. Essa distinção fica evidente quando verificado o uso dos termos territorialização e regionalização. O primeiro, dirigido notadamente para o campo das práticas e dos sujeitos sociais na concretude da produção do espaço; e o segundo muito mais com um sentido epistemológico, enquanto recorte analítico do espaço por meio de critérios determinados. Entretanto, não devem ser reduzidos a este entendimento, uma vez que o território privilegia questões atinentes à política (sem

desconsiderar que a região adquire um foco conceitual próprio entre recurso analítico e evidência concreta, como “arte-fato”) (HAESBAERT, 2010). Se território é um domínio espacial, a região é uma construção social. Assim, as regiões são constituídas e desconstituídas em uma complexa relação com o território que marca os processos espaciais na atualidade (ALENTEJANO, 2001).

O debate acerca da noção de região apresenta uma significativa contribuição da Geografia. No âmbito dessa disciplina, ele apresenta um desenrolar ao longo do tempo. Todavia, não estamos advogando uma superioridade da abordagem geográfica sobre Região, mas consideramos um importante ponto de partida para iniciar o debate.

Bourdieu (2005, p. 108) lembra que,

[...] não só como os geógrafos é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de <<regionalização>> e movimentos <<regionalistas>>, economistas e sociólogos.

O autor também assinala que os geógrafos foram os primeiros a manifestarem preocupação com a economia regional. Entretanto, logo passa a criticar a noção de região, promovida pela Geografia (com ênfase na análise do conteúdo intrarregional, sem considerar além das fronteiras regionais). Já para a Economia, “[...] a região seria tributária de outros espaços, tanto no que diz respeito aos seus aprovisionamentos como no que diz respeito aos seus escoamentos” (BOURDIEU, 2005, p. 109). A Geografia considera as atividades em uma região muito como um fenômeno espontâneo naturalizado; a economia introduz como instrumento de análise particular o custo. O interesse da Sociologia coincide, a partir de 1968, com o surgimento de movimentos regionalistas (BOURDIEU, 2005).

Desde a institucionalização da Geografia, no final do século XIX, até aproximadamente 1970, três foram as acepções de região entre os geógrafos: a de Região natural (mais recorrente entre 1870-1920), identificada como uma área da superfície terrestre, com uma específica combinação de elementos da natureza que formavam a paisagem natural. Servia para explicar as diferenças no processo de desenvolvimento social e econômico das sociedades; a Região geográfica ou Região paisagem (vigora pelo período de 1920-1950), corresponde ao “[...] resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural” (CORRÊA, 1997, p. 185). Buscava mais que descrever, mas também interpretar as relações entre homem e ambiente; e a Região intelectual (desponta com um maior

interesse da economia junto a uma Geografia “Teorética-quantitativa”, por volta de 1950), com um entendimento de uma criação intelectual, a partir de propósitos específicos e podendo resultar em inúmeras regiões ou tipologias espaciais, moldadas de acordo com os objetivos do pesquisador (CORRÊA, 1997).

Na história do conceito de região para a Geografia, as noções de Vidal de La Blache (1845-1918) e Alfred Hettner (1859-1941) foram marcantes. Para o primeiro, a região era evidenciada na paisagem; já para o segundo, a região era uma construção intelectual do pesquisador. Esta última convicção teve continuidade nos estudos de Richard Hartshorne (1899-1992).

Em seguida, o positivismo lógico ganha evidência com pesadas críticas às definições de La Blache e Hettner. Neste período, modelos matemáticos passam a ser empregados na busca de uma lógica de organização do espaço. Todavia, críticas ao positivismo levam, por um lado, a uma vertente fenomenológica, que acaba por acentuar a dicotomia “físico e humana” da disciplina, por considerar a região um espaço vivido e revelador de práticas sociais. Isto é, a centralidade nos atores sociais, negligenciando aspectos naturais.

Por outro lado, na perspectiva marxista, eram destacados temas como o desenvolvimento desigual e combinado, e o subdesenvolvimento passa a ser produto de uma divisão territorial do trabalho. Mas os (des) caminhos do socialismo real renderam muitas críticas às proposições marxistas (LENCIONE, 1999).

Com a afirmação do pensamento pós-moderno, “[...] a região aparece como um espaço autônomo, bastante diferente das ideias de diferenciação e interdependência das partes de um todo. [...] cada vez mais, se apresenta como um conjunto disjunto, desigual e não harmônico” (LENCIONE, 1999, p. 199).

A concepção de Região na Economia passa a ter uma maior relevância com as primeiras intervenções de uma política econômica regional, criada nos EUA com a TVA (*Tennessee Valley Authority*) no âmbito do *New Deal*, e no Pós-Segunda Guerra Mundial, por meio das medidas de recuperação econômica direcionadas para regiões da Europa. Com o passar do tempo, as discussões das formulações de Região assumem cada vez mais um papel central no debate acerca das desigualdades de desenvolvimento. Assim, a concepção de região adquire um caráter economicamente desigual. As formulações econômicas com maior destaque foram a “causação circular cumulativa” de Gunnar Myrdal, e a dos “polos de crescimento” de François Perroux,

concordando com as premissas do primeiro (ALENTEJANO, 1998). Nesse contexto, a Região deixa de ser vista como homogênea e passa a ser polarizada.

Para os sociólogos, o cerne da discussão sobre Região está no poder de impor uma visão de mundo que vai reger a divisão dos grupos, estabelecer fronteiras entre o legítimo e ilegítimo – que faz com que o discurso regionalista soe performativo (ALENTEJANO, 1998). De acordo com Bourdieu (2005), a Sociologia vai privilegiar a discussão dos aspectos políticos e culturais que conformam a região.

As lutas em relação à identidade étnica ou regional, ou seja, as lutas em torno de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem por meio do local de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, assim, fazer e desfazer os grupos (BOURDIEU, 2005, p. 113).

De acordo com Alentejano (1998), a Geografia passou a incorporar tanto as contribuições da Economia quanto da Sociologia para a concepção de Região. Isso resultou em duas vertentes básicas de pensamento: a do desenvolvimento desigual do capitalismo e a do espaço vivido. Esta, com acepção humanista, representa o resgate da identidade regional, e ao mesmo tempo, faz uma afirmação da realidade concreta. Aquela, com forte influência das análises marxistas torna saliente a divisão territorial do trabalho.

Ao fazer uma crítica mais contundente às concepções de região, Haesbaert (2010) circunscreve “as idas e vindas, desconstruções e reformulações” do conceito de Região durante a história. Ele identifica assim o que chama de “mortes e vida da região” em três grandes momentos: no neopositivismo, no marxismo e no globalismo pós-moderno.

Na primeira “morte e vida da região”, a região que necessita a priori de uma base empírica, “morre” para “ressurgir” uma região em que a base empírica pode ser recortada a posteriori (comumente chamadas de regiões funcionais). Na segunda “morte e vida da região”, a região “morre” na tendência de homogeneização econômica (onde as diferenças regionais desapareceriam), ou ainda na visão daqueles que optaram por considerar apenas o regionalismo (enquanto luta social), e não a região, como categoria de análise (como “entidade territorial” e não “sociológica”). A região “ressurge” na dimensão econômica e por meio dos movimentos sociais, em um processo de transformação, resultado das

particularidades em relação às especificidades herdadas do passado e da globalização. Na terceira “morte e vida da região”, a “morte” corresponde à crença em uma sociedade cada vez mais em rede, em detrimento de uma sociedade regionalizada. A Região “ressurge”, sobretudo, na relação dinâmica (contra ou como base) de um processo globalizante (HAESBAERT, 2010).

Lencione (1999) atesta um conceito de região, necessário e pertinente, como uma instância particular de análise que se situa entre o local e o global. Sinaliza para a relevância da região na compreensão do recorte espacial enquanto categoria de análise da geografia. Isto é, em concordância com Corrêa (1997), a noção de região não está associada à singularidade, que se entende vinculada ao local, e, sim, à de particularidade³⁴; uma mediação entre o universal (global) e o singular (local).

A particularidade tem notável importância na medida em que possibilita uma multiplicidade de recortes. Certamente, as possibilidades de recortes regionais atualmente são múltiplas e complexas. Em múltiplas escalas, com agentes distintos e muitas vezes havendo recobrimento entre elas. Dessa maneira, a região é tanto uma realidade quanto uma criação intelectual, ao mesmo tempo vivida e compreendida de modo diferente por diferentes grupos sociais (CORRÊA, 1997).

Uma região pode ser concebida a partir de três abordagens, assegura Haesbaert (2010): como artifício (teórico), como um fato (concreto), ou ainda, como um arte-fato³⁵. A região como artifício traz uma visão mais racionalista, de uma construção intelectual que permite o uso de qualquer atributo, variando de acordo com o objetivo pesquisado. A região como fato (seja concreto, material, seja simbólico, vivido) é aquela “dada” por outros sujeitos sociais. E a região como arte-fato tem um enfoque ao mesmo tempo teórico e prático e tenta responder a distintas articulações da sociedade no tempo e no espaço.

³⁴ Cabe aqui uma inferência mais esclarecedora com base em Lukács (1968), com o propósito de tornar saliente que a particularidade estabelece a mediação entre o singular e o geral; responsável pela relação dos dois termos, em um processo em que não se pode alcançar a generalidade ou a singularidade, pois cada generalidade alcançada deve ser superada por uma outra que a contém. O mesmo ocorre com a singularidade, ela também deve ser entendida na perspectiva da superação. Por isso, singularidade e generalidade, devem ser compreendidas no seu movimento de negação recíproca. O singular nega o geral (presente nele), da mesma maneira que a generalidade nega a singularidade (presente nela). Isto é, a negação recíproca entre a singularidade e a generalidade é a particularidade (LUKÁCS, 1968).

³⁵ Segundo Haesbaert (2010, p. 110): “Arte-fato (com hífen) também permite indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, autofazer-se (‘arte’) e como construção já produzida e articulada (‘fato’)”.

Essa terceira concepção, da região como arte-fato, busca romper com a dualidade da natureza ideal-simbólica (no sentido de uma construção teórica, uma representação “analítica” do espaço) e material-funcional (em práticas econômico-políticas com espaços desiguais e diferenciados). Isto posto, a análise regional que se pretenda consistente deve levar em conta tanto o campo da produção material, quanto o das representações e símbolos, ideais – nas dimensões da funcionalidade e do vivido (HAESBAERT, 2010).

Diante do exposto, identificamos e construímos a seguir três tipos para o conceito de Região. Assim como com os outros conceitos, consideramos estes tipos distintos, mesmo que apresentem características que os aproximam:

- *Região como processo histórico de múltiplas relações*: a noção de processo histórico guarda relação com a existência concreta, porém não permanente e nem independente das condições de reprodução. Dessa maneira, entendemos um aspecto multiescalar como fundamental, reconhecemos as escalas como instâncias e entidades em que a vida social é organizada e reproduzida de modo inexato e dinâmico, muito além de uma dimensão ordenada, proporcional ou cartográfica. E afirmamos a multidimensionalidade sem a hegemonia de uma dimensão ambiental, econômica e social (política e cultural).
- *Região articulada ao conceito de território*: colocamos em relevo uma ideia de territórios regionais, que corresponde a uma das diferentes formas de compreensão e concepção de território, articuladas ao conceito de região. Conceito este que pode apresentar também diferentes variantes, desde um sentido de construção teórica (de representação “analítica” do espaço); até outro sentido, de práticas econômicas e políticas, com espaços desiguais e diferenciados.
- *Região como sinônimo de território*: quando os termos são utilizados sem um esclarecimento maior nem clareza conceitual, ou ainda, de forma que são alterados no corpo do texto, mostrando uma relação de semelhança e uma conotação despreocupada com as ideias, o debate e o emprego dos conceitos.

A tabela 14, a seguir, mostra a classificação resultante da análise das teses segundo os Programas e Linhas de Pesquisa, conforme os tipos estabelecidos para o conceito de Região. Salta aos olhos o predomínio de um entendimento, do conceito de “Região como sinônimo de território”.

Tabela 14. Classificação das teses conforme o conceito de Região

IES	PPG	LP	Teses	Região			
				Processo Histórico de Múltiplas relações	Articulada ao conceito de Território	Sinônimo de Território	Outro
FURB	DR	a	20	2	6	12	-
		b	12	1	4	7	-
UNIOESTE	DRA	a	16	-	1	14	1
		b	27	-	3	24	-
UNIFACS	DRU	a	32	-	6	24	2
		b	6	-	-	6	-
UNISC	DR	a	39	7	12	20	-
		b	23	2	9	12	-
		c	27	1	3	23	-
Total			202	13	44	142	3

IES – Instituição de Ensino Superior; PPG – Programa de Pós-Graduação; LP – Linhas de Pesquisa.

*Outro tipo de classificação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos conferir na tabela 14, que independente do PPG e Linha de Pesquisa, a classificação das teses no tipo “Região como sinônimo de território” é o mais destacado com 70,3%. Entretanto, somente a Linha de Pesquisa “Desenvolvimento Urbano, Políticas Urbanas e Redes de Cidades” do PPGDRU/UNIFACS apresenta todas as teses neste tipo. Destaque também para as Linhas de Pesquisa “Cadeias produtivas” e “Desenvolvimento regional e sociedade” do PPGDRA/UNIOESTE, com 87,5% e 88,8% das teses no mesmo tipo. Outro aspecto gritante, da tabela 14, trata do tipo “Região como processo histórico de múltiplas relações”, que apresentou o menor número de teses conforme a classificação proposta, somente 6,4%. Todas as teses neste tipo estão associadas aos PPGDR/FURB e PPGDR/UNISC e contemplam todas as Linhas de Pesquisa desses programas. Podemos considerar, fundamentados nestas classificações realizadas, que o debate e a construção do conceito de região não recebem a mesma atenção que outros conceitos nas teses em Desenvolvimento Regional.

Os recortes regionais, independentemente da interpretação, nos 202 casos que classificamos acima, aproximarão o processo de regionalização aos estudos de caso. Identificamos 124 em que isso ocorreu. Ou seja, nos parece que há uma relação direta entre pensar as regiões e elaborar estudos de caso. De acordo com Yin (2001), o estudo de caso pode ser tratado como importante estratégia metodológica para a

pesquisa em ciências humanas, pois permite ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, revelando nuances difíceis de serem enxergadas “a olho nu”. Além disso, o estudo de caso favorece uma visão holística sobre os acontecimentos da vida real, destacando seu caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos.

Cabe ainda inferir que, mesmo que o estudo de caso carregue um estereótipo de método limitado, utilizado por pesquisadores desviados de sua área primeira de formação e com precisão, objetividade e rigor insuficientes, ele continua sendo amplamente utilizado na área das ciências humanas e sociais, em planejamento, políticas públicas e educação. O mais provável, segundo Yin (2001), é que este estereótipo esteja equivocado e muitas são as orientações do estudo de caso como um método rigoroso de pesquisa.

Dessa maneira, o estudo de caso se mostra mais adequado quando consideramos o problema de pesquisa. A essência de um estudo de caso está no fato de ser uma estratégia para pesquisa empírica, empregada para a investigação de um fenômeno contemporâneo, em seu contexto real, possibilitando a explicação de ligações causais de situações singulares. Estudos de caso são modelos referenciais, cada um com sua particularidade. Nas experiências registradas, indicam um caminho sendo transmitido a quem está começando e diminuindo bastante as chances de erro. E os objetivos podem variar conforme a área na qual são utilizados. Entretanto, o estudo de caso permite uma observação em detalhes e um conhecimento mais aprofundado sobre determinado fenômeno e possivelmente uma região, o que contribui para a construção de uma autoridade em relação a determinado fenômeno que pode ser regional em uma investigação. Nas teses investigadas, o estudo de caso foi acompanhado pela preferência do recorte qualitativo na análise dos dados (123 teses indicam que optaram por uma análise qualitativa), que foram coletados pelos pesquisadores ou, predominantemente, primários (138 teses apresentam dados primários, destas, 114 os dados foram coletados em entrevistas).

4.2.4 O conceito de Desenvolvimento Regional

No que diz respeito ao desafio do consenso conceitual acerca do Desenvolvimento Regional, destacamos anteriormente a dificuldade de definição. Nos Capítulos 1 e 3³⁶, procuramos colocar em evidência a essência de algumas ideias que consideramos relevantes, tendo como ponto de partida estudos como da CEPAL, TVA e NOR, passando por pensadores como Milton Santos e Celso Furtado, até trabalhos mais recentes de pesquisadores vinculados aos PPGs selecionados e contemplados por esta pesquisa.

Diante disso, cabe ressaltar que a tomada de consciência das consequências perversas de desigualdades nas regiões e o entrave que representavam, colocou a concepção de Desenvolvimento Regional no Brasil atrelada à ideia de superação das desigualdades sociais extremas, regionalmente localizadas a partir de ações e intervenções do Estado. Em um período mais atual, a concepção de Desenvolvimento Regional sofreu uma significativa transformação e apresenta-se como um instrumento teórico e metodológico de análise das características de microrregiões. Esse elemento analítico contém diversas construções teóricas neoliberais que tem o poder de produzir diagnósticos acurados da problemática regional e carecem de uma visão mais ampla, globalmente articulada com a realidade socioeconômica dos Estados e das conexões e relações globais (RIEDL, 2017).

De acordo com Oliveira (2021, p. 206)

O Desenvolvimento regional compreende uma análise de fatores sociais e econômicos no interior de uma região, fatores esses que compõem a mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações. Tais fatores, quando bem empregados em determinada região, podem reduzir ou acelerar as desigualdades regionais.

Dessa maneira, o Desenvolvimento Regional pode ser compreendido como uma resposta de combate em relação às desigualdades regionais. E são três possibilidades para enfrentá-las: para um primeiro enfoque, desigualdades só podem ser corrigidas pelo mercado; para o segundo, desigualdades só podem ser corrigidas pelo Estado; e, para o terceiro, desigualdades deveriam/poderiam ser evitadas pela superação das condições materiais que, continuamente, as recriam (THEIS, 2019).

O Desenvolvimento Regional, de maneira bastante genérica, interpretado enquanto categoria de conhecimento positivo, pode ser tratado como uma forma de

³⁶ Capítulo 1, item “1.3 Acepções do Desenvolvimento Regional”. Capítulo 3, item “3.2 Características gerais das teses em Desenvolvimento Regional”.

análise regional no entendimento das regiões. Pode revelar as características e contradições de uma realidade regional e de seu território. Já de forma mais específica, no contexto de pesquisa, postula uma abordagem a partir do debate interdisciplinar. Por outro lado, em uma acepção mais normativa, traz uma indicação de processo (referência à possibilidade de mudanças sociais) e de objetivo, projeção de alternativas desejáveis. Para Theis (2019), a dicotomia “conhecimento positivo” e “conhecimento normativo”, trata da diferença entre “o que existe e o que se deseja que exista”, ou ainda, o fato objetivo e concreto e a manifestação idealizada e subjetiva. Nas palavras de Mattedi e Theis (2002, p. 89), o Desenvolvimento Regional “carrega uma certa ambiguidade: ora se trata de algo empiricamente verificável, ora se trata de uma proposição ou um projeto”.

Assim posto, apresentamos a seguir duas construções conceituais de Desenvolvimento Regional. Consideramos grupos distintos para classificação das teses, mesmo que possamos identificar características que aproximem tais construções:

- *Desenvolvimento Regional como ponto de partida*: apresenta uma perspectiva investigativa no sentido de resgate e reconstrução do cotidiano, com a realização de uma crítica da realidade social. Isto é, quando ocorre uma ruptura, em relação às práticas puramente descritivas, reducionistas e acríticas, para um “algo mais” da realidade investigada. Dessa maneira, o Desenvolvimento Regional possibilita um entendimento de determinada região, de maneira a transcender a aplicação isolada dos conceitos (desenvolvimento e região). Existe uma preocupação com a realidade e os anseios para uma condição diferente de “outra” realidade, mas este é o ponto de partida. A tentativa de construção de um conhecimento crítico e criativo que possibilite um alcance e a prática cotidiana.
- *Desenvolvimento Regional como ponto de chegada*: apresenta uma perspectiva propositiva, cuja análise da realidade ocorre a partir de diagnóstico e avaliação que possibilitam uma série de inferências e intervenções a partir dos interesses e percepções do pesquisador. Existe uma preocupação com a realidade e os anseios para uma condição diferente de “melhor” realidade, e este é o ponto de chegada.

A tabela 15, a seguir, mostra a classificação resultante da análise das teses segundo os Programas e Linhas de Pesquisa, conforme os tipos estabelecidos para o conceito de Desenvolvimento Regional. Podemos observar, de modo geral, que as teses ficaram bem distribuídas, com exatas 101 teses de “Desenvolvimento Regional como ponto de partida” e 101 teses como ponto de chegada.

Tabela 15. Classificação das teses conforme o conceito de Desenvolvimento Regional

IES	PPG	LP	Teses	Desenvolvimento Regional	
				Ponto de partida	Ponto de Chegada
FURB	DR	a	20	15	5
		b	12	8	4
UNIOESTE	DRA	a	16	2	14
		b	27	11	16
UNIFACS	DRU	a	32	12	20
		b	6	2	4
UNISC	DR	a	39	28	11
		b	23	13	10
		c	27	10	17
Total			202	101	101

IES – Instituição de Ensino Superior; PPG – Programa de Pós-Graduação; LP – Linhas de Pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na tabela 15, é possível verificar, a partir das Linhas de Pesquisa e PPGs, onde predominam de forma bastante distinta as classificações das teses nos dois grupos. Um grupo formado pelos PPGDRA/UNIOESTE e PPGDRU/UNIFACS, que totalizam a maioria das teses, 54 (de um total de 81), em “Desenvolvimento Regional como ponto de chegada”. Já o outro grupo é formado por PPGDR/FURB e PPGDR/UNISC, com a maioria das teses, 74 (de um total de 121), no grupo “Desenvolvimento Regional como ponto de partida”. Em ambos os casos, temos uma proporção semelhante, com 66,6% e 61,16% para o primeiro e segundo grupo, respectivamente. Essa tabela mostra uma relação bastante próxima com a tabela 12, que trata da tipologia pensada para a classificação das teses em relação ao conceito de Desenvolvimento, onde podemos aproximar os PPGDRA/UNIOESTE e PPGDRU/UNIFACS com maior destaque para o “Desenvolvimento como ponto de chegada” do tipo “Desenvolvimento como uma prática intencional de crescimento econômico”. Já os PPGDR/FURB e os PPGDR/UNISC estão no grupo “Desenvolvimento Regional como ponto de partida” com o “Desenvolvimento como uma prática intencional de equidade social”.

Cabe ressaltar, mesmo que já mencionado, que os PPGs do primeiro grupo, trazem nas suas diretrizes propostas de promover de maneira direcionada o desenvolvimento e crescimento socioeconômico nas regiões. Os PPGs que classificamos no segundo grupo, procuram discutir respostas às necessidades de uma demanda com grande diversidade temática, teórica e metodológica voltada a um contexto regional. Em suas diretrizes, colocam em evidência a instrumentalização e o fomento ao debate sobre o desenvolvimento, considerando as particularidades e especificidades regionais.

Utilizamos como elemento classificador das teses neste item o problema de pesquisa, o objetivo e o método adotados. Ao pensarmos o “Desenvolvimento Regional como ponto de partida”, consideramos que o problema é construído a partir de um conceito amplamente discutido em outras áreas (campos) do conhecimento. O avanço e o desenrolar do estudo ocorrem por meio da relação do território e/ou região com o conceito problematizador. Ou seja, é construída uma problematização de uma realidade regional fundamentada em um conceito de uma área (campo) do conhecimento. Já no “Desenvolvimento Regional como ponto de chegada”, o problema é construído tendo em vista o método que será empregado, justificando e legitimando a necessidade de intervenções em uma realidade preconcebida com carências patentes ou latentes.

Quanto aos objetivos gerais de cada tese, verificamos que 123 iniciam com o termo “Analisar”. Entretanto, tais análises podem ser classificadas dentro dos dois grandes grupos conceituais que apresentamos. O objetivo geral traz a essência da pesquisa, a ideia central e descreve, ainda que brevemente, a finalidade do estudo, o problema e o tema delimitado. Dessa maneira, oportuniza uma visão geral da tese. As análises representam uma ou mais características das contradições e desigualdades sociais em determinado território regional (107 teses).

Entendemos que as teses em Desenvolvimento Regional cumprem um relevante papel de militância quando são colocadas como elementos importantes para o destaque da urgência e necessidade sobre problemas existentes nas regiões. São elementos importantes por atuarem como reveladoras e promotoras da discussão sobre as contradições e as muitas desigualdades que aparecem dentro do convívio social.

Quanto ao método, ressaltamos que 124 teses correspondem a estudos de caso, o que, em certa medida, ilustra um conhecimento construído a partir de um

recorte regional, com uma grande diversidade de especificidades e particularidades. Outrossim, é importante lembrar que muitos resultados e descobertas são generalizados quando considerados a maioria dos estudos classificados no grupo “Desenvolvimento Regional como ponto de chegada”. Esta relação entre o regional e o global pode ser ilustrada como a aplicação de um método particular, através de um estudo de caso com a generalização em diferentes circunstâncias das conclusões/considerações finais.

CONCLUSÃO

Inicialmente, cabe retomar à emergência do Desenvolvimento Regional nas duas últimas décadas, notadamente no que diz respeito à escala nacional. Podemos destacar, por um lado, políticas fomentadas pelo Estado como a PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional). Embora as discussões para a formulação da PNDR tenham se iniciado em 2003, sua institucionalização ocorreu somente em 2007, e uma reformulação chamada PNDR II, finalizada com uma atualização/revisão em 2019. Em linhas gerais, a PNDR busca a redução das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais por meio de ações que promovam o crescimento econômico, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida da população. Dessa maneira, o foco principal desta política não vigora no combate à pobreza individual, isto é, concentra sua atuação em regiões desiguais e pobres, mesmo que em contextos ricos e dinâmicos. Por outro lado, o aumento no número dos PPGs, de eventos acadêmicos, da construção e produção científica em Desenvolvimento Regional, como demonstramos neste estudo, apresenta uma relação direta com esta emergência.

Mais recentemente, houve uma interrupção e um retrocesso de políticas públicas e na ciência, em um período obscuro da história brasileira. Atravessamos quatro anos (2019-2022) de um governo federal inoperante e abjeto, envolvido em diferentes e inúmeros escândalos: corrupção (como a “rachadinha”, funcionários fantasmas, associação com milícias, facilitação à exportação ilegal de madeira, propina de pastores na educação, compra de equipamentos superfaturados); desvio de verbas que seriam destinadas à saúde, ciência e educação para agregar valor ao “orçamento secreto”; abuso de poder com ataques aos agentes públicos, lideranças políticas, povos indígenas, quilombolas, negros, mulheres, comunidade LGBTQIA+, instituições e o sistema eleitoral brasileiro; incitamento e divulgação de *fake news*; uso inadequado de recursos e participação de militares no governo; crimes comuns, de responsabilidade e contra a humanidade que agravaram os efeitos nefastos da pandemia no país (conforme CPI da Covid). Denúncias, abusos e acusações parcialmente apurados e outros comprovados, aguardando punição aos responsáveis.

Passado este momento obscuro nacional, agora as esperanças se voltam para um novo governo, que, no campo progressista, mostra um olhar mais humano sobre

as desigualdades sociais e a falta de oportunidade. Também podemos identificar manifestações de apoio e proposições com intenção de reparação sobre as negligências e atrocidades cometidas, junto a uma perspectiva de mudança.

Dessa maneira, esse panorama do cenário político nacional atual, ainda que exposto de forma bastante breve, contextualiza este estudo no espaço e no tempo. Mostra que não estamos inertes ou desvinculados dos acontecimentos mais recentes e que procuramos deixar nosso entendimento bem evidente, nesse sentido: do espaço e do tempo como estruturantes das condições sociais e materiais que influenciam diretamente a construção e a produção científica.

Com isso, resgatamos nosso capítulo primeiro, onde buscamos, a partir da apresentação de Bourdieu, situar as contribuições que consideramos pertinentes sobre o conceito de *habitus* e a teoria dos campos sociais. Nesse sentido, colocamos em destaque aspectos centrais das premissas epistemológicas que orientam a construção intelectual de Bourdieu, a saber: a praxiologia; o *habitus*; o campo; e os tipos de capital.

A praxiologia que emerge como ponto central busca apresentar uma resolução por meio da relação dialética para a antiga polêmica entre subjetivismo e objetivismo. Ou seja, um outro gênero de conhecimento, distinto dos anteriores, “uma teoria da prática”, que sustenta uma perspectiva relacional. Dessa maneira, a praxiologia é colocada como um método erigido sobre o conceito de prática, como o elemento fundante do *habitus*, na intenção de possibilitar o alcance a explicações mais amplas, profundas e científicas, sobre os complexos processos sociais.

O *habitus* pode ser definido como princípio mediador de correspondência entre as práticas individuais e as condições sociais. Nas palavras de Bourdieu (1983^a, p. 61), “[...] sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes”. Ou seja, os *habitus* individuais são produtos da socialização, constituídos em condições sociais e materiais específicas, por diferentes sistemas de disposições em determinado recorte espacial e temporal.

Já o campo é um espaço relativamente autônomo, dotado de normas e regras próprias. Entretanto, não pode ser dissociado de seu entorno, pelo qual é, em menor ou maior grau, condicionado. Internamente, um campo implica conflito entre os agentes que o integram, visando à conquista ou à manutenção de posições. Esses agentes possuem um *habitus* que lhes confere essa condição identitária e de pertencimento. O campo, reconhecido como um espaço desigual de lutas, onde os

agentes possuem determinados tipos de capital que o valorizam dentro do campo. E as transformações e conservações dentro do campo ocorrem quando os tipos de capitais concorrentes são colocados em disputa.

Quanto aos tipos de capital, correspondem ao poder simbólico dentro do campo, ao que recebe maior valorização. Isso significa uma propriedade enquanto instrumento de troca simbólica. Esse capital pode ser de diferentes tipos: cultural, econômico, científico, social e é notabilizado quando assume um papel de classificação na estrutura social (um sistema hierarquizado de poder e privilégio). É determinado tanto por relações materiais e/ou econômicas (salário, renda) como pelas relações simbólicas (*status*) e ou culturais (escolarização) entre os indivíduos. Segundo esse ponto de vista, a diferente localização dos grupos nessa estrutura social deriva da desigual distribuição de recursos e poderes de cada agente. No caso do campo científico, Bourdieu (2004) identifica duas espécies de capital: o “institucional”, temporal, ligado à ocupação de posições importantes em instituições científicas; e o “puro”, específico, vinculado ao prestígio pessoal, que consiste no reconhecimento junto aos pares no campo científico.

Campo científico, como bem sintetizou Watanabe (2015), simboliza um espaço de lutas desigual, onde os agentes são dotados de um capital específico que acumulam ao longo de sua trajetória no campo. Cabe aos recém-chegados adquirir este capital, na intenção de mudar sua posição na hierarquia do campo. À medida que o campo se torna mais homogêneo, descobertas diminuem, decrescem as inovações periódicas e somente pequenas alterações permanecem. As contribuições científicas tornam-se pequenas quando a manutenção do campo passa a ser prioridade. É importante esclarecer o campo científico para Bourdieu (2004) como um contraponto a duas tradições contrárias: da ideia de uma “ciência pura”, independentemente do mundo social; e da ideia de uma “ciência aplicada”, caracterizada por sua subordinação ao contexto e sujeição a todas as demandas político-econômicas. Situado de forma intermediária entre estes dois polos, onde agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a ciência. No qual, podemos verificar a sociedade capitalista de classes na análise da dinâmica científica.

Em vista disso, colocamos em relevo as teses de doutoramento como um importante registro que apresenta características, elementos do *habitus* do campo científico e do contexto no qual elas foram elaboradas e construídas. Dessa maneira,

a análise de teses implica a compreensão de onde elas foram produzidas, a caracterização dos Programas, seu corpo docente e agenda de pesquisa.

Memoramos que nosso problema de pesquisa foi, “Como se constitui o *habitus* na abordagem regional do desenvolvimento em teses no campo científico do Desenvolvimento Regional?” E o objetivo geral, “Analisar como se constitui o *habitus* na abordagem regional do desenvolvimento em teses no campo científico do Desenvolvimento Regional”. Desse modo, o capítulo primeiro é necessário e esclarecedor, uma vez que apresenta nossa leitura, fundamentada em Bourdieu, de *habitus* e campo científico articulados ao método da praxiologia e o recorte das teses de doutoramento.

Para atingir o objetivo geral, foram elaborados e concatenados os objetivos específicos: a) examinar as disciplinas das quais advêm as influências teóricas mais presentes nas teses de Desenvolvimento Regional, bem como os autores e textos mais influentes; b) identificar as concepções de desenvolvimento, região e Desenvolvimento Regional presentes nas teses analisadas; e c) analisar como a abordagem regional adotada nas teses é explicitada na metodologia, na operacionalização dos problemas de pesquisa e na análise dos resultados.

No primeiro capítulo, procuramos também dar ênfase aos sentidos atribuídos ao Desenvolvimento Regional. Iniciamos uma revisão bibliográfica a partir do recorte da América Latina e CEPAL e o caso da TVA nos EUA. Em seguida, expomos a construção e a crítica a “Nova Ortodoxia Regional”, bem como a necessidade de repensar o Desenvolvimento Regional na América Latina, e examinamos as considerações de autores como Jean-Claude Perrin, Sergio Boisier, Georges Benko, Celso Furtado e Milton Santos. No que diz respeito às ideias que orbitam os debates e discussões em programas brasileiros de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, sinalizamos para as construções Dinizar Fermiano Becker e Virgínia Elisabeta Etges, ligados ao PPGDR UNISC, Marcos Antônio Mattedi e Ivo Marcos Theis, vinculados ao PPGDR FURB e Jandir Ferreira Lima, junto ao PPGDRA-UNIOESTE.

Em continuidade, no capítulo segundo, definimos o campo científico do Desenvolvimento Regional. Para tanto, tratamos da gênese da CAPES, sua evolução e importância para o ensino superior no Brasil. A entidade formada em 1951, com o objetivo, ainda em vigor, de promover o aperfeiçoamento em nível superior, atrelado às necessidades de desenvolvimento do país. Em 1995, reestruturada, passou a ser

responsável pelo acompanhamento e avaliação de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* no país. Dessa maneira, a CAPES organiza a Pós-graduação brasileira em áreas de avaliação que utilizamos como referência na definição dos cursos pertencentes ao campo científico do Desenvolvimento Regional. Isto é, dentro do nível 1 do “Colégio das Humanidades”, o nível 2 das “Ciências Sociais Aplicadas”, na área do “Planejamento Urbano e Regional/Demografia”, pinçamos o campo do Desenvolvimento Regional.

A área PURD corresponde a três campos principais: o Planejamento Urbano, o Desenvolvimento Regional e a Demografia. À primeira vista, pode parecer uma área com campos bastante diversos, porém, a interdisciplinaridade, principal elemento condutor, é colocada como responsável pela unidade e interação. A interdisciplinaridade enquanto abordagem nas atividades de ensino, pesquisa e extensão pode ser compreendida como própria, da área. Por um lado, fundamentada na aceitação de uma variedade de abordagens metodológicas resultantes das diferentes temáticas trabalhadas nos programas. E, por outro lado, uma interdisciplinaridade que procura não ultrapassar nem superar métodos disciplinares. Na prática e na apropriação do ensino e da pesquisa, busca dar conta da construção e produção de conhecimento a respeito das questões que movimentam os cursos. Por isso, uma interdisciplinaridade decorrente e adequada às condições sociais e materiais do fazer científico dentro dos programas e cursos.

Essas condições sociais e materiais são diferentes dentro da área e do campo. Um recorte temporal mostra que os cursos mais antigos da área representam os campos do planejamento urbano e da demografia. O primeiro programa do campo de Desenvolvimento Regional foi criado somente em 1994. E especialmente, a localização dos programas deste campo do Desenvolvimento Regional está na periferia, predominando fora das centralidades, capitais de unidades federativas onde estão as sedes dos outros dois campos da área. Mesmo quando presente em uma capital metropolitana, o Programa assume uma posição periférica em uma instituição de ensino superior também periférica, não central, mas com relativa importância e representatividade para a periferia onde está inserida. Como foi verificado, esta periferia pode também ser identificada como “interiorização”. Logo, o aumento relevante na quantidade de programas e cursos da área, nos últimos anos, ocorreu no campo do Desenvolvimento Regional e em direção ao interior do território.

Como os programas do campo do Desenvolvimento Regional são relativamente recentes, os cursos de doutorado neste campo também são. Dessa maneira, para investigarmos as teses deste campo, é necessário recorrer aos programas com os cursos de doutorado precursores. Esses programas incluem o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, UNIFACS; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, UNIOESTE; e Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, FURB. Os cursos de doutorado tiveram início, respectivamente, em 2005, 2006, 2010 e 2012.

Os programas localizados na região Sul incluem a UNISC, em Santa Cruz do Sul-RS, a FURB, em Blumenau-SC, e a UNIOESTE, em Toledo-PR, com início em 1994, 2000 e 2003, respectivamente. O Programa da UNIFACS foi fundado em 1999. Entendemos os programas situados na região Sul como universidades regionais, pertencentes às suas respectivas regiões, respondendo a uma demanda baseada no interesse e esforço das comunidades regionais. O Programa da UNIFACS é resultado de uma universidade que está na região, respondendo muito a outras preocupações, mas com um olhar voltado ao regional. Porém, mesmo localizada em um grande centro, pode ser considerada periférica por não assumir o mesmo papel de protagonismo em escala nacional das universidades federais.

Cabe lembrar que a UNISC teve origem em 1962, na região do Vale do Rio Pardo-RS, integrada por entidades representativas da comunidade regional e atualmente é uma situação administrativa de universidade comunitária. A UNIFACS foi fundada em 1972 na região metropolitana de Salvador-BA, e foi credenciada como universidade em 1997. Desde 2010, faz parte da Rede Laureate, por isso, é uma instituição privada particular. Já a UNIOESTE é uma universidade estadual, localizada no oeste paranaense, com início em 1979. O esforço local para a configuração da universidade tem como principal justificativa a dificuldade de acesso à formação superior dos municípios, devido à distância dos grandes centros. A FURB foi fundada em 1964, como resultado de um movimento comunitário para tornar mais abrangente o acesso ao ensino superior na região de Blumenau-SC, no Vale do Itajaí-SC. Apresenta uma categoria administrativa especial, de universidade municipal pública e privada.

Os programas tiveram início em um intervalo de aproximadamente 10 anos, entre 1994 e 2003. Nesse período, a globalização neoliberal avançava sobre países

periféricos como o Brasil. E os programas podem ser compreendidos como uma resposta ao neoliberalismo que já produzia graves efeitos econômicos e sociais no país. Mesmo com algumas mudanças de objetivos e proposições, ao longo dos anos, podemos verificar que, em comum, aparece nas Linhas de Pesquisa a preocupação com as atividades produtivas, com um caráter bastante econômico. Porém, UNISC e FURB colocam em evidência o debate acerca do território. A UNIOESTE e UNIFACS apresentam uma linha mais específica e outra abrangente. Uma linha específica, direcionada ao agronegócio (UNIOESTE) e voltada ao urbano e às cidades (UNIFACS), e uma linha abrangente que parece corresponder a todos os outros temas que podem ser considerados regionais.

No que diz respeito às revistas especializadas editadas por estes quatro programas, apresentam um reconhecimento mediano. Ou seja, possuem uma classificação intermediária, conforme a CAPES. As revistas com melhor classificação para o Desenvolvimento Regional, não correspondem aos programas, em geral, nem ao campo do Desenvolvimento Regional. O campo também não conta com uma entidade representativa específica. No entanto, a ANPUR, que reúne membros de diversas áreas e campos, ocupa a função de principal representante. Essas características, em certa medida, enfraquecem a condição de campo científico. Dessa maneira, a produção científica é direcionada a outros campos ou áreas e às pessoas de outras entidades representativas. Isso, paradoxalmente, fortalece e enfraquece o campo. Por um lado, possibilita uma maior circulação e intercâmbios de ideias e pessoas, e por outro, é responsável por uma grande evasão das ideias e pessoas.

As características dos docentes mostram que, em 2020, a maioria (47 do total de 57) apresentava um vínculo permanente com os programas. Eram mais homens (38), e somente no PPGDR-UNISC o número de docentes mulheres era maior. O maior número de docentes homens reproduz a história das mulheres invisibilizadas e homogeneizadas nas narrativas existentes. No tempo de vínculo, verificamos que pouco menos da metade dos docentes (25) apresentavam entre 5 e 15 anos de vínculo, e o PPGDR-FURB com maior número de docentes (8) há mais de 15 anos vinculados. Na formação em cursos de doutorado, o destaque maior ficou para o Colégio das Humanidades (46 doutoramentos), primeiro nas Ciências Humanas (25), e, em seguida nas Ciências Sociais Aplicadas (21). Destaque para Sociologia (9), Geografia (7) e Economia (7).

Quando consideramos os discentes, o número de egressos no mestrado (cursos mais antigos) é maior em relação ao doutorado. Entretanto, existe uma maior procura e número de discentes cursando o doutorado nos programas investigados. A partir de estudos realizados pelos programas sobre o perfil dos discentes, podemos observar uma multiplicidade de lugares e regiões de vivência familiar, acadêmica e profissional, bem como uma grande diversidade de formação em diferentes áreas. Na primeira formação, predominantemente, as áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas são as mais presentes. A respeito das ocupações, em maior quantidade, atuam com docência e pesquisa no ensino superior em instituições públicas e privadas. Os números que coletamos não mostram uma desigualdade substancial e revelam um relativo equilíbrio entre discentes do gênero feminino e do gênero masculino. Mas é importante considerar este debate incipiente.

Quanto ao capítulo terceiro, no desenho do caminho metodológico, ressaltamos nossa intenção de investigar a abordagem regional do desenvolvimento em teses de Desenvolvimento Regional a partir dos pressupostos de Pierre Bourdieu. Assim, procuramos operacionalizar a discussão sobre a praxiologia, o *habitus* e o campo científico. Nossa opção por examinar as teses construídas pesou pela maior complexidade, profundidade e tempo hábil para a conclusão. E o universo da pesquisa compreendeu 246 teses em Desenvolvimento Regional dos quatro primeiros programas de doutorado do campo.

Para o exame das teses, construímos um banco de dados com informações que denominamos de variáveis objetivas (aquelas presentes no texto) e variáveis interpretativas (outras variáveis interpretadas). Apoiados nas variáveis objetivas, verificamos a frequência de palavras no título das teses e a frequência de palavras-chave. Como contribuição interpretativa no recorte das variáveis, identificamos os temas e os autores mais citados nas referências.

Para a frequência de palavras no título das teses, foram consideradas as 246 teses defendidas até o fim do ano de 2019. O título das teses foi extraído do “Catálogo de Teses e Dissertações” da CAPES. Construímos um ranking e selecionamos as 22 palavras com uma contagem maior que 10. No topo do ranking, a palavra com maior frequência foi “Desenvolvimento”, que apareceu 86 vezes, seguida por “Regional” e “Região”, que somadas contam 75 ocorrências. É compreensível que estas duas palavras ganhem maior destaque nos títulos das teses por nominarem o campo científico.

As palavras “Análise”, “Estudo”, “Território” (somado a “Territorial” e “Territórios”) e “Caso”, aparecem na terceira, quarta, sexta e décima terceira posições, com contagem de 49, 37, 34 e 18, respectivamente. Essas palavras revelam um considerável número de análises e estudos de caso sobre territórios. O ranking também mostra as palavras “Brasil” e “Sul” na sexta posição, com 37 ocorrências. De modo mais generalista, onde predomina a localização das áreas de estudo.

Em frequência das palavras-chave, verificamos que muitas delas eram palavras compostas. O número de teses considerado para este levantamento foi de 240, uma vez que 6 pesquisas, tanto na disposição on-line quanto no arquivo, acessado por download, não apresentaram palavras-chave. Para a busca das palavras-chave também foi utilizado o “Catálogo de Teses e Dissertações” da CAPES, somado aos bancos de teses e dissertações dos Programas e a Plataforma Sucupira.

Os procedimentos foram semelhantes aos anteriores e organizamos os resultados em ranking. Destacamos 27 palavras-chave com até 4 ocorrências. Como diferencial da frequência anterior temos que as palavras-chave, em muitos casos, são compostas e não são repetidas em uma tese, representando o número de teses. A palavra-chave com maior destaque é aquela que nomeia o campo científico “Desenvolvimento Regional”, que aparece 46 vezes. As palavras “Políticas Públicas” e “Território” aparecem em segundo e quarto lugares, seguidas por “Agricultura Familiar” em quinto lugar. Podemos inferir que estas primeiras palavras-chave guardam relação direta com palavras com maior frequência nos títulos e sinalizam para os temas mais presentes discutidos nas teses. E que as relações de poder no espaço ganham maior destaque nas palavras-chave, dada a relevante ocorrência do termo “Território”. Outro elemento importante quanto às palavras-chave é que representam um grande grupo relacionado ao “desenvolvimento”, em terceiro no ranking quando isolado. Esse grupo está relacionado aos termos econômico, local, rural, socioeconômico, sustentável e territorial.

Tendo como base a frequência de palavras no título e das palavras-chave, no conjunto das variáveis interpretativas analisamos os temas determinados e as referências. Realizamos uma classificação conforme temas determinados a partir da disponibilidade de acesso aos títulos nas 246 teses, nas palavras-chave em 240 teses e nos resumos e trechos da redação das teses, em 233 estudos.

Em continuidade ao que foi construído, elaboramos outro ranking, agora dos temas, que mostra como o mais habitual e comum a “Economia”. Muitas teses se

voltam diretamente ou tem como fator essencial das análises o componente econômico. Outro tema recorrente e vinculado à economia, trata-se do meio rural, visto nos termos “Agricultura” e “Rural”. Muitas teses apresentam preocupação com questões relativas, desde à agricultura familiar até o agronegócio. As “Políticas públicas” de Estado e/ou de governo também recebem bastante destaque, mesmo tratando de assuntos diversos, sempre com uma preocupação de situar espacialmente os estudos. As palavras “Gestão” e “Governança”, enquanto caráter público, fazem referência direta ao tema anterior por tratar do exercício administrativo das esferas federal, estadual e municipal. Logo, o meio urbano ou os termos “Urbano” e “Cidade”, principalmente devido às cidades médias, pesam como tema relevante em muitas teses. “Educação” e “Ensino”, “Trabalho”, “Saúde” e “Cultura” são temas que permitem uma grande diversidade de abordagens e apresentam bastante aderência nas pesquisas. Percebemos que temas como “Gênero”, questões “Indígenas”, “Violência” e “Criminalidade” ainda são pouco explorados, até mesmo a “Agroecologia”. E algumas lacunas, quanto a temas emergentes, urgentes e necessários como “Encarceramento”, “Quilombolas”, “Racismo” e “Religião”.

Nas referências, construímos uma listagem com os autores mais citados nas referências das teses. Foram consideradas 233 teses devido à impossibilidade de acesso e realização de buscas automatizadas por palavras em 13 delas. Os resultados desta busca são limitados, uma vez que consideramos somente palavras com letras maiúsculas. Há uma heterogeneidade muito grande de autores nas Referências das teses.

Todavia, elaboramos um ranking dos sobrenomes, ou dos nomes com letras maiúsculas e tomamos conhecimento da necessidade de serem realizadas novas buscas, contagem e verificação. A partir desta primeira listagem, construímos outro quadro com os nomes que conseguimos identificar e que apresentaram mais de 80 ocorrências nas citações. Com esta listagem construímos um novo ranking de 20 autores organizados em 15 posições. Agrupamos os autores por campos de atuação e interesses de pesquisa. Com isso, definimos 4 grandes grupos que chamamos de: grupo dos geógrafos; grupo dos economistas; grupo dos sociólogos; e grupo da metodologia científica. Utilizamos a função de busca pelos currículos destes autores na Plataforma *Lattes* e a biografia de outros em seus livros publicados. Desse modo, realizamos uma apresentação breve de cada um destes autores.

O grupo dos geógrafos reuniu Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Rogério Haesbaert e David Harvey. Ainda neste grupo, vinculados como docentes permanentes do PPGDR-UNISC estão: Rogério Leandro Lima da Silveira e Virginia Elisabeta Etges. No grupo dos economistas, o nome mais lembrado foi o de Celso Furtado, seguido por José Eli da Veiga, Dinizar Becker, Amartya Sen e Sergio Boisier. Vinculados como docentes no PPGDRA-UNIOESTE, aparecem Jandir Ferrera de Lima e Pery Francisco Assis Shikida. Também podemos considerar entre este grupo e o próximo, Karl Marx. Quanto ao grupo dos sociólogos, temos Sergio Schneider, Ricardo Abramovay e Boaventura de Sousa Santos. E no grupo das metodologias científicas, Maria Cecília de Souza Minayo, Antonio Carlos Gil e Eva Maria Lakatos. Em 20 autores, somente 3 são mulheres, e duas estão relacionadas ao grupo das metodologias científicas. Quanto à nacionalidade, 4 autores são estrangeiros e 16 brasileiros. E identificamos um autor clássico que transcende os campos disciplinares, Karl Marx.

O capítulo quarto, “A análise das teses em Desenvolvimento Regional”, apresenta uma análise sobre as teses, trazendo constatações relevantes sobre a abordagem regional do desenvolvimento. Em condição semelhante aos outros capítulos, também temos dois recortes. Princípios com nosso entendimento em relação à análise de conteúdo conforme orientações de Bardin (1977) e as contribuições de Triviños (1987), para, dessa maneira, descrever as três etapas que empregamos na realização da análise de conteúdo, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Assim, na primeira fase, foi realizada a organização do material para condução de operações sucessivas da análise, identificando possíveis componentes conceituais, teóricos e metodológicos presentes em nossos objetivos. Identificamos, contamos e localizamos termos dentro do corpo do texto das teses. Na segunda fase, de exploração do material, buscamos a compreensão dos conceitos e o estabelecimento de tipologias fundamentadas nas discussões apresentadas dos conceitos. As teses foram quantificadas e categorizadas dentro de tipos propostos. E, na terceira fase, de tratamento dos resultados, analisamos, construímos explicações e indicamos as relações com a origem dos programas, as proposições das Linhas de Pesquisa, os métodos quantitativos e qualitativos e de estudo de caso, bem como os problemas e os objetivos de pesquisas. Temos como referência nesta análise 202

teses que classificamos conforme a descrição das Linhas de Pesquisa nos PPGs. Não foi possível identificar a Linha de Pesquisa em 38 teses, e não foi possível acessar de maneira integral o texto de 13 teses.

Para a análise de conteúdo das teses, com base em Bardin (1977), os conceitos entendidos como fundamentais para a construção do conhecimento de acordo com nosso plano de pesquisa foram: Desenvolvimento; Território; Região; e Desenvolvimento Regional. Com isso, no recorte seguinte do quarto capítulo, mostramos as construções de tipos dos conceitos e como eles estão presentes nas teses. Buscamos partir, em cada conceito, de uma discussão sobre as principais ideias que influenciaram os tipos propostos.

À vista disso, discutimos o conceito de Desenvolvimento com base em Gustavo Esteva (2000), Kate D. Willis (2009), Ivo M. Theis (2008), Ignacy Sachs (1993), Amartya K. Sen (2000), Alberto Acosta (2012), David Lewis (2019), Michael Cowen e Robert W. Shenton (1996) e Gilian Hart (2001). Estabelecemos como tipos para classificação das teses, três concepções de Desenvolvimento: “Desenvolvimento como uma prática intencional de crescimento econômico”, “Desenvolvimento como uma prática intencional de equidade social” e “Desenvolvimento como processo imanente”.

Verificamos o predomínio das teses classificadas como práticas intencionais e que, na primeira concepção, correspondem a um grupo formado por PPGDRA/UNIOESTE e PPGDRU/UNIFACS. E outro grupo formado por PPGDR/FURB e PPGDR/UNISC, com a maioria das teses na segunda concepção. Os dois programas do primeiro grupo têm suas origens junto aos cursos e departamento de Ciências Econômicas, bem como diretrizes relacionadas à propostas de viabilizar o desenvolvimento e crescimento socioeconômico nas regiões. Os programas do segundo grupo apresentam uma gênese relacionada às preocupações interdisciplinares não somente no corpo docente e discente, mas como uma resposta às necessidades de uma demanda com grande diversidade temática, teórica e metodológica.

Outro elemento perceptível nas teses, associada aos dois grupos, não como regra, mas sim como característica, diz respeito à metodologia empregada. As teses relacionadas ao primeiro grupo apresentaram uma metodologia mais quantitativa, enquanto as teses relacionadas ao segundo grupo, correspondem a uma metodologia

que privilegia a construção qualitativa, muito mais subjetiva. Quanto às Linhas de Pesquisa, encontramos uma maior homogeneidade, exceto por algumas situações. O conceito de Desenvolvimento não é diferenciado conforme as Linhas de Pesquisa de um mesmo programa.

Na sequência, para o conceito de Território, as referências foram Marcelo L. de Souza (2015 e 1995), Claude Raffestin (1993), Jean Gotmann (2012), Paul Claval (1999), José Reis (2015), Rogério Haesbaert da C. e Ester Limonad (1999), Rogério Haesbaert da C. (2003 e 2004), Rogério L. L. da Silveira (2017), Milton Santos (1997) e Milton Santos e Maria L. Silveira (2001). Também definimos três tipos para classificação das teses: “Território como conteúdo político e jurídico, tradicional”, “Território como conjunto de múltiplas relações de poder” e “Território como perspectiva técnica/tecnológica”.

Segundo a classificação realizada, aproximadamente 60% das teses está no primeiro tipo e corresponde a todos os programas e Linhas de Pesquisa. Entretanto, os PPGDR/FURB e o PPGDR/UNISC mais contribuem na discussão de território conforme o segundo tipo, que concentrou cerca de 30% das teses. No que diz respeito aos territórios pesquisados nas teses, mais de 70% apresentam uma posição periférica. Em muitas situações, territórios que correspondem à localização ou proximidades da sede do programa, lugar de vivência de muitos dos pesquisadores.

Para o conceito de região, outros três tipos foram especificados: “Região como processo histórico de múltiplas relações”, “Região articulada ao conceito de território” e “Região como sinônimo de território”. Isso a partir da sistematização das contribuições de Rogério Haesbaert da C. (2010), Paulo R. R. Alentejano (2001 e 1998), Pierre Bourdieu (2005), Roberto L. Corrêa (1997) e Sandra Lencione (1999).

Podemos conferir que, independentemente do PPG e Linha de Pesquisa, a classificação das teses no terceiro tipo (“Região como sinônimo de território”) foi o mais destacado com cerca de 70,3%. Assim como os recortes regionais, que independentemente da interpretação, irão aproximar o processo de regionalização aos estudos de caso, onde identificamos 124 em 202 teses. Isto é, ocorre uma relação direta entre pensar as regiões e a construção metodológica de estudos de caso.

E por fim, o conceito de Desenvolvimento Regional, este, disposto em dois tipos: “Desenvolvimento Regional como ponto de partida”, com uma perspectiva investigativa no sentido de resgate e reconstrução do cotidiano, com a realização de

uma crítica da realidade social; e “Desenvolvimento Regional como ponto de chegada”, com uma perspectiva propositiva, cuja análise da realidade ocorre a partir de diagnóstico e avaliação que possibilitam uma série de inferências e intervenções a partir dos interesses e percepções do pesquisador. O capítulo 1, item “2.3 Acepções do Desenvolvimento Regional” traz indicativos importantes na compreensão da complexidade deste conceito para o campo científico. Não obstante, acrescentamos outras contribuições de Mário Riedl (2017), Nilton M. de Oliveira (2021) e Ivo M. Theis (2019).

Utilizamos como elementos para classificar as teses neste item o problema de pesquisa, o objetivo geral e o método adotado. Pensando o “Desenvolvimento Regional como ponto de partida”, o problema é construído a partir de um conceito amplamente discutido em outras áreas (campos) do conhecimento. E o desenrolar do estudo ocorre por meio da relação do território e/ou região com o conceito problematizador. No “Desenvolvimento Regional como ponto de chegada”, o problema é construído com vistas ao método que será empregado, justificando e legitimando a necessidade de intervenções em uma realidade preconcebida com carências patentes ou latentes.

O objetivo geral, nas teses, mostra-se bastante alinhado com o problema no desenho da pesquisa, respondendo por análises classificadas dentro dos dois grandes grupos conceituais que apresentamos. Identificamos 107 teses em que as análises representam uma ou mais características das contradições e desigualdades sociais em determinado território regional. Em relação ao método, ressaltamos que 124 teses correspondem a estudos de caso, o que, em certa medida, ilustra um conhecimento construído a partir de um recorte regional, com uma grande diversidade de especificidades e particularidades.

Examinamos, apoiados nas Linhas de Pesquisa e PPGs, onde predominam de forma bastante distinta, as classificações das teses nos dois grupos: um formado pelos PPGDR/FURB e PPGDR/UNISC, com a maioria das teses no grupo “Desenvolvimento Regional como ponto de partida”; e o outro formado por PPGDRA/UNIOESTE e PPGDRU/UNIFACS, que em suas Linhas de Pesquisa totalizam a maioria das teses em “Desenvolvimento Regional como ponto de chegada”. Temos uma proporção semelhante com 61,16% e 66,6% para o primeiro e o segundo grupo, respectivamente. Essa classificação mostra uma relação bastante

próxima da tipologia pensada para a classificação das teses em relação ao conceito de Desenvolvimento.

Em síntese, examinamos o *habitus* presente em teses no campo científico do Desenvolvimento Regional em uma investigação sobre a abordagem regional do desenvolvimento, e concluímos que:

- Em relação à estrutura, o recorte institucional da CAPES, que utilizamos como referência para definição do campo científico, não reconhece todas as potencialidades do Desenvolvimento Regional. Os campos da Demografia e Planejamento Urbano são considerados mais consolidados e seus agentes gozam de maior crédito científico, assim como as revistas e os eventos. Os PPGs, bem como as Universidades, apresentam uma alcunha regional, situadas em territórios periféricos e uma data de início dos cursos relativamente recentes, com um grande crescimento nos últimos anos (de PPGs e cursos). Os cursos de doutorado da região Sul, fazem parte de suas respectivas regiões, uma vez que respondem a uma demanda a partir do interesse e esforço das comunidades regionais.
- Quanto aos agentes, tendo como balizador o ano de 2020, a maioria dos docentes apresentava um vínculo permanente entre 5 e 15 anos e eram homens, com formação em doutorado no Colégio das Humanidades (Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas). Destaque para os campos da Sociologia, Geografia e Economia. Em relação aos discentes, existia uma maior procura e número cursando doutorado em relação ao mestrado nos programas investigados. Apresentaram como perfil uma multiplicidade de lugares e regiões de vivência familiar, acadêmica e profissional, assim como a grande diversidade de formação em diferentes áreas. Na primeira formação, predominavam as áreas de Ciências Sociais Aplicadas, seguidas das Ciências Humanas. Em maior quantidade, com ocupação na docência e pesquisa no ensino superior em instituições públicas e privadas. Não identificamos uma desigualdade substancial entre discentes do gênero feminino e do gênero masculino.
- As teses revelaram, conforme variáveis objetivas e interpretativas, que na frequência de palavras no título, houve destaque para os termos Desenvolvimento, Regional/Região, Território/Territorial, Brasil, Sul, Análise e Estudo. Na frequência das palavras-chave, muitas palavras eram compostas

e mais apareceram os termos Desenvolvimento Regional, Políticas Públicas, Território, Agricultura Familiar e um grande grupo relacionado ao Desenvolvimento (econômico, local, rural, socioeconômico, sustentável e territorial). Quanto aos temas determinados, os mais recorrentes foram os alusivos à Economia, ao Meio Rural, Políticas Públicas, Gestão/Governança e Urbanidades. E os autores mais citados nas referências das teses foram agrupados por campos de atuação e interesses de pesquisa: Geógrafos, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Rogério Haesbaert e David Harvey; Economistas, Celso Furtado, José Eli da Veiga, Dinizar Becker, Amartya Sen e Sergio Boisier; Sociólogos, Sergio Schneider, Ricardo Abramovay e Boaventura de Sousa Santos; e nas metodologias científicas, Maria Cecília de Souza Minayo, Antonio Carlos Gil e Eva Maria Lakatos. E identificamos um autor clássico que transcende os campos disciplinares, Karl Marx.

- De acordo com a análise de conteúdos das teses, predominaram como tipos de classificação das teses duas concepções de Desenvolvimento como uma prática intencional, uma de crescimento econômico e outra de equidade social. A primeira relacionada aos PPGDRA/UNIOESTE e PPGDRU/UNIFACS com uma metodologia quantitativa e a segunda aos PPGDR/FURB e PPGDR/UNISC com metodologias qualitativas. Para o conceito de Território, houve um entendimento como conteúdo político e jurídico, tradicional, acrescido de uma condição periférica. Um conceito de “Região” foi compreendido notadamente, como sinônimo de território em uma perspectiva analítica que aproxima o processo de regionalização aos estudos de caso. O conceito de Desenvolvimento Regional, por um lado, como ponto de partida, com uma perspectiva investigativa, o maior número de teses dos PPGDR/FURB e PPGDR/UNISC. Por outro, como ponto de chegada, com uma perspectiva propositiva, um maior número de teses dos PPGDRA/UNIOESTE e PPGDRU/UNIFACS.

Longe de pretender alcançar uma análise conclusiva, esta tese foi construída com o intuito de contribuir com o debate acerca do campo científico do Desenvolvimento Regional. Também possibilitar uma reflexão sobre o *habitus*, ou seja, o que está sendo pesquisado, onde e como. Em razão do volume de informações ainda passível de ser explorado, atentamos para a emergência de uma agenda e pesquisa neste campo científico. Mesmo que de maneira preliminar, a partir de

elementos que apareceram durante o constructo deste estudo, apontamos para a necessidade de um debate mais aprofundado na perspectiva do Desenvolvimento Regional sobre gênero, racismo, discriminação e religião, também um exame acerca da construção científica de dissertações e a produção científica em eventos e periódicos especializados. Do mesmo modo, também parecem essenciais a distribuição dos capitais e acumulação, as desigualdades, as disputas e os conflitos em diferentes instâncias no campo científico.

REFERÊNCIAS

ABNT. **Norma Brasileira 14724**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Ago. 2002. Disponível em: https://www2.ufjf.br/ppgsaude/files/2008/10/nbr_14724_apresentacao_de_trabalhos.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **Um campeão visto de perto**: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Série Democracia. Heinrich-Böll-Stiftung, Rio de Janeiro, 2012. p. 198-216.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Espaço, território e região: uma tentativa de conceituação. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 23. AGB Presidente Prudente, São Paulo, dezembro 2001. p. 7-37. Disponível em: <http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/alentejanon23.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. O Conceito de região: e a problemática dos assentamentos rurais. **NERA**, Serie Estudos. Ano 1, n. 2. UNESP Presidente Prudente, 1998. p. 74-93. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/02/paulo_alentejano_02.pdf. Acesso em: 05 abr. 2018.

ANPUR. **Institucional**. 2020. Disponível em: <http://anpur.org.br/sobre-a-anpur>. Acesso em: 8 jan. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.

BAUER, M. W.; ARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Coord.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 39-63.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. Glossário. In: _____. (Coord.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 491-516.

BECKER, Dinizar Fermiano. A economia política do (des) envolvimento regional contemporâneo. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento Regional**: abordagens interdisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008. p. 37-66.

BENKO, Georges. **A ciência regional**. 1. ed. Oeiras (Portugal): Celta, 1999. 160 p.

BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): ¿de qué estamos hablando?. In: MADOERY, O. e VÁZQUEZ BARQUERO, A. (eds.). **Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local**. Rosario, Argentina: Homo Sapiens, 2001. p. 1-22. Disponível em: http://www.flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/1245948918.Desarrollo_Local_De_que_estamos_hablando__2_.pdf. Acesso em: 05 abr. 2018.

BOMENY, Helena. Um personagem e suas histórias. **Ciência & Cultura**, v. 66, n. 4, São Paulo, 2014. p. 38-43. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400013. Acesso em: 30 jun. 2020.

BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Em Busca do Conceito de Linha de Pesquisa. **RAC**, v. 7, n. 2, Curitiba, 2003. p. 157-170. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rac/v7n2/v7n2a09.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a região: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 107-132.

_____. Esboço de uma teoria da prática. Tradução de Paula Montero. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Atica, 1983a. p. 46-81.

_____. O campo científico. Tradução de Paula Montero. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Atica, 1983b. p. 122-155.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004. 86 p.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. 238 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus/Brasil**. COVID-19: Painel Coronavírus. Atualizado em 20 de março de 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 17 mai. 2022.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Parecer nº 977/65**, Conselho de Educação Superior. Publicado em 03/12/1965. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BROSE, Markus Erwin. Do Tenesse ao Velho Chico: viagens de uma ideia. In: _____. (Org.). **TVA e instituições de Desenvolvimento Regional: contribuições para a história das ideias**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015. p. 7-39. Disponível em: http://unisc.br/editora/ebook_06015.pdf. Acesso em: 29 jan. 2020.

BUTZKE, L.; THEIS, I. M.; NEGHERBON, C. L.; BRITO, V. Quem são as mulheres que pensam o desenvolvimento regional no Brasil? Elementos para a formulação de uma agenda de pesquisa. **COLÓQUIO**, v. 17, n. 2, Taquara, 2020. p. 113-125. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1665/1086>. Acesso em: 28 jan. 2021.

CAPES. **CAPES 60 anos: seis décadas de evolução da pós-graduação**. *RBPG*. Revista comemorativa, julho, 2011. 56 p. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/revista-capes-60-anos-pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. 2020a. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CAPES. **Documento de Área 2016**: Planejamento Urbano e Regional e Demografia. Ministério da Educação, CAPES, 2017. 36 p. Disponível em: https://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/30_PLURD_docarea_2016.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

CAPES. **História e missão**. (Publicado: Terça, 17 Junho 2008 10:28, Última Atualização: Quarta, 12 Fevereiro 2020 10:53). 2020b. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em: 10 mai. 2020.

CARMO, Roberto Luiz do. **Relatório de avaliação Quadrienal 2013-2016**, quadrienal 2017. 2018. 83 p. Disponível em: http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/RELATORIO_AVALIA CAO_QUADRIENAL_2017_FINAL_reunido.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação & Sociedade**, v. 114, 2011. p. 189-202. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000100012. Acesso em: 25 jan. 2020.

CLAVAL, Paul. Marxismo e geografia econômica na obra de David Harvey. **Espaço e Economia**. Revista brasileira de geografia econômica. vol. 2, n. 3. 2013. p. 1-16. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/570>. Acesso em: 25 ago. 2021.

_____. O território na transição da Pós-modernidade. **GEOgraphia**. vol. 1, n. 2. 1999. p. 7-26. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13349/8549>. Acessado em: 23 jan. 2022.

CNPQ. **RN-028/2015**, Bolsas individuais no País. 2015. Disponível em: http://memoria2.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2958271. Acesso em: 10 jan. 2022.

CORRÊA, Maria Amelia Ayd. Notas sobre Bourdieu e a Produção do Conhecimento. **Revista Vértices**, v. 5, n. 1, 2010. p. 33-42. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20030003>. Acesso em: 7 set. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: a tradição geográfica. In: _____ (Org). **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 183-196.

COWEN, M. P.; SHENTON, R. W. **Doctrines of development**. London: Routledge, 1996. 554 p.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos de periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. Dossiê Subjetividades Periféricas, Novos estudos – **CEBRAP 39** (1). Jan-Apr, 2020. p 19-36. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 8 mar. 2022.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, v. 19, n. 2, Belo Horizonte, 2009. p. 227-249. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n2/a01v19n2.pdf> Acesso em: 20 maio 2018.

DOU. **Portaria nº 81**, de 3 de junho de 2016: define as categorias de docentes que compõem os Programas de Pós-Graduação (PPG's) *stricto sensu*. 2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-81-de-3-de-junho-de-2016-21639834>. Acesso em: 6 nov. 2020.

ELIAS, Denise. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, p. 59-83, 2000.

ETGES, V. E.; BRANDT, G. B.; KIST, R. B. B.; DORNELLES, M. A interiorização da pesquisa e da pós-graduação em Desenvolvimento Regional. **RBGDR**, v. 15, n. 7, Taubaté, 2019. p. 16-34. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5256/871>. Acesso em: 4 out. 2020.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **RBDR**, v. 1, n. 1, Blumenau, 2013. p. 85-94. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3649>. Acesso em: 29 jul. 2018.

ETGES, Virgínia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P.; SILVEIRA, R.L. L. (Org.). **Vale do Rio Pardo**: (re) conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 351-365

FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. Conclusiones. In: _____ (Org.). **Repensando el desarrollo regional**. Contribuciones globales para una estrategia latino-americana. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008a. p. 535-556.

_____. Discutiendo el desarrollo regional: desde la emergencia y la institucionalización de la nueva ortodoxia hacia su reconsideración. In: _____ (Org.). **Repensando el desarrollo regional**. Contribuciones globales para una estrategia latino-americana. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008b. p. 19-62.

FERREIRA DE LIMA, Jandir. Integração e desenvolvimento regional: elementos teóricos. **Ideação**. v. 12 - nº 1, 2010. p. 9-20. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/5018>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FURTADO, Celso Monteiro. **Formação econômica do Brasil**. 19. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984. 248 p.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território [1975]. **Boletim Campineiro de Geografia**, vol. 2, nº 3, 2012. p. 523-545.

HAESBAERT da C., R.; LIMONAD, E.. O território em tempos de globalização. **Revista do Departamento de Geografia**, UERJ. Rio de Janeiro, n. 5. 1º semestre de 1999. p. 7-19. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49049/32762>. Acessado em: 18 jan. 2022.

HAESBAERT da Costa, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim gaúcho de geografia**. Porto Alegre. vol. 29, n. 1, jan-jun. 2003. p. 11-24. Disponível em; <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38739/26249>. Acessado em: 02 dez. 2021.

_____. **Dos múltiplos territórios à múltipla territorialidade**. Porto Alegre. Setembro de 2004. p. 1-20. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acessado em: 20 nov. 2021.

_____. Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208 p.

HART, Gillian. Development critiques in the 1990s: culs de sac and promising paths. **Progress in Human Geography**. v. 25, n.4, 2001. p. 649-658. Disponível em: https://www.academia.edu/7866685/Development_Critiques_in_the_1990s. Acesso em: 20 ago. 2018.

HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera (Org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. p. 199-231.

INEP. **Censo da Educação Superior 2018**: sinopse estatística. 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em ago. 2020.

INEP. **Censo Escolar 2018**: sinopse e estatísticas da Educação Básica 2018. 2019b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em ago. 2020.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, 2002. p. 37-55. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a04v2378.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

LASTA, Tatiane Thais. **A contribuição do pensamento social brasileiro para a questão regional neste início de século XXI**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – FURB. Blumenau, 2016. 199 p. Disponível em: http://www.bc.furb.br/docs/DS/2016/361551_1_1.pdf. Acesso em: 5 fev. 2020.

LENCIONE, Sandra. Região e geografia. A noção e região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, p. 187-204, 1999.

LEWIS, David. 'Big D' and 'little d': two types of twenty-first century development? **Third World Quarterly**, vol. 40, ed. 11. 2019. p. 1957-1975. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2019.1630270>. Acesso em: 16 jul. 2021.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética Marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 298 p.

MARTINS, José Ricardo. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? **Iberoamérica Social**, Diciembre 2015. p. 95-108. Disponível em: <https://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual>. Acesso em: mar. 2022.

MATTAR, J.; PÉREZ, L. R. Notas sobre o Desenvolvimento Regional na América Latina e no Caribe e os desafios para a mudança estrutural com igualdade. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, nº 11, janeiro/junho, 2015. p. 11-16. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/150814_bru_11_cap3.pdf. Acesso em: 24 out. 2019.

MATTEDI, M. A.; THEIS, I. M. Cruzando fronteiras: conhecimento e interdisciplinaridade na pesquisa em desenvolvimento regional. **Redes**, vol. 7, n. 2, 2002. p. 77-94. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10887>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MATTEDI, Marcos Antônio. Pensando com o desenvolvimento regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v.2 n. 2, 2014. p. 59-105. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4807/2968>. Acesso em: 20 dez. 2019.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. **Informe GEPEC**, Toledo, vol. 25, n. 1, janeiro-junho, 2021. p. 203-219. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561>. Acesso em: 25 abr. 2022.

ORTIZ, Renato. Introdução: A Procura de Uma Sociologia da Prática. In: _____ (Org). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-36.

PERRIN, Jean-Claude. **Le Developpement Regional**. Paris: PUF, 1974. 209 p.

PORTO, J. L. R.; THEIS, I. M. A pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional no Brasil: quatro décadas de reflexões territoriais. **PRACS** – Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 9, n. 3, dez. 2016. p. 33-46. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewFile/2453/jadsonv9n3.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

REIS, José. Território e políticas do território. A interpretação e a ação. **Finisterra**, L, 100. 2015. p. 107-122. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/7868>. Acesso em: 22 dez. 2021.

RIBEIRO, Wagner Costa. Globalização e Geografia em Milton Santos. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, n. 124, 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124h.htm>. Acesso em: 27 dez. 2017.

RIEDL, Mário. Desenvolvimento regional. In: GRIEBELER, M.P.D.; RIEDL, M. **Dicionário do desenvolvimento regional e temas correlatos**. Porto Alegre: Editora Conceito, 2017. p. 228-229.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), Editora UFPR, set./dez. 2009. p. 87-102. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/16710/11109>. Acesso em: 29 jul. 2018.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993. 103 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997. 307 p.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, 2002. p. 60-70. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Uma introdução à Pierre Bourdieu. **Revista CULT**, São Paulo, 01 ago. 2008. p. 46-50. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-introducao-a-pierre-bourdieu> Acesso em: 25 jan. 2020.

SIBI-UFRJ. **Fator de impacto**: Você sabe como descobrir o fator de impacto de uma publicação? Criado e atualizado em 05 ago. 2020. Disponível em: <http://sibi.ufrj.br/index.php/inicio/367-fator-de-impacto-voce-sabe-como-descobrir-o-fator-de-impacto-de-uma-publicacao>. Acesso em 10 jan. 2021.

SILVEIRA, R. L. L.; DORNELLES, M.; VOGT, H. M.; STAVISKI JÚNIOR, C. Os 25 Anos do PPGDR-UNISC e sua contribuição para a pós-graduação e pesquisa em Desenvolvimento Regional no Brasil. **Redes**, v. 25, n. 3, Santa Cruz do Sul, 2020. p. 1257-1279. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15549/pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Território. In: GRIEBELER, M.P.D.; RIEDL, M. **Dicionário do desenvolvimento regional e temas correlatos**. Porto Alegre: Editora Conceito, 2017. p. 408-410.

SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. **Celso Furtado**: a esperança militante (Interpretações): vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, 401 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/s5gx2/pdf/sousa-9786586221695.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SOUZA, Marcelo Lopez de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. *et al.* **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopez de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. 320 p.

SUCUPIRA. **Coleta Capes**: Relatório de dados enviados do Coleta. Coleta de informações 2019. n.p. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>. Acesso em: 18 dez. 2020.

_____. **Coleta Capes**: Relatório de dados enviados do Coleta. Coleta de informações 2020. n.p. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>. Acesso em: 18 dez. 2020.

_____. **Coleta de dados**: Conceitos e orientações - Manual de preenchimento da Plataforma Sucupira. 2016. 163 p. Disponível em: https://saudecoletivaims.ufba.br/sites/saudecoletivaims.ufba.br/files/manual_de_preenchimento_da_plataforma_sucupira.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. **Cursos avaliados e reconhecidos**. 2022. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaAvaliacao.jsf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

_____. **Cursos recomendados e avaliados** – Área de avaliação Planejamento Urbano e Regional/Demografia. 2021. n.p. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=30>. Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. **Dados Abertos**: Dados abertos CAPES. 2018. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset?organization=diretoria-de-avaliacao>. Acesso em: 30 abr. 2020.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L.; COLETTI, L. M. E.; LASTA, T. T.; MOSER, A. C.; VARGAS, D. B.; VARGAS, T. A. V. A CEPAL numa era de indeterminação: a hora da igualdade? In: ETGES, V. E.; CADONÁ, M. A. **Cepal**: leituras sobre o desenvolvimento latino-americano. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012. p. 76-100.

THEIS, Ivo Marcos. O que é Desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes**, v. 24, n. 3, Santa Cruz do Sul, 2019. p. 334-360. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13670>. Acesso em: 30 jan. 2021.

_____. Será possível continuar falando em “desenvolvimento” no século XXI? In: _____ (Org.). **Desenvolvimento e Território**: questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 252-275, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

UFRGS. **Impacto da desigualdade de gênero na pós-graduação durante a pandemia é tema de pesquisa**. Última atualização, 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/impacto-da-desigualdade-de-genero-na-pos-graduacao-durante-a-pandemia-e-tema-de-pesquisa>. Acesso em: 20 jan. 2021.

WACQUANT, Loïc. Lendo o "Capital" de Bourdieu. **Educação & Linguagem**. Ano 10, n. 16, 2007. p. 37-62. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/viewFile/125/135>. Acesso em: 25 jan. 2020.

WACQUANT, Loïc. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, n.19, 2002. p. 95-110. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782002000200007>. Acesso em: 25 jan. 2020.

WATANABE, Graciella. **A divulgação científica produzida por cientistas: contribuições para o capital cultural**. Tese (Doutorado em Ciências – Modalidade Física) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. p. 227. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81131/tde-17122015-110656/publico/Graciella_Watanabe.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.

WILLIS, Kate D. Development: critical approaches in human geography. In: CLIFFORD, N. J. et al. (eds). **Key concepts in Geography**, London: Sage Publications, 2009. p. 365-377.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

ANEXO A – Áreas de Avaliação CAPES, 2020

COLÉGIO DAS CIÊNCIAS DA VIDA		
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS DA SAÚDE
Ciência de Alimentos	Biodiversidade	Educação Física
Ciências Agrárias I	Ciências Biológicas I	Enfermagem
Medicina Veterinária	Ciências Biológicas II	Farmácia
Zootecnia / Recursos Pesqueiros	Ciências Biológicas III	Medicina I
		Medicina II
		Medicina III
		Nutrição
		Odontologia
		Saúde Coletiva
COLÉGIO DAS HUMANIDADES		
CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES
Antropologia / Arqueologia	Administração Pública e de Empre Ciências Contábeis e Turismo	Artes
Ciência Política e Relações Internacionais	Arquitetura, Urbanismo e Design	Linguística e Literatura
Ciências da Religião e Teologia	Comunicação e Informação	
Educação	Direito	
Filosofia	Economia	
Geografia	Planejamento Urbano e Regional / Demografia	
História	Serviço Social	
Psicologia		
Sociologia		
COLÉGIO DE CIÊNCIAS EXATAS, TECNOLÓGICAS E MULTIDISCIPLINAR		
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	ENGENHARIAS	MULTIDISCIPLINAR
Astronomia / Física	Engenharias I	Biotecnologia
Ciência da Computação	Engenharias II	Ciências Ambientais
Geociências	Engenharias III	Ensino
Matemática / Probabilidade e Estatística	Engenharias IV	Interdisciplinar
Química		Materiais

Fonte: SUCUPIRA, 2020. Organizado pelo autor.

ANEXO B – Revistas que publicam artigos científicos relativos à produção intelectual sobre Desenvolvimento Regional no Brasil.

Revista	Responsável pela publicação	Qualis CAPES
EURE Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales	Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales, Pontificia Universidad Católica de Chile	A1
Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais [RBEUR]	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional [ANPUR]	A2
Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional [RBGDR]	Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional / UNITAU	A2
Economía, Sociedad y Territorio	El Colegio Mexiquense A.C. / México	B1
Informe GEPEC	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio / UNIOESTE	B1
REDES (Santa Cruz do Sul. Online)	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional / UNISC	B1
Desenvolvimento em Questão	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento / Unijuí	B2
Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional [RBDR]	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional / FURB	B2
RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano / UNIFACS	B2
RPD-Revista Paranaense de Desenvolvimento	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social [IPARDES]	B2
Desenvolvimento regional em Debate	Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional / Universidade do Contestado	B3
Revista Política e Planejamento Regional [RPPR]	Ministério da Integração Nacional	B4

FONTE: THEIS, 2019, p. 349 e 350. Adaptado pelo autor.

**APÊNDICE A – Lista de Programas de Pós-graduação: Área de Avaliação
CAPES em Planejamento urbano e regional/Demografia, abril de 2021**

IES	UF	Programa	Subárea	Campo
CEFET	RJ	Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos	PUR	Desenvolvimento Regional
FACCAT	RS	Desenvolvimento Regional	PUR	Desenvolvimento Regional
FURB	SC	Desenvolvimento Regional	PUR	Desenvolvimento Regional
PUC	GO	Desenvolvimento e Planejamento Territorial	PUR	Desenvolvimento Regional
UCSAL	BA	Território, Ambiente e Sociedade	PUR	Desenvolvimento Regional
UDESC	SC	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental	PUR	Desenvolvimento Regional
UEMA	MA	Desenvolvimento Socioespacial e Regional	PUR	Desenvolvimento Regional
UEMG	MG	Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	PUR	Desenvolvimento Regional
UEMS	MS	Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos	PUR	Desenvolvimento Regional
UEPB	PB	Desenvolvimento Regional	PUR	Desenvolvimento Regional
UERN	RN	Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido	PUR	Desenvolvimento Regional
UFABC	SP	Planejamento e Gestão do Território	PUR	Desenvolvimento Regional
UFF	RJ	Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas	PUR	Desenvolvimento Regional
UFMG	MG	Sociedade, Ambiente e Território	PUR	Desenvolvimento Regional
UFRGS	RS	Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento	PUR	Desenvolvimento Regional
UFRRJ	RJ	Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas	PUR	Desenvolvimento Regional
UFSJ	MG	Desenvolvimento, Planejamento e Território	PUR	Desenvolvimento Regional
UFT	TO	Demandas Populares e Dinâmicas Regionais	PUR	Desenvolvimento Regional
UFT	TO	Desenvolvimento Regional	PUR	Desenvolvimento Regional
UNC	SC	Desenvolvimento Regional	PUR	Desenvolvimento Regional
UNIALFA	GO	Desenvolvimento Regional	PUR	Desenvolvimento Regional
UNIFACS	BA	Desenvolvimento Regional e Urbano	PUR	Desenvolvimento Regional
UNIFAP	AP	Desenvolvimento Regional	PUR	Desenvolvimento Regional
UNIFESSPA	PA	Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia	PUR	Desenvolvimento Regional
UNIJUÍ	RS	Desenvolvimento Regional	PUR	Desenvolvimento Regional
UNIOESTE	PR	Desenvolvimento Regional e Agronegócio	PUR	Desenvolvimento Regional
UNISC	RS	Desenvolvimento Regional	PUR	Desenvolvimento Regional
UNITAU	SP	Planejamento e Desenvolvimento Regional	PUR	Desenvolvimento Regional
UTFPR	PR	Desenvolvimento Regional	PUR	Desenvolvimento Regional
PUC	PR	Gestão Urbana	PUR	Planejamento urbano
UCAM	RJ	Planejamento e gestão da cidade	PUR	Planejamento urbano
UCAM	RJ	Planejamento e gestão da cidade	PUR	Planejamento urbano
UFPE	PE	Desenvolvimento Urbano	PUR	Planejamento urbano
UFPR	PR	Planejamento Urbano	PUR	Planejamento urbano
UFRGS	RS	Planejamento Urbano e Regional	PUR	Planejamento urbano
UFRJ	RJ	Planejamento Urbano e Regional	PUR	Planejamento urbano
UFRN	RN	Estudos Urbanos e Regionais	PUR	Planejamento urbano
UFT	TO	Gestão de Políticas Públicas	PUR	Planejamento urbano
UNAMA	PA	Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano	PUR	Planejamento urbano
UNILA	PR	Políticas Públicas e Desenvolvimento	PUR	Planejamento urbano
UNINOVE	SP	Cidades Inteligentes e Sustentáveis	PUR	Planejamento urbano
UNIVAP	SP	Planejamento Urbano e Regional	PUR	Planejamento urbano
UTFPR	PR	Planejamento e Governança Pública	PUR	Planejamento urbano
UFMG	MG	Demografia	DEM	Demografia
UFRN	RN	Demografia	DEM	Demografia
UNICAMP	SP	Demografia	DEM	Demografia
ENCE	RJ	População, Território e Estatísticas Públicas	DEM	Demografia

Fonte: SUCUPIRA, 2021. Elaborado pelo autor.

APÊNDICE B – ANPUR: Lista de Programas membros, 2020

Região	IES	Programas	Vínculo
Centro-Oestes	PUC-Goiás	Desenvolvimento e Planejamento Territorial	A
Centro-Oestes	UFG	Projeto e Cidade	F
Centro-Oestes	UnB	Arquitetura e Urbanismo	F
Nordeste	UCSAL	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social	A
Nordeste	UEPB	Desenvolvimento Regional	F
Nordeste	UERN	Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido	F
Nordeste	UFBA	Arquitetura e Urbanismo	F
Nordeste	UFC	Arquitetura e Urbanismo e Design	A
Nordeste	UFPE	Desenvolvimento Urbano	F
Nordeste	UFPE	Geografia	F
Nordeste	UFRN	Arquitetura e Urbanismo	F
Nordeste	UFRN	Estudos Urbanos e Regionais	F
Nordeste	UNIFACS	Desenvolvimento Regional e Urbano	F
Norte	UFPA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos	F
Norte	UFPA	Arquitetura e Urbanismo	F
Norte	UFT	Desenvolvimento Regional	F
Norte	UNAMA	Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano	F
Sudeste	IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal	A
Sudeste	PUC-Minas	Ciências Sociais	F
Sudeste	PUC-Minas	Geografia – Tratamento da Informação Espacial	F
Sudeste	UCAM	Planejamento Regional e Gestão de Cidades	F
Sudeste	UFABC	Planejamento e Gestão do Território	F
Sudeste	UFES	Arquitetura e Urbanismo	F
Sudeste	UFF	Geografia	A
Sudeste	UFF	Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas	A
Sudeste	UFF	Arquitetura e Urbanismo	F
Sudeste	UFF	Geografia	F
Sudeste	UFMG	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional	F
Sudeste	UFMG	Arquitetura e Urbanismo	F
Sudeste	UFMG	Sociedade, Ambiente e Território	F
Sudeste	UFRJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional	F
Sudeste	UFRJ	Geografia	F
Sudeste	UFRJ	Urbanismo	F
Sudeste	UFRRJ	Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas	A
Sudeste	UFSCar	Engenharia Urbana	F
Sudeste	UNESP	Geografia	F
Sudeste	UNICAMP	Demografia	A
Sudeste	UNICAMP	Arquitetura, Tecnologia e Cidade	F
Sudeste	UNICAMP	Desenvolvimento Econômico	F
Sudeste	UNICAMP	Geografia	F
Sudeste	UNICAMP	História	F
Sudeste	UNINOVE	Cidades Inteligentes Sustentáveis	A
Sudeste	UNITAU	Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional	F
Sudeste	UNIVAP	Planejamento Urbano e Regional	F
Sudeste	UPM	Arquitetura e Urbanismo	F
Sudeste	USP	Arquitetura e Urbanismo	F
Sudeste	USP	Arquitetura e Urbanismo	F
Sudeste	USP	Geografia Humana	F
Sul	FACCAT	Desenvolvimento Regional	F
Sul	FURB	Desenvolvimento Regional	F
Sul	PUC-PR	Gestão Urbana	F
Sul	UDESC	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental	F
Sul	UFPR	Geografia	F
Sul	UFPR	Planejamento Urbano	F
Sul	UFRGS	Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento	A
Sul	UFRGS	Geografia	F
Sul	UFRGS	Planejamento Urbano e Regional	F
Sul	UFSC	Geografia	F
Sul	UFTPR	Desenvolvimento Regional	F
Sul	UFTPR	Planejamento e Governança Pública	F
Sul	UnC	Desenvolvimento Regional	F
Sul	UNILA	Políticas Públicas e Desenvolvimento	F
Sul	UNIOESTE	Desenvolvimento Regional e Agronegócio	F
Sul	UNISC	Desenvolvimento Regional	F
Sul	UNOCHAPECÓ	Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais	F

A= Associado.

F= Filiado.

Fonte: ANPUR, 2020. Organizado pelo autor.